

Princípios

MAIO ■ JUNHO ■ JULHO/98

Nº 49 R\$ 7,50

VISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

AMÉRICA LATINA

Os rumos da esquerda

Detalhe de obra do
mexicano Diego Rivera

Loreta Valadares

O Manifesto Comunista no Brasil

50ª SBPC

Ciência, Nação e Filosofia

Vá à



Princípios

Faça sua assinatura (ou renovação) e concorra a um pacote turístico, com passagem e estadia por 7 dias em Havana e Varadero. O sorteio acontecerá em outubro, quando circula a nossa 50ª edição. A assinatura custa somente R\$ 30,00. Preencha o cupom deste número (pág. 67) e envie pelo correio, fax ou e-mail.



Apresente seus amigos e ganhe um CD

É fácil! você prepara uma lista de amigos - com, no mínimo, 20 nomes - que poderão assinar a revista *Princípios* e envie para a Editora.

Pronto, já ganhou!

A promoção só é válida para listas que vierem com nome, endereço completo (inclusive CEP) e, se possível, telefone para contato.

Editora Anita Garibaldi - Revista Princípios

Rua Mons. Passalácqua, 158 Bela Vista - São Paulo/SP CEP 01323-010
<http://www.anitagaribaldi.com.br> - e.mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

VISITE NOSSO SITE NA INTERNET

O P I N I Ã O

**Ética compatível
com os objetivos**

Gerou grande controvérsia a aula magna ministrada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso na Universidade Sarah, logo após o anúncio da composição do novo ministério. O Presidente recorreu a Max Weber, pensador alemão do final do século passado e início deste, para estabelecer uma distinção entre a ética do cientista e a ética do político. Parte da controvérsia foi dirigida para saber se o Presidente recorreu com propriedade e fidelidade, ou não, ao cientista social alemão. A questão relevante é evidentemente a pertinência da referência pois não se discute o rigor do presidente-sociólogo em operar abstratamente com os conceitos de um dos clássicos da sociologia. “O homem de Estado não pode dizer tudo o que sabe, sob pena de, ao proclamar, prejudicar o Estado, a nação e o povo”. Afirmação perfeitamente pertinente se se tratasse, por exemplo, do preparo de uma ação militar de defesa de fronteiras, ou da elaboração de medidas econômicas com repercussões imediatas na especulação cambial. A questão, contudo, era de natureza bem diferente.

O Presidente “não pode dizer tudo o que sabe” porque não conseguiria justificar perante a opinião pública todas as concessões feitas para manter uma tão vasta base de apoio parlamentar. Para isolar a esquerda e desestruturar a oposição, com o objetivo não confesso de governar imperialmente, o governo monta no Palácio do Planalto, a cada votação importante ou a cada mudança nos ministérios, um balcão de trocas do mais puro fisiologismo, dando continuidade ao que de pior existe na cultura política brasileira. Vale lembrar que esta tem sido a prática do governo de um partido – PSDB – constituído por políticos que saíram do antigo PMDB sob o pretexto de formar um partido político visceralmente contrário ao clientelismo. O Presidente não conseguiria justificar também que tantas concessões tenham resultado em ministério tão medíocre. Seria uma confissão de incompetência.

A controvérsia na grande imprensa prestou pouca atenção a uma das implicações da aula presidencial. A nocividade maior do Governo FHC não está na suposta incompatibilidade entre os procedimentos adotados de ética duvidosa e os objetivos governamentais. A tragédia para a nação e o povo brasileiros está precisamente nesses objetivos. Sob o pretexto da manutenção da estabilidade monetária e da integração da economia brasileira à globalização em curso, assiste-se a uma dilapidação de estruturas estratégicas essenciais para qualquer inserção soberana do País no mundo atual, com uma monumental transferência de recursos de origem pública para o grande empresariado nacional e estrangeiro. Presencia-se também uma crise social sem precedentes, com um exército de desempregados nas grandes cidades e uma multidão de famintos no nordeste. A própria integridade territorial brasileira começa a ser ameaçada com a negligência no combate a desastres ecológicos na Amazônia e na aceitação da ingerência do G-7, grupo dos sete países mais ricos do mundo, na definição das reservas indígenas nas fronteiras brasileiras no Norte do País.

Se incluirmos nesta controvérsia sobre a pertinência de procedimentos éticos os reais objetivos do Governo FHC, seremos, então, levados à conclusão de que há perfeita compatibilidade entre ética e fins no atual governo. Ou seja, o clientelismo em larga escala, às escondidas da opinião pública, é um procedimento compatível com o objetivo de inserir o Brasil na nova ordem mundial ao custo da soberania nacional e das condições de vida e de trabalho de seu povo.

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: Olival Freire Jr.

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá e Priscila Arantes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes
(e-mail da redação: classeop@ruralsp.com.br)

Projeto Gráfico: Augusto L. de Oliveira

Distribuição e Vendas: Divo Guisoni

Administração: Márcia Regina Viotto

Assinaturas: Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Paper & Publisher-Produções Gráficas Ltda.

PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Ltda.

**R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010
São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331
E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br**

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 20 linhas, 1 linha = 70 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

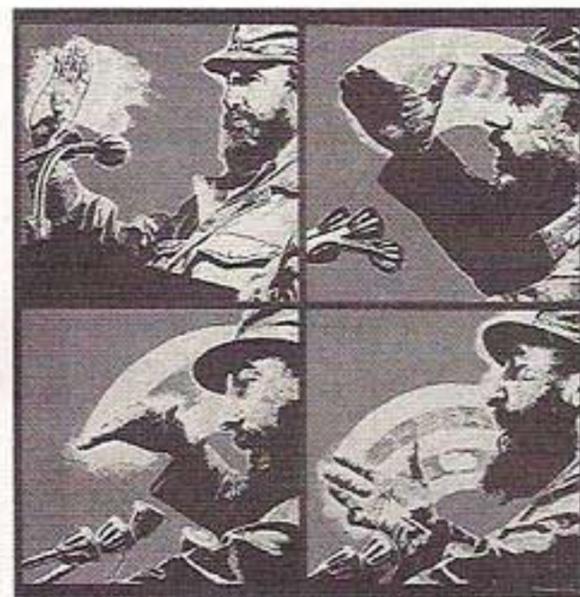
Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Barira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estadão - Vlado 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288, USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 251B - esq. R. da Consolação. Rua Manoel Gaia, 442 - Vila Mazzei (em frente a Madeirense). BELO HORIZONTE: Banca Pça. Sete - R. Rio de Janeiro c/ Afonso Pena - fone: 201-8266; Livraria Eldorado - Av. Afonso Pena, 719 - centro - fone: 273-2436; José Maria Gomes - R. da Bahia, 1148 - sala 603 - fone: 224-5835; Cotec - Av. do Contorno, 842 - sala 207 - centro - fone: 226-7479. CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226. FLORIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro. RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R. Gastão Penalba, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181. GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhanguera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçadão - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311. RECIFE: Livro Magazine - Av. Conde de Boa Vista, 688 - fone: 231-0036. Livro Sode Ler - R. Pe. Carapuceiro, 777-Loja 59 - fone: 326-9364. Livraria Modelo Shopping Center Recife - fone: 465-5919. Livraria Quinta do Livro - R. José de Alencar, 595. Livraria Síntese - R. do Riachuel, 202 - Fone 221-4044. Livro 7 - R. Sete de Setembro, 329. Cortez Editora e Livraria - Av. Conde de Boa Vista, 1413. Portugal: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo Antonio dos Capuchos, 6-b, 1100 - Lisboa/Portugal.

Internacional

6 *Reforma ou revolução*

Como a esquerda da América Latina enfrenta a influência da doutrina imperante no mundo hoje – o neoliberalismo.

ROBERTO REGALADO ALVAREZ



17 *Do foquismo ao reformismo: Castañeda e a esquerda latinoamericana*

Comentário sobre o livro *Utopia Desarmada*, de Jorge Castañeda.

LUIS FERNANDES

Brasil

27 *A política da dependência e do desemprego*

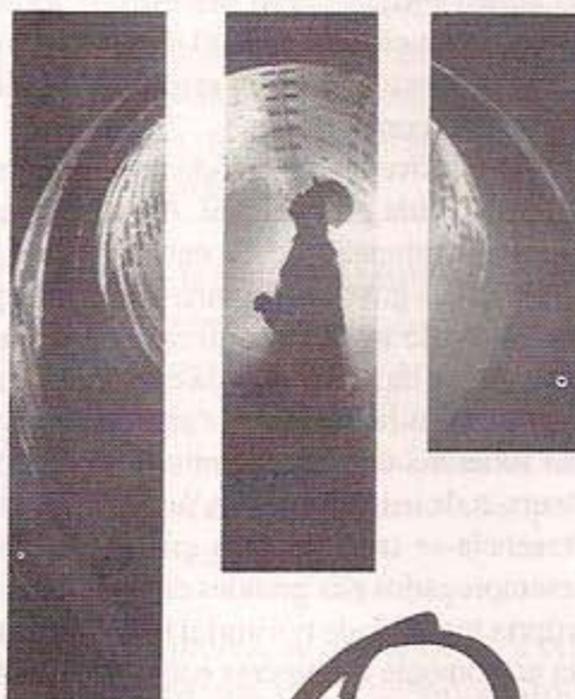
Aspectos da conjuntura política e econômica do Brasil hoje.

JORNAL ABRA OS OLHOS

30 *O impacto da crise asiática sobre o Brasil*

Porque a crise asiática repercute no Brasil.

DUARTE PEREIRA



Marxismo

37 *O Manifesto do Partido Comunista – 150 anos: anotações sobre os primeiros anos no Brasil*

A história do Manifesto do Partido Comunista no Brasil.

LORETA VALADARES

História

46 *Os abismos da revolução - conciliação e reforma na política brasileira*

As revoluções, no Brasil, não se completam. Isso explica a sobrevivência das estruturas arcaicas.

JOSÉ CARLOS RUY

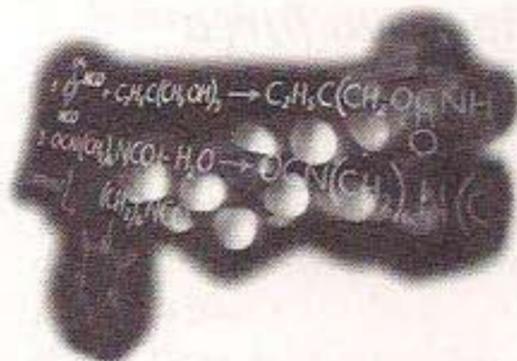
**Manifesto
do Partido
Comunista**

Comunicação

53 *Brasil Telecom: uma alternativa social e nacional à globalização subalterna*

Proposta para debate sobre a reorganização do Grupo Telebrás.

MARCOS DANTAS



Ciência

60 *Ciência e tecnologia: a serviço de um projeto nacional*

Os desafios da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do Brasil hoje.

ALDO REBELO

64 *Uma ciência que se desenvolve apesar dos obstáculos*

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia é hoje um problema estratégico para as nações. Para os países da periferia do capitalismo, ele diz respeito às suas chances de participação vantajosa na nova configuração mundial.

OLIVAL FREIRE JR

Entrevista

68 *Ciência, contradições e pensamento não clássico*

Entrevista com Newton da Costa.

EDVAR BONOTTO

74 *Física e conhecimento humano*

Entrevista com Michel Paty.

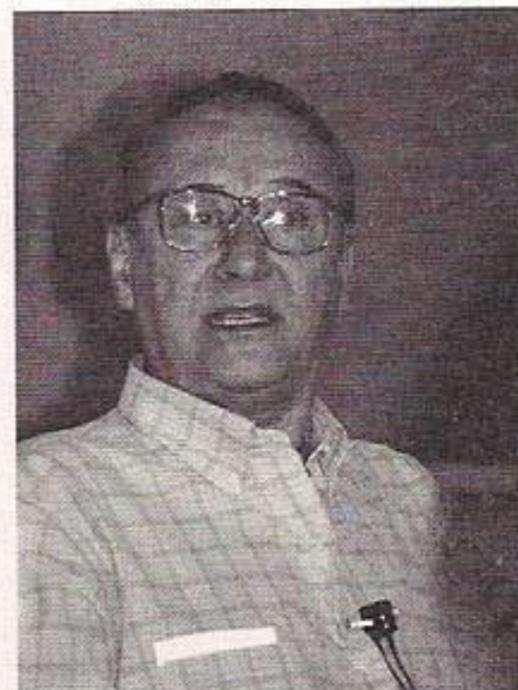
CRISTIANO CAPOVILLA

Cultura

78 *Macartismo: entre a piscina e a consciência*

A campanha anticomunista desencadeada nos Estados Unidos nos anos 50.

RONIWALTER JATOBÁ



Newton da Costa

Resenhas

80 *A fabricação da ciência, de Alan Chalmers e 'A idéia da universalidade da Ciência...' de Michel Paty por Olival Freire Jr.*

81 *Tiradentes, um presídio da ditadura, de Alípio Freire, Izaías Almada e J. de Granville Ponce (orgs), por Rogério Chaves*

82 Cartas dos leitores

Reforma ou revolução

Um projeto popular para enfrentar o neoliberalismo e sua força preponderante na atualidade precisa reunir, dentre outros pontos, os requisitos da viabilidade econômica e participação democrática

ROBERTO REGALADO ALVAREZ

A doutrina preponderante no mundo, desde os princípios da década de oitenta, é o neoliberalismo. Suas concepções sobre economia, política, sociedade, democracia, direitos humanos, cultura e meio-ambiente estão tão enraizadas e ampliadas que exercem influência inclusive no debate acerca da luta pela construção da alternativa popular. (1) As elites governantes reforçam a institucionalidade destinada a garantir a concentração da riqueza e legitimar a generalização da pobreza, enquanto crescentes setores sociais excluídos e marginalizados aspiram encontrar uma forma de utilizar a democracia para sua proteção e benefício. Um dos assuntos de maior atualidade é como elaborar um projeto popular que reúna, entre outros pontos, os requisitos de viabilidade econômica e participação democrática.

O debate em torno de uma alternativa ao liberalismo é muito complexo, especialmente no momento que o mundo está ainda sob impacto de uma vitória transcendente do capitalismo sobre o socialismo: o desaparecimento da União Soviética. Independentemente das diversas considerações existentes acerca das causas e origens deste fenômeno, a derrota do chamado socialismo real deu liberdade às correntes de pensamento que afirmam o suposto triunfo histórico do capitalismo. A falência do paradigma construído na União Soviética é utilizada para ne-

gar a viabilidade do socialismo como sistema social. Sintetizemos, pois, as principais noções predominantes no debate político e ideológico contemporâneo: o socialismo é inviável e antidemocrático; o capitalismo é invencível e democrático (ou, ao menos, 'democratizável'). A tese da democratização do capitalismo pareceria confirmada pela abertura eleitoral dos últimos anos, que permite aos partidos de esquerda ocuparem espaços institucionais, com a possibilidade, inclusive, de criar governos próprios ou em coligação com as correntes de centro.

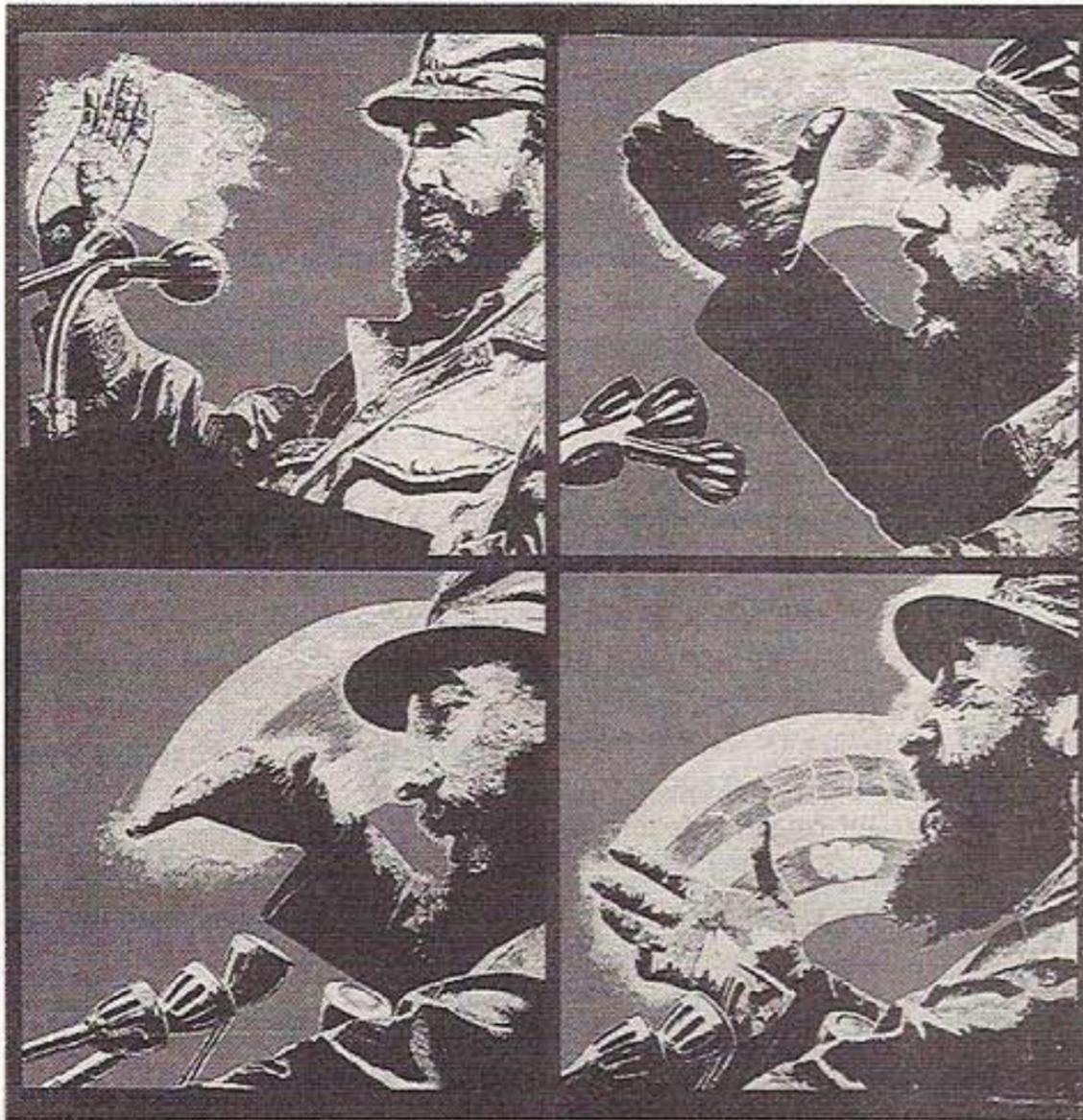
A imagem do "Estado de Bem-Estar"

A tese da vitória ou superioridade do capitalismo sobre o socialismo está baseada em uma premissa falsa: confundir o sistema capitalista com o 'Estado de Bem-Estar' que preponderou na América do Norte e na Europa Ocidental, a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Esta noção é duplamente fraudulenta. Em primeiro lugar, porque sugere que as condições econômicas e políticas características desse período sejam mantidas eternamente, ainda que somente para um grupo reduzido de nações privilegiadas. Em segundo lugar, porque pressupõe que o mundo inteiro poderá avançar em

direção à construção de opulentas sociedades de consumo.

Durante a pós-guerra, ocorreram fatores específicos que levaram as principais potências capitalistas a uma prolongada 'bonança conjuntural'. Por um lado, o conflito bélico destruiu as forças produtivas que o capital já não era capaz de assimilar e abriu a possibilidade de uma longa expansão de suas economias. Por outro, a extensão do socialismo a um considerável grupo de países da Europa Central fortaleceu sua credibilidade como sistema alternativo e fez crescer a influência de suas idéias mundialmente. Desta maneira, a economia e a política impulsionaram os países capitalistas desenvolvidos a generalizar o esquema keynesiano, no qual a reprodução do capital era compatível com os elevados níveis de emprego e salário, a extensão de políticas de distribuição e assimilação das demandas sociais através da democracia burguesa. O 'Estado de Bem-Estar' baseou-se na dominação, na subordinação, na exploração e na desigualdade entre os seres humanos e as nações, mas serviu para propagar a idéia de que o crescimento, o equilíbrio e a estabilidade alcançados pelo chamado Primeiro Mundo seriam irreversíveis e que o capitalismo desenvolvido poderia se estender a toda humanidade.

A expansão contínua garantia a acumulação e a concentração da ri-



só poderá sair, como declarou o *Manifesto Comunista* há cento e cinquenta anos atrás, “preparando crises mais extensas e violentas e diminuindo os meios de preveni-las”. (4)

A defesa do capitalismo através de recursos que mostram somente seu ‘lado bom’ não é novidade. O paradoxo é que essa falácia continua a ser utilizada ainda hoje tão eficientemente, apesar de que seu ‘lado bom’ corresponde ao modo de funcionamento deste sistema essencialmente nas potências industrializadas e *durante uma etapa já ultrapassada*. Nos últimos anos foram acumuladas evidências suficientes do aumento do abismo existente entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido. Também há de se ressaltar o crescimento da polarização social em *todas* as nações. Os governos e as forças políticas dominantes nos países da América do Norte e Europa Ocidental proclamam abertamente a morte do ‘Estado de Bem-Estar’. Sem dúvida, sua imagem continua sendo utilizada como paradigma da sociedade capitalista.

Democracia e poder real na era do neoliberalismo

A democracia é um dos temas mais frequentes nas discussões sobre uma alternativa ao neoliberalismo. A única forma objetiva de abordá-lo é no contexto da competência e da luta pelo *poder*, que não é sinônimo do exercício do governo, ainda que estejam relacionados.

A política é a forma que o modo de produção dominante em uma sociedade penetra e determina todas as faces da atividade social e todas as suas instituições. Nas sociedades antagônicas, a política estrutura, organiza, articula, viabiliza e garante as relações de dominação e subordinação, que tornam possível o modelo de produção social a que ela responde. A democracia é um instrumento de dominação e subordinação de classe, com base no

queza e, além disso, gerava excedentes que eram utilizados para ‘comprar’ a tranquilidade e a estabilidade social. O sistema precisava que os partidos políticos ‘terceiristas’ (sociais democratas e democratas cristãos) desempenhassem a função de assimilar as demandas sociais, além de sintetizá-las e convertê-las em políticas governamentais. Vilas (1995) argumenta que parecia coerente que o Estado proporcionasse um conjunto de serviços sociais necessários para a reprodução da força de trabalho (capacitação, saúde, entre outros), já que seria uma forma de custeá-la com os impostos arrecadados de toda a sociedade. (2) Este fenômeno se estendeu a certos setores, principalmente urbanos, de uma parte da periferia, ainda que de maneira viciada pelas práticas políticas clientelistas e prebendatárias.

Amín e Gonzalez Casanova (1995) afirmam que as transformações ocorridas no mundo a partir da década de oitenta são os resultados da crise paralela dos três esquemas produtivos vigentes durante o pós-guerra: o modelo keynesiano-fordista nos países capitalistas desenvolvidos, a versão de construção do socialismo aplicada na União Soviética e em outros países europeus e o desenvolvimento populista - variante do

keynesianismo nas nações subdesenvolvidas. (3) Por um lado, concluiu uma etapa em que a reprodução do capital era compatível com os níveis relativamente altos de emprego, salário e distribuição social da riqueza nas grandes potências capitalistas. Por outro, a queda da União Soviética, precedida por uma grande perda de credibilidade, eliminou a necessidade de manter o modelo do capitalismo bondoso. Desta maneira, os fatores econômicos e políticos que possibilitaram a criação dos ‘Estados de Bem-Estar’, desapareceram com a mesma simultaneidade com que haviam surgido.

A drástica e crescente redução do emprego, dos salários e da redistribuição social da riqueza que tem lugar sob o neoliberalismo não é um fenômeno transitório e adequável no sistema, mas uma consequência estrutural da reprodução do capital nas atuais condições. O capitalismo mostra novamente, de maneira descarada, sua natureza destrutiva e autodestrutiva. O recurso da guerra - utilizado em épocas anteriores para criar novas condições de expansão - provocaria a extinção repentina da vida no planeta. Em síntese, o capitalismo não se encontra na posição de triunfo e poder, que muitos lhe atribuem, mas em grave crise, da qual

uso da violência. O poder é a capacidade de exercer o domínio em uma sociedade: *é a violência que assegura a dominação da classe proprietária e a subordinação das demais.* (5) A fonte do poder é a propriedade sobre os meios de produção. O Estado, com suas instituições repressivas, é somente um instrumento do poder, subordinado à classe dominante. Isto implica que, na democracia, quando um partido político chega ao governo, não significa necessariamente que *exercerá o poder*, mas apenas que estará encarregado de utilizar seu instrumento fundamental. Ainda que possa parecer muito similar, a diferença reside no fato de que o detentor do poder é quem dita as normas e os limites para a gestão de qualquer governo.

O governo não é o único instrumento de poder. O domínio da economia também sofre, por exemplo, o controle dos meios de comunicação de massa. Não é por acaso que a democracia liberal está baseada no 'livre jogo político', que assegura o 'reconhecimento imparcial' do triunfo de um dos candidatos e dos partidos que contam com a capacidade de patrocinar campanhas eleitorais proselitistas e publicitárias cada vez mais onerosas. Os meios de comunicação de massa são também um poderoso instrumento contra os governos, os partidos e os grupos sociais que pretendem desafiar as regras do sistema predominante.

Outro recurso do poder é a utilização das Forças Armadas. Ainda que as instituições militares devam estar subordinadas ao governo civil, na história da América Latina sobram exemplos em que elas serviram para resolver disputas entre grupos dominantes ou derrubar governos progressistas.

Independentemente das particularidades de cada nação e do grau em

que os capitais locais foram fortalecidos durante a etapa do desenvolvimento, a América Latina faz parte do mundo subdesenvolvido. Isto significa que os grupos locais dominantes são, ao mesmo tempo, dominados por seus sócios maiores das grandes potências imperialistas. Na mesma proporção em que o mundo caminha em direção à internacionalização e concentração econômica a economia, o poder político e militar também se internacionalizam e se concentram. Este processo repercute no aumento da dependência da Região. A crescente *internacionalização do poder* é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas e constitui um escalão superior ao movimento ocorrido no período histórico em que se deslocou do feudo à nação, processo que foi acompanhado da cristalização da unidade política da nação e da formação do mercado nacional. Em contraposição, hoje observamos o fortalecimento da capacidade da dominação estrangeira e a proeminência do mercado mundial. As cláusulas de condicionalidade nos acordos comerciais com as principais potências industrializadas - e os blocos em que estas se agrupam - as renegociações periódicas da Dívida Externa, o estabelecimento de códigos de conduta nacional obrigatórios e dos processos de 'certificação', entre outros, são somente exemplos dos me-

canismos utilizados para a transferência crescente do poder e da capacidade de decisão sobre assuntos fundamentais de âmbito nacional e internacional.

Chega-se à conclusão que, quando se fala de democracia e do funciona-

mento dos partidos dentro do sistema político dominante na América Latina, exceto em Cuba, referimo-nos à competência em assumir a função de governo, que agrega uma cota

maior ou menor de exercício do poder, com pressões, limites e restrições, não só crescentes, mas também cada vez mais determinadas pela dominação exercida pelo capital financeiro internacional.

A crise política na América Latina

Afirmamos que na etapa posterior à Segunda Guerra, os países centrais atravessaram uma fase prolongada na qual a reprodução do capital era compatível às margens relativamente altas de emprego, salário e redistribuição da riqueza. Esta particularidade repercutiu em um funcionamento mais estável do sistema da democracia liberal. Os partidos políticos e outras entidades de mediação social contavam com condições mais favoráveis para assimilar, sintetizar e converter em política um conjunto de demandas sociais. Este processo, em certa medida, se estendeu às nações periféricas, ainda que menos predominantemente em certos países, a produção e acumulação de riqueza, demandam uma maior exploração e permitem uma menor redistribuição. Em condições de produtividade e competitividade muito baixas, necessita-se de maior violência institucional para a produção e apropriação da riqueza. Quanto mais subdesenvolvido e dependente for um país capitalista, maior será sua tendência a ser repressivo e antidemocrático. Em geral, este fenômeno é ignorado pelas ideologias mais reacionárias do mundo desenvolvido, que criticam os países pobres e atrasados por não terem cultura, idiosincrasia ou, mesmo, a 'pureza racial' necessárias para poder 'copiar' seu sistema democrático. Durante este período, a versão latino-americana de democracia se corrompeu com as mais variadas formas de 'clientelismo político'. A função dos partidos e do Estado não era converter em políticas as demandas sociais mais legítimas, mas praticar uma operação de compra e ven-

Não é novidade a defesa do capitalismo mostrando seu lado bom e escondendo as mazelas que ele provoca

da: privilégios e redistribuição seletiva para certos setores, em troca de lealdade política ao sistema e, no seu âmago, a um determinado partido político.

Na década de 70, o capitalismo criou as condições necessárias para a transição do modelo de desenvolvimento populista para o neoliberal na América Latina. Por meio da ditadura em alguns casos e do autoritarismo em outros, as sociedades latino-americanas foram 'disciplinadas' a aceitarem uma redução substancial em seu nível de vida. Já nos anos 80, com a crise da Dívida Externa e sua renegociação periódica, foram avaliados os mecanismos para a imposição de programas de ajuste estrutural, simultaneamente à generalização do dogma de que o neoliberalismo é o único modelo possível.

Uma vez desarticulado o movimento popular capaz de fazer resistência ao novo modelo e após a colocação do neoliberalismo como paradigma supremo - 'acima' da política - mostrou-se conveniente apresentar formas de governo menos repressivas, capazes de oferecer a ilusão de criação de condições políticas mais estáveis para a reprodução do sistema. O capitalismo deu-se ao luxo de renegar as ditaduras que lhe haviam feito o 'serviço sujo', de se apropriar da bandeira em defesa dos direitos humanos e fazer disso uma arma contra a esquerda. Para o sistema capitalista fez-se necessário reformular o conceito em dois pontos básicos: os assassinos e torturadores de mais de cento e cinquenta mil latino-americanos foram anistiados e inocentados de suas culpas, através de leis aleatórias, uma vez que era necessário consolidar a 'paz social' e, a rigor, eles haviam trabalhado como uma reação à 'insurreição'. Da mesma forma, retomou-se a idéia menor de direitos humanos como sinônimo de liberdades individuais, mediante a exclusão da dimensão de direitos econômicos e sociais.

Sustentado pela premissa da legitimidade da apropriação da riqueza, o

liberalismo tradicional considera a economia como um âmbito no qual o 'jogo livre' das 'forças de mercado' devem se desenvolver, sem a 'interferência' do Estado (KANOUSI: 1996). (6) O Estado é, supostamente, uma entidade neutra que trata de conciliar, dirimir e resolver os conflitos existentes entre os diversos 'grupos de interesse'. Sua jurisdição deve se limitar à regulamentação das reações

Década de 70: o capitalismo muda na América Latina do modelo populista para o neoliberal

sociais alheias ao mercado. À medida que o mercado é o único distribuidor 'legítimo' da riqueza, têm-se que a política deve ficar reduzida à administração de assuntos nacionais 'desconectados' da economia, de assegurar os chamados direitos e liberdades individuais, entre os quais, o mais sagrado é o direito do capitalista comprar a força de trabalho e, conseqüentemente, a liberdade de apropriação do valor produzido pelo trabalhador. A versão neoliberal de democracia é, inclusive, mais retrógrada do que aquela do liberalismo burguês na qual está inspirada. (7) A democracia liberal considerava o mercado como um âmbito no qual o Estado não devia intrometer-se, mas defendia - ao menos formalmente - uma série de valores éticos. O neoliberalismo, por sua vez, renega as noções burguesas tradicionais sobre o teor da democracia e a reduz ao exercício do voto eleitoral carente de influência nas políticas nacionais. (8)

Sob o ponto de vista do neoliberalismo, o conceito de direitos humanos - como o de democracia - é completamente vazio e distorcido. É utilizado tão somente como um ins-

trumento de propaganda contra a esquerda em geral, enquanto que - de maneira coerente com o modelo de acumulação - permanece despojado de toda a conotação de distribuição de riqueza. Usa-se o argumento de que o Estado já pode garantir a demanda de direitos sociais, porque tem que transferir todo o excedente do capital, de modo a alcançar e manter o nível internacional de competitividade.

Devido a sua natureza profundamente antipopular e antidemocrática, o modelo neoliberal substitui o papel legitimador que representaram as políticas públicas na era do keynesianismo, por recursos ideológicos e culturais - baseados no domínio dos meios de comunicação de massa modernos - assim como pelos mecanismos de fragmentação e dispersão de seus opositores em potencial - trabalhadores, camponeses, desempregados, excluídos, classe média empobrecida, mulheres, jovens, minorias étnicas, ambientalistas, entre outros. Originalmente, o neoliberalismo propagou a falácia do 'efeito cascata': prometendo que, com uma maior concentração de riqueza haveria maior investimento e, por conseguinte, mais empregos e melhor poder aquisitivo para todos. Sem dúvida, este prognóstico já foi descartado, porque o ciclo se fecha cada vez mais. Só o que resta é convencer a todos, de que se não há trabalho, moradia, saúde ou educação, devem se dar por satisfeitos de pelo menos viver em democracia. Os neoliberais afirmam que o apego ao conjunto de normas e procedimentos políticos resolverá, por si só, a crise estrutural por que passa a América Latina.

Ao passo que a democracia direta (aquela em que todos os cidadãos discutem e adotam as decisões) resulta impraticável no contexto do antagonismo social, o exercício da democracia requer uma combinação harmônica entre participação e representação. Para assegurar e legitimar a apropria-

ção da riqueza, o capitalista baseia-se em uma desvinculação destes conceitos: atribui aos mecanismos e procedimentos eleitorais um valor absoluto e reduz a participação ao mero exercício do voto, para seleção de quais serão os candidatos do sistema a aplicar o mesmo modelo neoliberal. (9) Trata-se de uma cisão dupla: a política e a economia são separadas de maneira artificial (o mercado é dependente do Estado e é regido por seus próprios valores) e, na esfera política, se desvincula a participação da representação. A democracia fica definida pela forma e sem conteúdo. (10)

O principal problema da democracia na fase do capitalismo neoliberal está centrado no fato de o verdadeiro poder atuar cada vez de maneira mais direta, em detrimento das instituições do Estado e dos partidos políticos que competem para exercer as funções executivas, legislativas ou judiciárias. Esta é a essência das chamadas crises

'de governabilidade' e 'dos partidos'. O Estado se afasta ainda mais da sociedade e se transforma em um instrumento exclusivo das elites subordinadas ao capital externo, cujos interesses se distanciam daqueles do conjunto da nação. Por um lado, o governo perde a capacidade de tomar suas próprias decisões - devido a estar sujeito aos condicionamentos externos - por outro, os grupos governantes atuam como cúmplices das políticas de desnacionalização. Como consequência deste processo, a dissociação entre a política real, os processos eleitorais e os mecanismos supostamente democráticos de participação coletiva é acentuada. A escolha eleitoral, à qual se pretende aliar um valor absoluto, torna-se ainda mais estéril, porque as políticas governamentais são prescritas pelo dogma neoliberal.

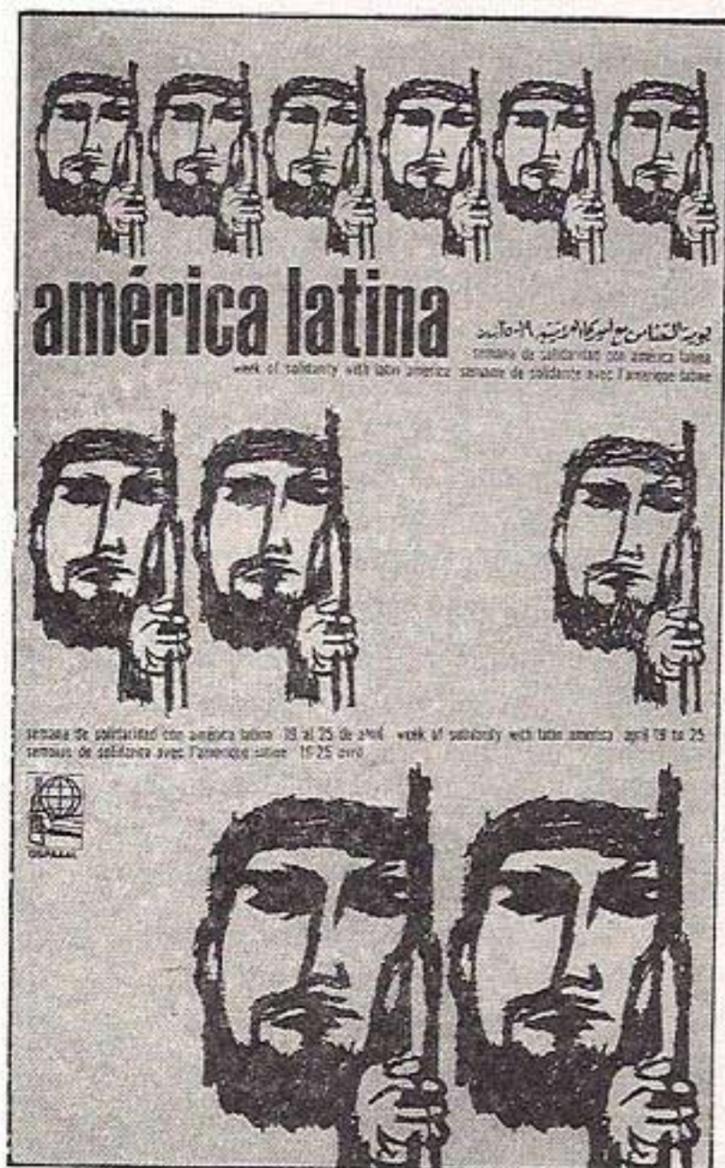
A atual crise política na América Latina é consequência da negociação dos próprios valores e instituições em que se apoia o funcionamento do sistema capitalista. A reestruturação em curso introduz novas regras, que favorecem o capital externo e os setores locais mais diretamente a ele subordinados, em detrimento dos grupos ligados a um mercado interno que vai se reduzindo. Tais transformações acentuam o desmantelamento do sistema porque provocam a decomposição das instituições executivas, legislativas e judiciárias, cujo efetivo poder de decisão se reduz cada vez mais. Seu reflexo pode ser notado na fragmentação dos partidos políticos, na desarticulação das alianças anteriormente existentes entre setores da burguesia local e a ruptura dos consensos que funcionaram durante o período de pós-guerra. Setores políticos e sociais que eram antes aliados ou, pelo menos, haviam estabelecido regras funcionais de alternância no governo e distribuição da riqueza, hoje se encontram em lados opostos.

Ao mesmo tempo, as tendênci-

as altamente concentradoras dificultam o funcionamento dos mecanismos de assimilação e cooptação das classes médias e dos setores populares. Os privilégios reservados às classes médias para que atuem como amortecedor do sistema estão em vias de extinção. As privatizações eliminaram a disponibilidade de recursos que o Estado utilizava para o clientelismo: já não há fundos para uma atenção diferenciada aos sindicatos e demais organizações não-governamentais que serviam para dividir os setores populares.

A democracia em Cuba

Em contraposição ao capitalismo, a democracia em Cuba se define tanto pelo conteúdo quanto pela forma: o poder está nas mãos do povo. Este princípio permite que os resultados do trabalho sejam distribuídos de acordo com parâmetros de equidade, assim como propicia que a nação conserve o poder de decisão com respeito à sua postura no atual processo de reestruturação da economia mundial. Quanto à forma, o sistema político cubano é baseado em eleições periódicas para os órgãos nacionais, das províncias e dos municípios do Poder Popular. São os cidadãos que postulam e elegem diretamente seus representantes, com base nos méritos e no reconhecimento social de sua integridade. O Partido Comunista de Cuba (PCC) não apresenta candidatos, nem intervém no processo eleitoral. A filiação partidária não é requisito, nem sequer parâmetro para lançamento de candidaturas na eleição dos deputados e delegados dos órgãos do Poder Popular. Como partido único, o PCC cumpre a missão que assegura a unidade da nação no processo de construção da sociedade socialista, enfrentando a concentração do poder mundial e o aumento do intervencionismo dos Estados Unidos.



Com a queda da União Soviética e o fim do Conselho de Ajuda Mútua Econômica, Cuba perdeu, de maneira abrupta, 85% das suas relações econômicas, financeiras e de cooperação internacionais. O nível de vida da população caiu mais de 30%. O governo dos Estados Unidos aproveitou esta circunstância para endurecer ainda mais o bloqueio imposto há mais de três décadas, através da aprovação das leis *Torricelli e Helms-Burton*. Mesmo hoje o congresso e o executivo norte-americano continuam idealizando novos mecanismos para obrigar outros países a aderir a sua política de estrangulamento econômico e isolamento cubano.

A situação enfrentada por Cuba bastaria para provocar o colapso e o caos em qualquer outro país. Mas, apesar disso, a sociedade e a economia cubanas continuaram funcionando. As eleições do Poder Popular para os deputados em nível nacional, assim como delegados das províncias e dos municípios acontecem normalmente e a economia começou a dar mostras de estar se recuperando aos poucos, com um crescimento de 7,8% em 1996. Operários, camponeses, profissionais, intelectuais e demais integrantes da nossa sociedade são participantes diários e ativos da discussão e aprovação das leis.

A razão fundamental da capacidade de resistência do povo cubano é que, apesar das graves dificuldades econômicas em que o país se encontra, o bem-estar da população, a justiça, a equidade e a solidariedade continuam sendo as primeiras prioridades da economia e da sociedade. O sentimento de participação democrática real e de responsabilidade social do Estado são os fundamentos que explicam a decisão do povo cubano de continuar sua luta frente à adversidade transitória. O poder em Cuba está nas mãos do povo, que o exerce através do partido e do governo revolucionário.

A experiência cubana contribui para destruir o mito de que a globalização neoliberal incondicionalmente impõe uma camisa de força; o mito de que é impossível adotar políticas independentes em benefício popular, porque levam à autarquia, à perda do mercado e das fontes de investimentos. A Revolução Cubana constitui a demonstração de que é possível articular um projeto de desenvolvi-

O poder em Cuba está nas mãos do povo que o exerce através do Partido e do governo revolucionário

mento nacional, mesmo nas condições difíceis enfrentadas por nosso pequeno País, submetido ao bloqueio dos Estados Unidos e imerso na hostilidade imposta pela globalização neoliberal; mais para isto é necessário um poder popular, que não se esgota no controle do Estado, mas que representa a somatória de capacidade, vontade e inteligência de todo um povo, decidido a construir sua própria alternativa, baseada no fortalecimento constante da unidade nacional. Os componentes fundamentais deste projeto são: a defesa da soberania e da independência; a busca da eficiência econômica; a geração de capacitação científica e técnica; o asseguramento de um sistema político participativo e representativo, assim como o estímulo à solidariedade e cooperação humanas. Estes elementos são indispensáveis para o êxito de qualquer programa antineoliberal.

O capital não é monolítico. Evidentemente sua tendência principal é se unir em defesa de seus interesses estratégicos, mas quando enfrenta uma situação consolidada, como a de Cuba, manifestam-se suas contradições internas. Vale a pena notar que, da mesma forma que nos países subdesenvolvidos há setores produtivos que não

agüentam a competição multinacional, também no chamado Primeiro Mundo há capitais que se sentem asfixiados e que têm urgência em encontrar oportunidades de se reproduzirem no exterior. Destes capitais provém uma parte dos investimentos estrangeiros em Cuba e, seguramente, estariam dispostos a tomar parte de projetos de desenvolvimento nacional de outros países da América Latina, que desafiem as regras da globalização neoliberal, que também os afetam.

Torna-se evidente que, mesmo pensando que a Revolução Cubana enfrenta uma situação econômica extremamente complexa, de outro ponto de vista, tem condições excepcionalmente favoráveis, porque conta com o poder político, econômico e militar, cuja base de sustentação é a capacidade e vontade de resistir e vencer de seu povo. Logicamente, custa pensar que, sem estas premissas, se possa aspirar à união das sociedades heterogêneas latino americanas, acerca da defesa de valores e interesses sociais que ainda é preciso alicerçar. Sem dúvida, o neoliberalismo coloca centenas de milhões de pessoas em uma situação muito mais grave do que aquela que nós, os cubanos, definimos como 'período especial', sem que se leve em conta a segurança, a estabilidade e os benefícios sociais que desfrutamos e sem a confiança em que ninguém ficará desprotegido ou desvalido. Como se isso fosse pouco, o que é para os cubanos uma fase excepcional e temporária em direção ao desenvolvimento sustentável e o incremento paulatino do nível de vida da população, para o restante da América Latina constitui-se num problema insolúvel na ordem econômica, política e social vigente.

A Revolução Cubana necessita se aperfeiçoar e o está fazendo; trata-se de um projeto que suportou a prova do tempo e das adversidades; um projeto que é preciso preservar e defender, justamente para que se possa aperfeiçoá-lo. Não pretendemos que

Cuba seja um modelo a ser copiado. A cópia provou ser uma das práticas mais negativas da esquerda. Cada país tem suas condições e características próprias e, portanto, deverá escolher seu próprio caminho e os ingredientes de seu projeto nacional de construção do poder popular; o tipo de governo, os mecanismos de participação democrática, o sistema partidário, a orientação da política econômica, a combinação das diversas formas de propriedade e outros elementos. Sem dúvida, inimigos políticos e adversários ideológicos da Revolução Cubana pretendem que copiemos o modelo de 'democracia neoliberal'. Isto seria um retrocesso inconcebível: implicaria em render culto a uma forma completamente sem conteúdo.

O debate ideológico na esquerda latino-americana

O debate político e ideológico atual da esquerda latino-americana, aborda novamente a antiga polêmica entre o reformismo e o projeto revolucionário. Na definição genérica de 'reformismo', há tendências cuja proposta era o estabelecimento de um capitalismo não-neoliberal, com a visão nostálgica de que o sistema poderia regressar aos níveis relativamente altos de redistribuição de riqueza e participação democrática, alcançados durante o período de pós-guerra nos países capitalistas mais desenvolvidos. Evidentemente há outra corrente de pensamento que assume a execução de políticas 'mais ou menos neoliberais' como uma 'necessidade'. Esta última vertente já é cúmplice do *centro* que tem governado com o programa da direita, tanto na Europa quanto na América Latina, durante os últimos quinze anos. (11) Mais adiante, quando falamos de reformismo nos referimos à sua vertente antincoliberal.

As correntes reformistas e as re-

volucionárias dividem hoje os mesmos cenários de lutas políticas e sociais, coabitam o interior dos partidos que acolhem em seu meio as mais diversas tendências ideológicas e organizações populares e que tomam parte das mesmas alianças e frentes políticas. O Foro de São Paulo, por exemplo, agrupa em seu interior o mais diverso espectro da esquerda latino-americana. Tanto o reformismo quanto o projeto revolucionário, propõem-se a construir suas respectivas alternativas ao neoliberalismo, tarefa que pressupõe a combinação das mais amplas alianças de todos os setores afetados e excluídos por este modelo. Em uma conjuntura de afirmação da dominação capitalista mundial e diminuição das possibilidades imediatas de transformação estrutural; onde está a diferença entre ambas dentro do âmbito das lutas políticas institucionais?

Na América Latina, a deterioração da situação econômica impulsiona a criação de enfoques e propostas políticas alternativas ao neoliberalismo nas mais diversas perspectivas, das quais destacamos as três vertentes principais: as que promovem a manutenção do modelo neoliberal de aumento do capital com a introdução de mudanças nas esferas política e social, orientadas à redistribuição de uma parte da riqueza e ao fomento das políticas de desenvolvimento humano; as que advogam o estabelecimento de um capitalismo 'não neoliberal' que retome as práticas do capitalismo pré-monopolista; e as que pleiteiam a necessidade de elaborar estratégias de luta a curto, médio e longo prazos, para deter e reverter os ajustes, como um passo intermediário para as profundas mudanças estruturais que a região demanda. O primeiro enfoque é promovido pelos próprios centros do neoliberalismo e pelas instituições financeiras internacionais, preocupados

em evitar que a deterioração das condições políticas e sociais interfiram no ajuste. As outras duas abordagens pleiteiam a necessidade de construir um processo alternativo, com perspectivas distintas: uma como parte do próprio capitalismo e outra que necessariamente conduz à formação de um sistema social superior.

mente conduz à formação de um sistema social superior.

A elaboração teórica e prática da esquerda latino-americana, hoje, gira em torno das

lutas populares e seu relacionamento - favorável ou adverso - à participação eleitoral e às alianças políticas. O reformismo privilegia a batalha eleitoral e parte da premissa de contar com o 'voto cativo' da população despossuída. Seu programa eleitoral é concebido de modo a conquistar votos nas classes médias e nos setores produtivos nacionais que não podem competir com as condições de abertura unilateral e assimétrica, com a promessa de retorno a um passado, no qual representavam os principais beneficiários da política de desenvolvimento e o erroneamente chamado Estado de Bem-Estar. (12) Com relação a esta escala de valores, argumenta-se a necessidade de uma aliança eleitoral e programática entre partidos políticos de 'esquerda' e de 'centro'. Há um esforço para estabelecer boas relações com o Partido Democrata dos Estados Unidos e com a social democracia européia. Alardeia-se que para chegar ao governo - seja como força principal ou secundária de uma aliança - é necessário fazer 'concessões'. (13) Isto significa dar garantias de que a política econômica não será alterada substancialmente e que o peso fundamental dos ajustes sobre os setores populares mais sofridos será o modelo mantido. O argumento comum é que isto é o máximo possível.

É inquestionável que a implantação do neoliberalismo coincidiu com o retorno da 'institucionalidade demo-

O Estado neoliberal se afasta ainda mais da sociedade, atendendo apenas às elites

crática' em muitos países da América Latina. A chamada democratização abriu espaço para uma presença sem precedentes da esquerda, nos governos, legislaturas e prefeituras. Sem dúvida, os avanços eleitorais da esquerda ocorrem de maneira paralela ao incremento substancial da exploração da força de trabalho e a um gigantesco retrocesso na distribuição da riqueza, fenômeno que se manifesta inclusive nas nações em que a esquerda governa ou toma parte da coligação governamental. Se a missão histórica da esquerda é a adoção de políticas populares, como é possível que sua participação nos governos de vários países latino-americanos não tenha interrompido o retrocesso econômico e social que afeta as maiorias?

O neoliberalismo impõe seu próprio conceito de *democracia restrita*. Trata-se de um modelo estruturado em função da concentração elitista do poder real (mundial e nacional), que o distancia dos mecanismos de participação e representação da coletividade, para estar sob o controle das instituições supranacionais e nacionais que promovem a concentração da riqueza e a massificação da exclusão. Ainda que o capital não faça concessões com respeito ao controle governamental, frente a situações em que se apropriar de um triunfo eleitoral da esquerda seria muito custoso politicamente, ele pode se dar ao luxo de respeitar a decisão democrática dos eleitores, com base em um esquema no qual este governo é privado de tomar decisões que o afetem.

A acumulação institucional que em determinadas circunstâncias se possa conseguir conjuntamente por meio do *reformismo eleitoral*, repercute na diminuição de forças nas camadas da população que constituem o alicerce natural da esquerda. Este fenômeno, por sua vez, enfraquece a base popular necessária para enfrentar a contra-ofensiva dos 'poderes permanentes' multinacionais e nacionais, que utilizam seu controle econômico, os mei-

os de comunicação e a máquina governista, para debilitar, desgastar e neutralizar quaisquer modificações da política neoliberal dominante. Esta fórmula poderá levar ao exercício do governo, porém não permitirá transformar o *status quo*, nem sequer para 'voltar' ao 'capitalismo humano', com o qual também deixam de cumprir as promessas realizadas às classes médias e demais setores afetados pelo capital nacional.

A alternativa voltada para a construção de uma sociedade superior ao capitalismo enfrenta obstáculos colossais. Seria um absurdo irresponsável desconsiderar os êxitos do capitalismo e as derrotas do socialismo, assim como ignorar a atual correlação mundial e nacional desfavorável para a realização das profundas modificações estruturais que demanda, não só a América Latina, mas toda a humanidade. O fato da ofensiva continuar em mãos do capitalismo neoliberal não demonstra que seja correta sua tese sobre o caráter eterno e imutável de seu sistema (O Fim da História), nem que todo o planeta irremediavelmente tenha que aceitar o incremento de sua dominação e exploração.

As diversas correntes do pensamento revolucionário coincidem no aspecto de que o neoliberalismo é a modalidade atual assumida pelo sistema capitalista, conforme o desenvolvimento irreversível das forças produtivas. Não há um capitalismo bom e outro mau, tão somente

um capitalismo que necessita recorrer aos métodos mais selvagens para assegurar sua manutenção enquanto sistema. Depreende-se disto que a única forma de resolver os problemas econômicos, políticos, sociais e ambientais que ameaçam destruir a humanidade é a criação de um sistema social que supere o capitalismo.

Constatar que o capitalismo carece de futuro não significa ignorar que hoje aparenta estar no ápice de seu poderio. Sua auréola triunfante começa a desvanecer, mas a dominação do capital segue firmemente assegurada, conquanto a revolução ainda não ultrapassa a fase de refluxo. A onda que estremeceu a América Latina durante as décadas de sessenta e setenta não cristalizou o triunfo ou a consolidação de outras revoluções posteriores à cubana. Os erros da direção do Movimento da Nova Joya e a intervenção militar dos Estados Unidos provocaram o desaparecimento do poder popular em Granada. Depois de longos anos enfrentando uma guerra cruel de agressão indireta dos Estados Unidos, a Revolução Sandinista cedeu lugar a uma institucionalidade que permite que as forças populares mantenham partes importantes do poder, mas não suficientes para impedir o triunfo eleitoral da direita e a conseqüente implantação do neoliberalismo. Muitos movimentos revolucionários armados desapareceram, ainda que outros passaram por processos de negociação que transferiram a luta do campo das armas para o terreno institucional. A experiência acumulada pela esquerda latino-americana indica que, em um mundo em que o intervencionismo imperialista se aprofunda, não basta

conquistar o poder; faz-se necessário também a capacidade para exercê-lo e defendê-lo.

Os últimos anos confirmam a consolidação de novas

formas de organização e luta popular, assim como o ressurgimento e a adaptação das tradicionais. Atualmente destacam-se, de maneira relevante, numerosos grupos defensores dos direitos dos mais diversos setores sociais, ao mesmo tempo em que se generaliza a falta de credibilidade do Estado e dos partidos políticos: será que estamos avançando em direção a uma era em

A experiência cubana resiste ao cerco da globalização neoliberal

que os movimentos sociais substituirão os partidos de esquerda? Os movimentos populares têm a capacidade de expressar e lutar pelas suas demandas em particular. Essas lutas cada vez mais transcendem o caráter meramente reivindicatório e adotam formas e expressões políticas. Sem dúvida, a função de mediação política é hoje ainda mais necessária. É preciso que haja um instrumento capaz de assimilar, compatibilizar, sintetizar e dar uma expressão política, teórica e prática a este conjunto de reivindicações e demandas diversas, de forma a convertê-las em um programa geral de luta que permita somar esforços e construir a unidade do povo: essa deve ser a função de um partido revolucionário.

Enquanto não estão criadas as condições necessárias ao triunfo e consolidação de novos processos da construção socialista, é imprescindível que a esquerda concentre seus maiores esforços nos pontos nevrálgicos capazes de contribuir para o maior acúmulo de forças possível. Nas atuais circunstâncias, o vértice da luta se localiza no enfrentamento das conseqüências do neoliberalismo em cada país (o que contribui para destruir o mito de que é um modelo de democracia e desenvolvimento) e a consolidação de um novo conceito de internacionalismo da classe trabalhadora e demais setores explorados e excluídos (que seja capaz de enfrentar a globalização neoliberal). (14) A esquerda tem a possibilidade de unir esforços com os movimentos populares e sociais mais combativos a fim de construir a unidade democrática dos excluídos do modelo dominante. Isto implica na necessidade de avaliar e reavaliar as possibilidades e os limites das lutas populares em cada conjuntura, para não superdimensionar, nem *tampouco subestimar* as possibilidades de acumulação em cada etapa. A base dessa luta comum é a certeza de que somente esta unidade - alicerçada sobre o reconhecimento de que a diversidade das formas particulares de exploração determina uma

grande amplitude de reivindicações específicas - poderá fundar as bases de um poder popular capaz de satisfazer as aspirações e necessidades de todos.

O terreno eleitoral é um âmbito legítimo e necessário para a luta dos partidos de esquerda, mas sempre que o acesso ao governo ou a ocupação de espaços institucionais não se con-

O Foro de São Paulo agrupa em seu interior o mais variado espectro da esquerda latino- americana

vertam em um fim em si mesmo, que conduza a assumir como própria a execução das políticas neoliberais, como o 'preço' que se deve pagar para contar com a tolerância do sistema. A esquerda pode aproveitar ao máximo as possibilidades que surgirem no terreno eleitoral em qualquer país da América Latina, porém pretender que seu objetivo final seja chegar ao exercício do governo *dentro* do sistema capitalista significa desconhecer a natureza do poder.

A ascensão ao governo e a ocupação deste e outros espaços do sistema, só têm sentido como parte de uma ampla e dialética combinação de todas as formas de luta, adequadas às condições de cada país e de cada conjuntura, de maneira a servir como instrumento de acumulação social para a conquista do poder. A exclusão dos crescentes setores sociais por parte do sistema, que já engloba as classes médias urbanas, os pequenos e médios empresários, os camponeses e, inclusive, a grande indústria nacional, cria efetivamente as bases para uma ampla aliança contra o neoliberalismo, mas uma coisa é aglutinar os 'novos excluídos' na luta contra este modelo e outra é lhes prometer a volta à modalidade de capitalismo pré-monopolista ou de livre concorrência, que

já não correspondem ao desenvolvimento atual das forças produtivas. Um elemento fundamental é que os partidos de esquerda não concorram como 'o último vagão' a uma aliança eleitoral entre dirigentes partidários, mas sim como um participante ativo e decisivo do bloqueio nacional que, mediante a síntese das reivindicações setoriais, construa um programa próprio com capacidade de convocação e mobilização social, cuja plataforma poderá ter certa margem para a negociação e acertos com outras forças antineoliberais, mas que não possa ficar irreconhecível nem preterida.

O acesso da esquerda ao governo, em meio à globalização neoliberal, implica em vencer os obstáculos à adoção de políticas em benefício popular e a tentativa de provocar seu desgaste. O ponto-chave é que a acumulação eleitoral se converta também em acumulação de poder popular, de construção de uma unidade democrática de todos os explorados e excluídos pelo sistema, como suporte indispensável para conquistar o poder estatal.

Idéias para um debate

O neoliberalismo não é uma variante do 'capitalismo selvagem', frente à qual se possa criar uma alternativa de 'capitalismo com uma face humana'. A luta genuína e conseqüente contra o neoliberalismo leva a desafiar o capitalismo como sistema. A alternativa independentemente das particularidades que se adotem em cada nação, há de se basear na defesa da soberania e da independência; o fortalecimento constante da unidade nacional; o controle efetivo dos bancos e dos seguros, da indústria, da agricultura e dos recursos naturais; o projeto e execução de uma estratégia integral de desenvolvimento, que inclua a revalorização do salário, o incremento do emprego e a eficiência econômica; a geração de capacidades científicas e técnicas próprias; a

aplicação de uma política genuína de desenvolvimento humano e social; o funcionamento de um sistema político participativo e representativo; o crescimento do sentimento de solidariedade e cooperação humanas e, a mais ativa promoção da unidade e integração da América Latina e do Caribe, em estreita inter-relação com todas as demais nações subdesenvolvidas e com os setores cada vez mais desfavorecidos do chamado Primeiro Mundo. Nenhum destes critérios é aceitável para o capitalismo, que fará tudo o que for possível para frustrá-los. Por esta razão, somente um projeto firmemente baseado no poder do povo pode ter a capacidade de executar este programa e enfrentar com êxito a reação do sistema. A única alternativa ao neoliberalismo é o socialismo.

O plano internacional tem importância crescente. De acordo com a internacionalização e concentração da economia, os centros propulsores do capitalismo estabelecem, de forma cada vez mais imperativa, o código de conduta que deve reger todas as nações, assim como as penalidades e mecanismos para aplicá-lo. A democracia nas relações internacionais não foi iniciada. Na mesma medida em que o poder político, econômico e militar se concentra e se internacionaliza, a luta dos explorados e excluídos enfrenta a necessidade de adquirir um caráter mundial, por meio do surgimento de um novo internacionalismo entre os povos. O processo de criação de uma democracia pode e deve começar no país, mas não se completará até que se estenda e consolide em todo o mundo.

Muito se tem escrito, dos mais diversos pontos de vista, sobre as consequências de que não se tenha cumprido o presságio marxista do triunfo da revolução proletária nos países desenvolvidos e sua incidência nos processos de construção socialista co-

nhecidos até hoje. Este tema ultrapassa os limites deste artigo. Os desafios do socialismo são grandes, mas que outra alternativa racional tem a humanidade? Os problemas do socialismo se ampliam ao se utilizar a imagem do 'Estado de Bem-Estar' como parâmetro de comparação. Diante desta imagem se pretende medir as experiências fracassadas e as atuais de construção do socialismo. Com este nivelamento pretende-se argumentar a inviabilidade do desenvolvimento de experiências futuras; o capitalismo é sinônimo de 'Estado de Bem-Estar'? É sinônimo de sociedade opulenta de consumo? O capitalismo realmente alcança, como sistema mundial, a média de êxitos da construção socialista? Os cidadãos da antiga União Soviética e demais países do chamado socialismo real vivem atualmente no 'capitalismo real'? Por acaso desfrutam do 'Estado de Bem-Estar'? Caminham em qual direção? O socialismo resulta incompatível com a riqueza e o consumo suntuoso das elites e com a miséria das grandes majorias. Seu objetivo é a satisfação das necessidades de toda a humanidade e isto implica em avançar em direção do desenvolvimento equitativo e sustentável.

O agravamento da crise do capitalismo provoca que a tendência política mundial comece a se deslocar da onipotência do neoliberalismo, para o fortalecimento das correntes reformistas. Enquanto que o sistema aprofunda inevitavelmente suas próprias contradições, sabemos que as condições para a revolução foram novamente criadas,

ainda que hoje não possamos precisar quando, como, ou onde. Nestas circunstâncias, os pontos principais para a orientação do rumo da esquerda revolucionária, acerca dos

quais torna-se urgente a unificação de esforços nacionais, regionais e mundiais, são três: primeiro, demonstrar a possibilidade e necessidade de derrotar o

capitalismo; segundo: determinar os objetivos e táticas das lutas em cada conjuntura e, terceiro: aproveitar a experiência histórica do movimento revolucionário para abordar criativamente os problemas teóricos e políticos que se apresentam, entre os quais pode-se destacar: a conquista e a defesa do poder político, a construção de uma democracia socialista e a garantia da viabilidade econômica do projeto.

ROBERTO REGALADO ALVAREZ é coordenador da Equipe de Análise da Área da América do Departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista de Cuba.

NOTAS

(1) "É a direita que define o que se conhece, o que se discute, dentro de quais parâmetros teóricos, com que concepção de sociedade, sem que a esquerda possa confrontá-la com bases ideológica e teórica próprias. Parte deste vazio é o que explica uma hegemonia sem comparação da direita neste século, pois se impôs como princípio científico, a noção de que a desigualdade é um motor inevitável do funcionamento social e, portanto, um objetivo sempre desejável, na medida em que é imprescindível para recuperar o dinamismo do sistema". Beatriz Stolowics, Pesquisadora da Universidade Autônoma do México. México, DF. Manuscrito.

(2) Ver: Carlos Vilas. *Estado y políticas sociales después del ajuste: debates y alternativas*. A.A.V.V. Edição a cargo de Carlos Vilas, Editora Nueva Sociedad. Primeira Edição, Caracas, 1995.

(3) Ver: Samir Amín e Pablo Gonzalez Casanova. *La nueva organización capitalista del mundo vista desde el Sur* (I e II). A.A.V.V. Edição a cargo de Samir Amín e Pablo Gonzalez Casanova. Editora Artrapos. Londres. Primeira Edição, 1995.

(4) Karl Marx e Frederich Engels. *El Manifiesto Comunista* (1847). Editora

O neoliberalismo impõe seu próprio conceito de democracia

Ciencias Sociales. Havana, 1991, p. 36.

(5) "O Estado capitalista pode ser concebido como relativamente independente dos partidos políticos, dos grupos sociais ou de interesse, como o cenário em que são desenvolvidas as estratégias de poder, ou como o referente ou destinatário das mesmas, mas não é independente com relação ao caráter do sistema socioeconômico do qual emerge e das relações de poder que o expressam; portanto, não é autônomo nem neutro às tensões e crises que ameaça, minar o caráter de tal sistema." Carlos Vilas, *op.cit.*, p. 12.

(6) Ver: Dora Kanoussi, "Los principios del neoliberalismo". *Memoria* nº 91, pp. 32-27, México, DF.

(7) "Para algumas pessoas, a democracia deve, ou deveria, ter conotações mobilizadoras e mais idealistas. Em sua opinião, a "verdadeira democracia", significa "liberté, égalité, fraternité", um efetivo controle comunitário sobre as políticas de governo, um governo responsável, honestidade e abertura política, deliberação informada e racional, poder e participação iguais entre outras diversas virtudes cívicas. Estas são, em geral, as coisas boas e, se desejarmos, podemos definir a democracia nestes termos. Pensando assim, sem dúvida, aparecem todos os problemas que acabaram com as definições de democracia por princípio ou pelos seus objetivos. As normas confusas não permitem análises viáveis. Eleições, abertura, liberdade e jogo limpo são a essência da democracia, o infalível "sine qua non". Os governos eleitos podem ser ineficientes, corruptos, decepcionantes, irresponsáveis, dominados por interesses concretos e incapazes de adotar as políticas que ensejem o bem público. Estas características os transformam em governos indesejáveis, mas não em governos não democráticos". Samuel Huntington. *La Tercera Ola: la democratización a finales del siglo*

XX. Editora Paidós, Buenos Aires, 1994, pp. 22-23. 1ª edição, Gráfica da Universidade de Oklahoma, 1991.

(8) "A chamada nova direita, ou neoliberalismo, está constituída por uma mescla de liberalismo econômico e conservadorismo sócio-moralista ligados aos preceitos políticos "da lei e da ordem" (...) Somente um Estado forte e um mercado regulador universal disciplinariam a sociedade. O mercado assume agora vários significados e papéis, é meio de disciplina social, já que põe fim ao desastre estatal-fiscal e às demandas desmedidas das forças organizadas, que sustentavam o consenso keynesiano (...) A relação entre o conservadorismo e o mercado é antiga; a novidade é, sem dúvida, a utilização do mercado para impor os valores e as tendências conservadoras. A primazia do mercado foi integrada à ideologia liberal que o considera fonte de liberdade individual e de bem-estar econômico e, mais ainda, à ideologia conservadora que o tem como instrumento de defesa das instituições "naturais", tradicionais e seus respectivos valores. Dora Kanoussi, *Op. cit.* p. 32.

(9) "Um dos maiores êxitos da nova direita é ter socializado a idéia de que é possível praticar a democracia ainda que haja uma profunda desigualdade social, através da imposição da noção de que existe uma autonomia absoluta entre a economia e a política". Beatriz Stolowics, *op. cit.*

(10) "(...) Empregados, trabalhadores e camponeses descobriram que os direitos do cidadão oferecidos pelo neoliberalismo não têm peso significativo para ensejar políticas que os fortaleçam ou os defendam. Nos países do Terceiro Mundo, a imensa maioria dos cidadãos está vivendo em nível de pobreza ou extrema pobreza; o fato de votar conforme a maioria, e de que seus votos serão eficientes, projeta demandas sociais e problemas de governabilidade, que a classe política e a dominante consideram aceitáveis. Mas,

até mesmo a própria democracia eleitoral é imensamente precária, como também o são as liberdades de organização e os direitos individuais". Pablo González Casanova. "Lo particular y lo universal a fines del siglo XX." *Memoria*, nº 87, pp.9, México, DF.

(11) Estas idéias aparecem expostas nas intervenções de Felipe González e Ricardo Nuñez no Seminário "Los Desafíos para el Socialismo Democrático Iberoamericano", CELARE. Santiago do Chile, 4 de setembro de 1996, pp. 11-12; 13-18 e 39-41.

(12) "As classes médias - o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês - todas elas lutam contra a burguesia para salvar sua existência enquanto classes médias. Portanto, não são revolucionárias, mas sim conservadoras. Entretanto, são reacionárias, já que pretendem voltar atrás no caminho da história. São revolucionárias unicamente quando têm diante de si a perspectiva iminente de se tornarem proletárias, defendendo assim não seus interesses atuais, mas os futuros, quando abandonarão seus próprios pontos de vista para adotar os do proletariado." *op. cit.* p. 4

(13) Ver: Jorge G. Castañeda. *Proceso* nº 1072, México, DF.

(14) "(...) Hoje na América Latina a batalha prioritária é derrotar o neoliberalismo, porque se não o derrotarmos, desapareceremos como Estados independentes e seremos mais colônias do que jamais foram os países do Terceiro Mundo (...) Derrotar o neoliberalismo seria criar uma esperança no futuro, preservar condições para seguir adiante, porque o limite do nosso progresso estará no capitalismo e não haverá progresso humano, se este não se propõe a ultrapassar as fronteiras do capitalismo, mas isto será uma tarefa para outro momento, não diria de outras gerações". Fidel Castro Ruz. Discurso pronunciado na Sessão de Encerramento do IV Encontro do Foro de São Paulo. *Granma*, 26 de julho de 1994.

Do foquismo ao reformismo: Castañeda e a esquerda latino-americana

Castañeda aborda o processo de reorientação político-ideológica de grande parte da esquerda do continente

LUIS FERNANDES

“Nenhum plano sobrevive ao contato com o inimigo.”
Marechal Helmuth Carl Bernard von Molthe (1800-1891)

Em edição anterior (1), a *New Left Review* publicou uma resenha basicamente favorável do livro de Jorge Castañeda *Utopia Desarmada*. Esta resenha foi escrita por James Dunkerley, a partir de um enfoque predominantemente hispano-americano. Pouco depois da publicação desta, o livro de Castañeda foi lançado no Brasil com um subtítulo diferente da versão original. (2) O próprio Castañeda veio ao Rio de Janeiro e São Paulo lançar a versão do seu livro em língua portuguesa. Apesar do eficiente esquema de divulgação, no entanto, o livro não chegou a provocar, nos meios acadêmicos e políticos brasileiros, o mesmo *frisson* polêmico que suscitou nos Estados Unidos e nos países de língua espanhola da América Latina.

Este fato em si é merecedor de maior atenção e reflexão. Em parte, pode ser decorrência da própria fragilidade da identidade latino-americana no Brasil, da perspectiva eurocêntrica adotada por grande parte da sua elite intelectual, bem como da aguda consciência nacional sobre o 'excepcionalismo bra-

sileiro' no continente. Estas atitudes foram reforçadas pela imagem excessivamente genérica e indiferenciada da América Latina apresentada pelo próprio Castañeda - apesar de repetidas declarações em contrário. De fato, quando examinadas mais de perto, inúmeras informações veiculadas sobre o Brasil no livro são um tanto bizarras. (3) Para além destas inconsistências, no entanto, o livro de Castañeda aborda, de forma corajosa e aberta, os problemas programáticos, estratégicos e táticos mais cruciais que se apresentam para a esquerda latino-americana à luz da derrota de seus próprios intentos revolucionários e do colapso do socialismo no Leste.

Utopia Desarmada procura levar às suas últimas conseqüências (políticas e teóricas) o processo de reorientação político-ideológica atualmente empreendida por grande parte da esquerda do continente, destacando o grau de ruptura que esta reorientação implica para com concepções e práticas do passado - algo que muitos dos seus líderes não conseguem ou não que-

rem fazer. Deste ponto de vista, trata-se - um século depois - de um equivalente latino-americano do trabalho clássico de Eduard Bernstein, *Os Pressupostos do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*. Castañeda certamente levanta questões pertinentes e fundamentais. Mas, será que nos apresenta um marco apropriado e viável para confrontá-las? A minha avaliação é que não. Sustentar esta apreciação exige um exame mais detido da construção do seu argumento no livro.

As lentes do Castañeda

O argumento central de *Utopia Desarmada* é o de que, face à dupla impossibilidade da revolução e do socialismo, a esquerda latino-americana tem de mudar de curso. Este argumento é explorado em duas partes interrelacionadas. Na primeira, um ambicioso painel histórico do desenvolvimento e das derrotas da esquerda no continente ao longo deste século aponta para o esgotamento de perspectivas centradas na 'revolução'. Na segunda, Castañeda procu-

ra compor uma agenda alternativa para a esquerda latino-americana centrada na 'reforma', já que o colapso do 'bloco soviético' teria revelado a inviabilidade do seu paradigma socialista anterior. (4) A resenha histórica do livro cobre o desenvolvimento tanto da esquerda 'política' quanto 'social', mas seu foco principal de análise recai mesmo sobre as "intrigas, dilemas e promessas" (5) das quatro principais correntes da 'esquerda política' continental: os partidos comunistas, os movimentos 'populistas', as organizações político-militares inspiradas pela revolução cubana e a 'nova esquerda reformista'. Castañeda enfoca esta resenha por um ângulo muito específico: o da ascensão, crise e derrota (ou conversão) de duas grandes "ondas" de movimentos guerrilheiros inspirados (e, em geral, apoiados) por Cuba - um conjunto bastante heterogêneo de organizações marcadas por uma fixação quase que obsessiva com a questão da luta armada, a que se convencionou chamar de *foquistas*, *fidelistas* ou *castristas*. Não por acaso, a narrativa histórica do livro toma como ponto de partida os *montoneros* argentinos, que são apresentados como experiência arquetípica da esquerda latino-americana. A adoção desta perspectiva introduz um viés particular à narrativa, com implicações importantes para a sua análise.

Imigrantes ilegais

A primeira consequência da adoção deste viés é a desqualificação algo ligeira e superficial das duas correntes que precederam o advento das organizações revolucionárias 'político-militares' na es-



Para Castañeda as correntes populistas são autoritárias. Isto não é tão simples e unívoco. Getúlio Vargas, apesar do Estado Novo, foi responsável pela introdução de reformas democráticas no Brasil

querda continental: a dos partidos comunistas e a dos movimentos e regimes 'populistas'. Os primeiros são apresentados como um produto 'não enraizado nas circunstâncias locais' - 'uma variedade importada' de 'natureza congenitamente estrangeira' (p. 37). Isto explicaria o seu 'lento e silencioso esvaziamento' em meados dos anos '80. Embora tanto Castañeda quanto Dunkerley procurem sustentar essa apreciação em considerações desenvolvidas por Alan Angell (6), o fato é que eles simplesmente generalizam e reproduzem um dos preconceitos mais antigos lançados contra a esquerda pela elites mais conservadoras da América Latina - preconceito este que não se sustenta diante de uma análise objetiva e conscienciosa da trajetória dos partidos comunistas mais importantes da região.

É ponto passivo, hoje, o reconhecimento de que os comunistas latino-americanos tenderam a subcrever uma concepção limitada e

unilateral do socialismo baseada no 'modelo soviético'. Não foram, no entanto, os únicos a fazê-lo, quer entre as correntes de esquerda na região ou entre os partidos comunistas do resto do mundo. Também são conhecidos os traumas e prejuízos causados aos partidos comunistas da região pela implementação de mudanças bruscas e erráticas nas suas respectivas linhas políticas, de forma a adaptá-las às cambiantes exigências da política externa soviética. (7) Isto está longe de significar que estes partidos constituíam uma força essencialmente exógena, descolada das circunstâncias locais. Alguns destes partidos - como os de Cuba, Chile, Brasil e Uruguai - exer-

ceram, durante décadas, um papel bastante decisivo e influente na vida política dos seus respectivos países, apesar de serem constantemente discriminados, perseguidos e reprimidos. Isto seria impensável no caso de organizações políticas não enraizadas em necessidades e demandas locais. (8) Ademais, a acusação de 'não-latinoamericanismo' formulada por Castañeda - e reforçada por Dunkerley - toca uma nota teórica e política *anti-universalista*, que me parece francamente incompatível com qualquer projeto de emancipação *humana*. (9)

Se os pontos levantados acima são válidos, resta a seguinte questão: por que a influência política da maioria dos partidos comunistas latino-americanos minguou? A resposta para esta indagação não é simples ou direta, e demanda séria pesquisa e debate. O ponto principal levantado por Castañeda é o de que a natureza exógena desses partidos tolheu, de forma irremediável, os seus credenciais reformis-

tas. Sugiro uma explicação diferente: a de que a perda de influência possa ser decorrência da *descaracterização* política e ideológica que acometeu esses partidos ao assumirem o protagonismo do mesmo tipo de *aggiornamento* que Castañeda nos propõe hoje. (10) Não estou argumentando, aqui, *contra* a renovação das práticas e concepções da esquerda, mas apenas enfatizando de que variados cursos de *aggiornamento* são possíveis - e que cabe pesar cuidadosamente os limites, os riscos e as potencialidades de cada um (empreendimento do qual Castañeda se esquivava, por enfraquecer a argumentação em defesa do tipo específico de renovação que ele propõe).

O “populismo” nacionalista

O tratamento dado aos movimentos e regimes ‘populistas’ pelo livro é, em geral, mais favorável. Estes são vistos como integrantes de uma corrente “profundamente enraizada na história e na tradição do hemisfério” (p. 54). Castañeda se esquivava dos problemas analíticos e conceituais gerados pela própria utilização da categoria ‘populismo’ - um tema muito polêmico nos círculos políticos e intelectuais latino-americanos, pois envolve um determinado posicionamento (crítico) diante de importantes partidos, movimentos e lideranças da região no presente e no passado. O mínimo que se pode dizer é que se trata de um conceito carregado e impreciso, que engloba fenômenos bastante heterogêneos, tanto por sua orientação política, quanto por sua base social: desde o trio ‘original’ Vargas-Péron-Cárdenas, até as experiências mais recentes de Alan Garcia no Peru e Leonel Brizola no Brasil, passando por Victor Paz

Estenssoro na Bolívia e Omar Torrijos no Panamá.

Uma característica básica comum a todos estes movimentos e regimes era a sua ênfase na afirma-

Castañeda desqualifica os partidos comunistas e os regimes ‘populistas’

ção nacional e o seu recurso ao intervencionismo estatal como instrumento crucial para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Nesta base, eles desempenharam um papel central na configuração e consolidação de estruturas fundamentais dos aparatos estatais dos seus respectivos países, estruturas estas que são o alvo prioritário da atual ofensiva neoliberal no continente. (11) Por este mesmo motivo, poderá ser precipitada, também, a proclamação do “fim do populismo na América Latina” feita por Castañeda no livro. (12) Dadas as implicações antinacionais desta ofensiva, é bem possível que determinadas correntes ‘populistas’ possam se transformar em leitos importantes de resistência contra a agenda neoliberal. (13) Ademais, em diversos países, essas correntes constituem uma expressão política legítima dos setores mais excluídos, marginalizados e miseráveis da população, que se encontram alijados das organizações sociais e políticas enraizadas no ‘setor formal’ das suas respectivas economias. (14) Como o peso destes setores nas sociedades latino-americanas vem aumentando sob o impacto social negativo das políticas ortodoxas de ajuste, a base social urbana do ‘populismo’ pode mesmo se ampliar.

A principal crítica formulada por Castañeda às correntes

‘populistas’ é o de que elas abrigam fortes tendências autoritárias e são reformistas muito tímidos e hesitantes (dado o seu temor de um ativismo político repentino e descontrolado por parte das ‘massas de pobres’). O balanço, aqui, também não é tão simples e unívoco. Como líder da Revolução de ‘30, por exemplo, Getúlio Vargas - apesar do lapso do Estado Novo, de 1937 a 1945 - foi responsável pela introdução de reformas democráticas fundamentais no Brasil, como o sistema de representação proporcional, o voto secreto, a extensão do sufrágio para as mulheres, o estabelecimento de uma justiça eleitoral independente, além da introdução de direitos sociais básicos. Mais fundamental do que este balanço, entretanto, é o fato de Castañeda não ter abordado a raiz do *reformismo* tênue e inconseqüente do ‘populismo’: a relutância deste em confrontar e transformar as estruturas de propriedade altamente concentradas prevalecentes na América Latina. O problema é que a agenda alternativa proposta em *Utopia Desarmada* reproduz esta mesma relutância básica. Voltaremos a isto mais adiante.

As limitações teóricas e políticas do Foquismo

Ao passar para o seu principal foco de interesse na história da esquerda latino-americana - a evolução das variadas organizações ‘político-militares’ inspiradas pela Revolução Cubana desde os anos ‘60 - Castañeda destaca que estas organizações foram constituídas a partir de uma falsa contraposição teórica entre ‘luta armada’ e ‘via pacífica’. Esta oposição genérica e indiferenciada desconsiderava o estudo mais sério das condições concretas de luta em cada país e, de fato, em todo o continente (p. 71). Uma vez

mais, me parece que o balanço histórico, aqui, é um tanto mais complexo e contraditório. A apreciação de Castañeda é certamente apropriada para a 'safra' original de organizações (*foquistas*) de guerrilha urbana e rural, que se espalharam pelo hemisfério entre meados dos anos '60 e '70. Mesmo com todas as suas idiosincrasias, os *montoneros* argentinos são bastante representativos das concepções e práticas desta "safra". Praticamente todos estes grupos foram dizimados ou se desintegraram, conseguindo pouco mais do que a não-desejada legitimação do terror contra-revolucionário dos regimes militares. Mas inúmeras organizações revolucionárias - sobretudo na América Central - souberam superar estas limitações e vincular a sua luta armada a formas amplas de luta política e social legal, desempenhando um papel crucial na democratização dos seus respectivos países. Basta lembrar os papéis desempenhados pela FSLN na Nicarágua e pela FMLN em El Salvador.(15)

Os eventos de Chiapas, é claro, voltaram a colocar a questão da luta armada na agenda política latino-americana. Devemos nos precaver da tentação de generalizar lições políticas e estratégicas do levante *zapatista* para toda a esquerda do continente - sobretudo por se tratar de um movimento de base indígena. As condições de Chiapas tem pouco a ver com a de outros países onde as populações indígenas foram, basicamente, exterminadas (como o Brasil e os países do Cone Sul). *Utopia Desarmada* foi escrito antes da rebelião no México, mas a edição brasileira foi preparada depois. Castañeda escreveu um prefácio especial para esta, em que argumenta

que os comentadores que viam uma refutação do seu livro nos eventos de Chiapas não haviam entendido o seu argumento básico. Ele não havia descartado a possibilidade da luta armada de esquerda na região, e sim a idéia da *revolução*. O *zapatismo* não passaria, na sua opinião, de um movimento armado *reformista*. Esta linha de argumentação parece um

A distinção entre *luta armada* e *revolução* parece válida

tanto estranha, sobretudo se levarmos em conta o próprio título do livro e a sua condenação de todas as experiências anteriores de luta armada de esquerda na

América Latina. Mas vamos analisá-la nos seus próprios termos.

A distinção conceitual estabelecida por Castañeda entre a *luta armada* (uma questão tática relacionada às formas de luta adequadas para condições históricas determinadas) e a *revolução* (um programa estratégico de transformações estruturais sociais, econômicas e políticas) me parece válida. Ela nos ajuda a superar a confusão estabelecida entre as duas questões na teoria e na prática do *foquismo*. Mas no coração desta inadequada contraposição entre 'luta armada' e 'via pacífica' no pensamento *foquista* estava uma outra contraposição, igualmente problemática: a que opunha, de forma genérica, a 'reforma' à 'revolução'. Castañeda não só deixa de examinar criticamente esta segunda (e fundamental) polarização, como a constitui no pilar central de toda a sua linha de argumentação.

A questão da relação entre reforma e revolução não é, evidentemente, uma problemática nova: há muito ela ocupa lugar central nas agudas polêmicas da esquerda em todo o mundo sobre estratégia e tática. Não tenho a intenção de reto-

mar mais profundamente essa discussão aqui. Quero apenas destacar um fato básico: todas as experiências revolucionárias vitoriosas da era moderna - incluindo a própria revolução cubana - tem em comum processos de ruptura política *comandados pela exigência de reformas*, que os antigos regimes não queriam ou não podiam atender. A exigência de reformas relacionadas à conquista ou afirmação da sua soberania nacional foi o impulso fundamental de todas as revoluções sociais que varreram as regiões mais atrasadas do mundo capitalista ao longo do Século XX. Isto sugere que contrapor genericamente 'revolução' e 'reforma' - como opostos mutuamente exclusivos - é uma perspectiva simplista e limitada. O verdadeiro desafio teórico e político para a esquerda é o de tentar unir e mobilizar o leque mais amplo possível de forças sociais em torno de bandeiras reformistas capazes de colocar em cheque as estruturas prevalentes de desigualdade e opressão. Mas isto exige uma visão estratégica alternativa que comece por questionar e confrontar essas mesmas estruturas.

Ao insistir que reforma e revolução são 'opções incompatíveis' (p. 362), Castañeda reproduz a mesma limitação conceitual básica do *foquismo*. Como a revolução é considerada, por ele, uma opção inviável, não restaria à esquerda latino-americana outra alternativa a não ser abandonar qualquer pretensão a 'transformações' ou 'rupturas' revolucionárias, e abraçar com toda a força o *credo* reformista. Isto implica que a esquerda deve se resignar ao fato de que o futuro não será mais do que uma versão intensificada do presente (p. 207). Tomando como referência as experiências políticas recentes da esquerda na região, a segunda parte do livro trata de elaborar as bases de uma agenda reformista alternativa.



Fotos: Juan Ramon Martinez/La Guillotina



O zapatismo não passaria, na opinião de Castañeda, de um movimento armado reformista

A agenda alternativa de Castañeda

Castañeda apresenta propostas políticas muito concretas e pertinentes para a composição de um curso de desenvolvimento alternativo à ortodoxia neoliberal dominante. Muitas das suas sugestões podem ajudar a esquerda latino-

americana a sair de uma posição excessivamente defensiva para tomar a iniciativa política em várias frentes. Sua recuperação da 'questão nacional' como elemento central da agenda de esquerda - entrelaçada com as questões 'social' e 'democrática' - é um ponto importante, muitas vezes incompreendido por intelectuais marxistas ou progressistas na Europa e nos Estados Unidos. (16) Me parecem igualmente válidas a sua defesa conscienciosa da integração horizontal latino-americana (o que implica a rendição voluntária de soberania para organismos federais) e da necessidade de explorar com inteligência as contradições sociais, políticas e econômicas da sociedade norte-americana.

Estas propostas, no entanto, não estão inseridas em um confronto estratégico com as estruturas altamente concentradas de propriedade privada no continente. Esta me parece ser a verdadeira 'linha divisória', hoje, entre agendas políticas 'reformistas' e 'revolucionárias' na região. A não ser por algumas ligeiras referências à reforma agrária, *Utopia Desarmada* não apresenta qualquer proposta política mais consistente para confrontar esta questão crucial. Mesmo quando defende a persistente relevância da intervenção estatal para a industrialização, Castañeda argumenta que esta intervenção deve se limitar aos setores da economia em que os capitalistas privados ainda não sejam fortes o suficiente para se responsabilizar por tudo (p. 385).

O livro justifica esta agenda reformista com um argumento com fortes ecos de Fukuyama: não existiria qualquer curso alternativo de desenvolvimento no mundo de hoje para além das fronteiras de uma economia de mercado onde o setor privado desempenhe papel central (p. 382), e de uma concepção liberal-processual de democracia

(p. 272). No âmbito destes contornos, no entanto, variados cursos de desenvolvimento seriam possíveis, com arranjos institucionais distintos entre estados, mercados e empresas. Castañeda passa em revista os diferentes modelos de desenvolvimento capitalista em “oferta”, e conclui que, ao invés de aceitar o modelo anglo-saxão de livre mercado, a América Latina deveria gerar um paradigma endógeno inspirado nos modelos europeu (especificamente, renano) e japonês, que preservam um papel regulatório importante para o Estado em relação aos mercados e às empresas.

Castañeda deixa fora do seu balanço, no entanto, o grande sucesso econômico deste final de século: a China. O fato é que a experiência chinesa não se encaixa no seu argumento. Experimentando com variadas formas de propriedade (embora mantendo a predominância de formas sociais e coletivas), a China tem sustentado índices impressionantes de desenvolvimento econômico ao longo dos últimos quinze anos. (17) Isto indica que existem, sim, experiências vitoriosas e viáveis de desenvolvimento não-capitalista no mundo, que tem de ser levadas a sério e estudadas com cuidado. A China, assim, passa na “prova do mapa” que *Utopia Desarmada* toma emprestado de um líder guerrilheiro salvadorenho: “se um modelo é materializado em algum país do mundo, ele é válido e útil, se não está, não é”. (18)

Mesmo em relação às experiências alemão e japonesa, Castañeda desconsidera um dos aspectos cruciais do seu sucesso (e que vale também para as experiências da Coreia do Sul e de Taiwan): dado o temor da “ameaça comunista”, as

forças de ocupação ocidentais deflagraram reformas fundamentais nas estruturas de propriedade desses países no pós-guerra (sobretudo na propriedade fundiária), reformas estas que não constavam da agenda política das classes domi-

A questão da relação entre reforma e revolução não é uma problemática nova

nantes endógenas. (19) A ocupação militar desses países cumpriu, assim, papel análogo ao de uma ‘revolução’. Na Coreia do Sul, por sua vez, o setor bancário, nacionalizado inicialmente durante a ocupação japonesa, voltou a ser nacionalizado em 1961 e desempenhou papel central no ‘milagre econômico’ do país nos anos ‘60 e ‘70. (20) Mesmo no Chile - a experiência neoliberal de maior sucesso econômico na América Latina - a opção adotada foi a de preservar (e não a de reverter) transformações fundamentais nas estruturas de propriedade implementadas pelo governo socialista anterior de Salvador Allende, como a reforma agrária e a nacionalização da indústria estratégica do cobre. (21)

As inadequações políticas e estruturais do reformismo de Castañeda

A questão crítica que emerge, então, é se uma agenda alternativa de esquerda que não confronta as estruturas de propriedade predominantes na América Latina pode ser viável e/ou efetiva do ponto de vista social, político e econômico. Castañeda argumenta que sim, se ela incluir uma política agressiva de legislação social, uma profunda reforma fiscal e uma estratégia nacional de crescimento industrial ori-

entada para a exportação (pp. 373-74). Dada a escala de desigualdade social, exclusão e miséria existente na região, no entanto, uma abordagem desta natureza pode se revelar incapaz de reverter a tendência ao agravamento da polarização social, hoje amplamente dominante na região. (22) A persistência de estruturas de propriedade privada extremamente concentradas tende a agravar a destituição de amplas parcelas da população, para além do alcance das políticas compensatórias mais bem intencionadas. Ao mesmo tempo, a intensificação da mobilidade do capital - via a integração global de mercados financeiros e monetários - aumenta a capacidade de resistência dos investidores privados a qualquer tentativa de elevação da sua carga fiscal, com fins redistributivos. Os investidores privados sempre tem aberta para si a opção de simplesmente se retirar do país em questão, e se deslocar para outro(s) que oferece(m) condições mais atraentes de retorno. Como resultado, os mercados nacionais que operam numa lógica que privilegia o setor privado acabam por sofrer severas restrições que impedem a sua capacidade de sustentar, a longo prazo, esforços industrializadores que sejam, simultaneamente, promotores de maior integração social.

Não estou argumentando, aqui, a favor de uma agenda de socialização global e indiferenciada para a esquerda. Os limites desta alternativa já foram evidenciados pelo colapso do antigo ‘campo socialista’ no Leste - e são ainda mais agudos nas condições de relativo atraso prevalentes na América Latina. Estou convencido, no entanto, de que qualquer alternativa de esquerda na região, se quiser ser eficiente e viável, tem de incluir tanto a extensão de políticas sociais progressistas, quanto a multiplicação de diversas formas de propriedade

social nos marcos de economias mistas que preservem uma participação importante para o setor privado. Castañeda enfatiza que a esquerda tem de ancorar as suas políticas redistributivas em capacidades fiscais e produtivas reais. Ele critica, nesta base, o 'keynesianismo irresponsável' das experiências 'populistas' e *reformistas* no hemisfério. Isto me parece um ponto pertinente e válido. Mas cabe destacar que a adoção de medidas inflacionárias desta natureza foi, em parte, um meio de promover maior integração e justiça social *sem* confrontar de maneira mais séria os poderosos interesses empresariais e latifundiários dominantes. (23) O problema é que a agenda alternativa apresentada em *Utopia Desarmada* também se abstém de confrontar esses interesses e as estruturas socio-econômicas que os sustentam. Neste contexto, a reiterada insistência do livro na 'austeridade fiscal' e nas 'capacidades produtivas' pode acarretar o efeito perverso de minimizar e/ou adiar indefinidamente reformas sociais urgentemente necessárias.

É ponto passivo que a América Latina precisa implementar urgentes reformas administrativas e fiscais para tornar a ação estatal mais racional e eficiente. Mas, em meio a iniquidades sociais tão agudas, o fato é que os estados latino-americanos são "gastadores" relativamente avaros em comparação com seus colegas mais industrializados. No final dos anos '80, os gastos estatais dos principais países da região oscilava entre 27% do PNB na Venezuela e 36,4% no Chile, contra um leque entre os 31,2% dos Estados Unidos e os 64,5% da Suécia para os países capitalistas centrais. (24) Ademais, no Brasil (cujos gastos estatais no levantamento acima equivaliam a 31,2% do seu PNB), mais da metade do orçamento nacional (55,1% para ser exato)

são destinados a pagamentos das dívidas interna e externa. (25) Qualquer tentativa mais séria de combater a reversão da desigualdade social com a austeridade fiscal (de forma a escapar da ameaça da hiperinflação) terá de se confrontar com esta sangria de recursos públicos, redirecionando-os para investimentos efetivos em serviços públicos, iniciativas estratégicas de desenvolvimento e políticas redistributivas ampliadoras do mercado interno. Mas isto esbarra em interesses financeiros muito poderosos acostumados a uma promíscua e íntima relação com os poderes públicos. A esquerda, portanto, não pode deixar de considerar a perspectiva da nacionalização parcial ou integral destes interesses como parte integrante de uma estratégia global de desenvolvimento alternativo.

A política de uma alternativa de esquerda efetiva

Dadas as limitações estruturais indicadas acima, a viabilidade política da 'agenda alternativa' proposta por Castañeda se sustenta em pouco mais do que em inglês se chama de *wishful thinking* ('pensar com meros desejos'): a esperança de que, com o fim da Guerra Fria, o *establishment* norte-americano ficará mais tolerante em relação a mudanças progressistas na América Latina (dado o seu temor de um 'efeito bumerangue' múltiplo na era da globalização) e a comunidade empresarial da região ficará mais sensível à necessidade de reformas sociais (dado o seu temor de que a iniquidade social e

a miséria predominantes detonem uma espécie de 'efeito *Sendero Luminoso*' na região). Esta esperança não apenas subestima os vínculos entre a política dos Estados Unidos para a América Latina e os interesses de empresas norte-americanas na região, como se baseia em uma lógica que se auto-derrota: se a esquerda adotar a perspectiva sugerida por Castañeda, os interesses dos grandes empresários e latifundiários locais não terão qualquer ameaça política fundamental pela frente para despertar e/ou aguçar a sua sensibilidade reformista. Assim, a nova perspectiva que o livro sugere para a esquerda latino-americana condena esta a um papel de 'sócio minoritário' em coalizões dominadas por forças sociais que já se revelaram incapazes de gerar e/ou sustentar um curso de desenvolvimento alternativo ao que é hoje dominante.

Em contraposição a esta linha de raciocínio, sustento que uma alternativa de esquerda só poderá ser efetiva se conseguir gerar um deslocamento significativo no bloco de forças que comandam os estados na região (i.e., se conseguir gerar, em termos gramscianos, um novo 'bloco histórico'). Para tal, me parece crucial a adoção de uma estratégia política orientada para estender o atual impulso democratizante para além das limitadas fronteiras processuais em que tem ficado confinado desde os anos '80. (26) As propostas de reforma política formuladas em *Utopia Desarmada*, no entanto, se mantêm estritamente nos limites das atuais formas liberais-democráticas. Isto não significa que as proposições apresentadas - a defesa do

Um confronto estratégico deve atacar a alta concentração da propriedade privada

pluralismo político e da representação proporcional, da expansão do sufrágio, do fortalecimento dos órgãos legislativos, do estabelecimento de uma justiça eleitoral independente para coibir fraudes, do respeito de direitos humanos e cívicos, etc. - sejam improcedentes ou inválidas. A esquerda latino-americana aprendeu, a duríssimas penas - via aprisionamento, tortura, exílio e dor pela perda de familiares e entes queridos - a valorizar a importância crucial de se preservar práticas e instituições democráticas. Estas vem sofrendo novas restrições nos últimos anos, dado a sua ameaça potencial para a continuidade das políticas ortodoxas de ajuste. (27) Mas isto não significa que a esquerda deva esmorecer sua apreciação crítica do viés de classe específico materializado neste tipo de institucionalidade democrática, ou deixar de formular proposições concretas para superá-lo, ampliando o controle democrático sobre todas as dimensões da vida social - incluindo o 'mundo da produção'. Acredito, mesmo, que a contribuição particular e decisiva da esquerda para a democracia na América Latina origina-se da sua consciência aguda de que as próprias formas liberais-democráticas são permanente ameaçadas pela miséria e destituição social prevalentes na região. Assim, para confrontar a estas, temos de superar aquelas.

O sucesso político do neoliberalismo

Quero fazer um último comentário sobre o impacto político da hiperinflação e da estabilidade monetária no hemisfério. O advento

dos governos Salinas no México, em 1988, Menem na Argentina, em 1989, e Collor de Melo no Brasil e Fujimori no Peru, ambos em 1990, marcaram o deslocamento do grosso da América Latina para a adoção de políticas neoliberais de ajuste ortodoxo, inspiradas no chamado 'Consenso de Washington'. Apesar das conseqüências sociais negativas que este deslocamento acarretou, candidatos identificados com sua continuidade obtiveram acachapantes triunfos eleitorais nesses mesmos países cinco ou seis anos depois.

A viabilidade política de Utopia Desarmada se sustenta em pouco mais do que 'pensar com meros desejos'

No caso do Peru e da Argentina, inclusive os mesmo *individuos* foram eleitos para os cargos de presidente. Não podemos menosprezar a importância política destes resultados. Nesta última safra de eleições, as campanhas dos candidatos vitoriosos foram conduzidas com um apelo claro à *continuidade* dos programas de estabilização. Curiosamente, pesquisas de opinião pública apontavam para uma significativa insatisfação com aspectos essenciais destes programas, como a restrição de direitos previdenciários e sociais, a privatização de serviços sociais básicos, etc. Por que, então, a população conferiu a esses governantes um mandato eletivo para continuar esses programas?

Acredito que a solução para este enigma reside na legitimidade conferida a esses programas e a essas administrações por terem revertido ou evitado quadros de hiperinflação. Até o momento, o capital político gerado pela relativa estabilização monetária vem rendendo mais do que a insatisfação popular com outros aspectos e conseqüências dos programas de ajuste. Isto tem resultado, inclusive, na

desqualificação *a priori* de outros cursos possíveis de estabilização monetária. As eleições presidenciais de 1994 no Brasil dão evidência gráfica disto: todos os estudos de opinião pública convergem para apontar a implementação da reforma monetária (o 'Plano Real') como fator decisivo para inversão da vantagem que o candidato Lula mantinha em relação ao candidato Fernando Henrique Cardoso na corrida para a presidência, ao provocar o deslocamento da preocupação central da população brasileira do tema da 'injustiça social' para o da 'inflação'. (28) É interessante notar que esta legitimação política, por via indireta, das políticas ortodoxas de livre mercado, ocorreu tanto nos países em que a sua adoção se seguiu a uma ruptura política aberta com administrações anteriores (Argentina e Peru), quanto nos países em que se tratou de uma mudança de política implementada por forças já no poder (México e Brasil).

Vistas de uma perspectiva mais ampla, os resultados eleitorais de 1994-95 marcam a consolidação de um novo projeto hegemônico entre as elites latino-americanas, orientado para o lançamento de um novo ciclo de desenvolvimento econômico na região via o desmonte de instituições, estruturas e práticas de intervencionismo estatal erguidas na fase anterior de industrialização via substituição de importações. Dada a escala e a profundidade da atual ofensiva neoliberal no hemisfério, a esquerda enfrenta o desafio de formular uma alternativa em termos igualmente gerais e estratégicos. Os contornos mais precisos desta alternativa dependem das condições existentes em cada país. Mas sem esta perspectiva estratégica, a esquerda carecerá dos sentidos de propósito e direção necessários para se constituir na coluna vertebral de uma ampla frente de resis-

tência, que agrupe os variados interesses econômicos, sociais e políticos negativamente afetados pelas políticas atuais de ajuste, de

As propostas de reforma política em *Utopia Desarmada* são liberais-democráticas

forma a acumular forças suficientes para redirecionar o desenvolvimento da região. Uma alternativa efetiva de esquerda tem de confrontar seriamente as estruturas de propriedade extremamente concentradas predominantes na América Latina. Não fazê-lo é a limitação básica do marco alternativo proposto em *Utopia Desarmada* (e accito, hoje, por grande parte da esquerda continental). Enquanto tal, esse marco simplesmente reproduz a limitação crucial que determinou, no passado, o fracasso das experiências “populistas” e reformistas na região. Partindo da perspectiva de uma geração de revolucionários que fez da passagem das “armas da crítica” para a “crítica das armas” a sua razão de ser, acredito que Castañeda acaba por desarmar a crítica necessária para a construção de uma alternativa efetiva de esquerda.

LUIS FERNANDES é professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC/Rio e do Departamento de Ciência Política da UFF. Este artigo foi originalmente publicado na *New Left Review*, n. 215, 1996.

Notas:

(1) James Dunkerley, “Beyond Utopia: The State of the Left in Latin America”, *New Left Review*, n. 206, 1994.

(2) O subtítulo da versão em inglês era *The Latin American Left after the Cold War* (a esquerda latino-americana depois da Guerra Fria). A versão em português, editada em 1994 pela Companhia das Letras, vinha com o subtítulo mais “picante” *Intrigas, Dilemas e Promessas da Esquerda Latino-Americana*. Todas as indicações de número de página neste artigo referem-se à edição brasileira.

(3) Como apresentar as eleições para o governo *municipal* no Rio de Janeiro em 1982 como um “marco” (p. 304), quando se sabe que estas só vieram a ser restabelecidas em 1985; identificar a Luiz Carlos Prestes como “lendário fundador do PCB” (p. 208), quando este só ingressou no Partido doze anos depois da sua fundação; ou atribuir ao Partido Verde (PV) 10% dos votos no Rio de Janeiro (p. 197), quando este nunca conseguiu mais de 1%.

(4) Esta linha de raciocínio começa no Capítulo 8 do livro, que, sintomaticamente, se intitula ‘La Guerre est Finie’.

(5) Este, por sinal, é o subtítulo da edição brasileira do livro.

(6) Alan Angell, “The Left in Latin America”, in Leslie Bethell, *Cambridge History of Latin America*, Vol. 9.

(7) Como o abandono das políticas nacionais de “frente única contra o fascismo” depois da assinatura do Pacto Molotov-Ribentrop em 1939. Os problemas e constrangimentos que isto causou para os comunistas brasileiros podem ser vistos no livro de Joel Silveira e Geneton Moraes Neto, *Hitler/Stálin: O Pacto Maldito*, Rio de Janeiro, Record, 1989.

(8) Apesar de dividido organicamente em duas alas desde os anos '60, o Partido Comunista (fundado em 1922) é a organização política mais antiga entre as que se encontram em

atividade no Brasil. Os comunistas foram responsáveis pela introdução ativa do movimento operário na vida política nacional, rompendo com o arraigado apoliticismo das correntes anarquistas que lhe antecederam. O Partido Comunista foi responsável, igualmente, pela introdução de inúmeros temas cruciais na agenda política nacional, entre os quais os da reforma agrária e da autonomia sindical.

(9) Vale registrar que o próprio Castañeda não é consistente no seu regionalismo/particularismo, já que a agenda alternativa que propõe para a esquerda latino-americana busca inspiração no “modelo alemão” da “economia social de mercado”.

(10) Vale lembrar que, no imediato pós-guerra, as idéias do dirigente comunista norte-americano, Earl Browder, sobre a dissolução dos partidos em amplas frentes democráticas tiveram muito trânsito entre os comunistas sul-americanos, que as consideravam um desdobramento “natural” das políticas de “união nacional contra o fascismo” adotadas durante a Segunda Guerra.

(11) No seu discurso de despedida do Senado brasileiro, em 14 de dezembro de 1994, o presidente-eleito Fernando Henrique Cardoso justificou a adoção de amplas medidas de privatização e desregulação com base no argumento de que os mecanismos, práticas e instituições remanescentes da “era Vargas” constituem o principal obstáculo para a modernização do país.

(12) Para fundamentar esta proclamação, Castañeda faz referência ao artigo de Alan Touraine, “El Fin de los populismos en Latino America”, *El País*, edição de 6 de agosto de 1989.

(13) No Brasil, por exemplo, lideranças “populistas” como Brizola e Arraes tem tendido a assumir uma

oposição mais forte do que outras correntes da esquerda (incluindo o próprio PT) a temas da agenda neoliberal que implicam em perda significativa de soberania nacional.

(14) A base social do PDT de Leonel Brizola no Rio de Janeiro é uma expressão disto.

(15) Em ambos, por sinal, a condução da luta armada foi combinada com a organização de frentes políticas muito amplas, como a Frente Patriótica, na Nicarágua, e a Frente Democrática Revolucionária, em El Salvador.

(16) A justificativa teórica apresentada para este ponto, no entanto, não me parece muito consistente. Além de subestimar o papel central desempenhado pelo poder de Estado nos processos de formação de estados nacionais unificados na Europa e nos Estados Unidos, a noção de que o conjunto da América Latina é afligida por um processo comum de "formação nacional incompleta" (p. 229) tende a generalizar para o conjunto da região uma realidade específica aos países que foram berço de importantes civilizações pré-colombianas (na América Central e na região andina), onde persistem fortes comunidades e identidades indígenas. As identidades nacionais de países como o Brasil ou os do Cone Sul da América do Sul são tão ou mais "completas" e consolidadas do que dos Estados Unidos ou de qualquer país europeu. Emprego o termo "completo" com certa relutância, pois ele pode implicar uma concepção reificada (estática e finita) de identidade nacional.

(17) A *New Left Review* publicou, no seu número 208, artigos muito interessantes de Paul Bowles, Xiaoyuan Dong, Roberto Mangabeira Unger e Zhiyuan Cui sobre o "milagre chinês".

(18) Castañeda comete uma omis-

são análoga em relação a Cuba quando afirma que nenhum país latino-americano alguma vez conseguiu combinar crescimento econômico e distribuição equitativa de renda (p. 326).

(19) Sobre isto, ver Bruce Cunnings, "The Abortive Abertura: South Korea in the Light of the Latin American Experience", *New Left Review*, n. 173, 1989 e Alice Amsden, "Third World Industrialization: 'Global Fordism' or a New Model?", *New Left Review*, n. 182, 1990.

(20) G. van Liemt, *Bridging the Gap: Four Newly Industrialising Countries and the Division of Labour*, Genebra, OIT.

(21) Ver Manuel Riesco, "Honour and Eternal Glory to the Jacobins!", *New Left Review*, n. 212, 1995.

(22) Confirmando os resultados de estudos anteriores, o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* de 1994 do Banco Mundial classifica as nações latino-americanas no topo da lista dos países com maior desigualdade de renda no mundo. O Brasil tem a maior concentração de riquezas entre os 71 países computados pelo estudo: os 10% mais ricos da população se apropriavam de mais de 51% de toda a renda familiar (contra 46% em 1983). Nos anos '80, a concentração de propriedade fundiária no Brasil, medida pelo índice Gini, alcançava 0,923, contra 0,7 para a Índia e o Paquistão; 0,4 para os Estados Unidos e a Austrália; e 0,3 para a Bélgica, a Holanda e a Noruega (Rodolfo Hoffman, "Evolução da Desigualdade da Distribuição da Posse da Terra no Brasil no Período 1966-1980", *Boletim da ABRA*, n. 6). O Índice Gini varia de 0 (distribuição perfeitamente igualitária entre todos os membros de uma população) a 1 (concentração de

todos os atributos em um único membro da população). Este quadro foi mantido ao longo da última década.

(23) Agradeço a Robin Blackburn por ter me chamado a atenção para este ponto.

(24) CEPAL, *Transformación Productiva con Equidad*, Santiago, 1990 e José Maria Maravall, "Las Razones del Reformismo: Democracia y Política Social", *Leviatán*, n. 35, 1989.

(25) Paulo Lopes (ed.), *A Gestão do Estado Brasileiro Hoje: Tendências e Propostas*, CUT-RJ, Rio de Janeiro, 1995, p. 33.

(26) Um argumento nesta mesma direção pode ser encontrado em Atilio Borón, *Estado Capitalismo e Democracia na América Latina*, São Paulo, Paz e Terra, 1994.

(27) O "auto-golpe" de Fujimori é emblemático disto. Mas mesmo a experiência mais "civilizada" de Fernando Henrique Cardoso no Brasil tem gerado desenvolvimentos preocupantes, como o sistemático atropelo do poder legislativo pelo executivo, a introdução do princípio da reeleição para um poder executivo altamente concentrado e a pesada pressão para substituir o sistema de representação proporcional atualmente existente por alguma forma de sistema misto (como foi feito na Itália). Infelizmente, alguns setores da esquerda brasileira - assim como ocorreu na Itália - estão mais interessados em explorar as vantagens eleitorais imediatas que tal mudança poderá acarretar, do que preocupados com os prejuízos mais permanentes que isto acarreta para a consolidação e o desenvolvimento da democracia.

(28) Ver, por exemplo, Olavo Brasil Jr., "As Eleições Gerais de 1994: Resultados e Implicações Político-Institucionais", *Dados*, vol. 38, n. 1, 1995.

A política da dependência e do desemprego crescente

A política neoliberal de Collor e FHC é a responsável pelas mais baixas taxas de crescimento da história da economia brasileira e põe na rua multidões de trabalhadores

JORNAL ABRA OS OLHOS

Na edição de outubro passado do *Jornal Abra os olhos*, dissemos que era uma vergonha que um governo dirigido pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, um suposto cientista, tivesse divulgado com estardalhaço uma projeção para o futuro da economia brasileira apoiada não na história do nosso desenvolvimento, mas numa aposta de que o rumo escolhido por ele era o acertado. Qualquer projeção que se preze tem como base a história. Mas a projeção do governo FHC ignorou que a economia brasileira, como toda economia capitalista, é cíclica, funciona com altos e baixos: supôs que o país crescerá sempre, por muitos e muitos anos. Desprezou também o fato histórico de que se trata de uma economia dependente: qualquer problema no pagamento das contas externas leva os governos que não querem romper com a dependência a frear o crescimento econômico. Para o governo, o Brasil crescerá segundo as metas oficiais, a 4,5% entre 97 e 99 e a um ritmo mais acelerado depois - 6,4%, em média, entre 2000 e 2006. Em resumo, as projeções diziam: o primeiro mandato de FHC será bom e o segundo será maravilhoso.

Não passou um mês, no entanto, e o governo se encarregou de implodir suas próprias ilusões. No final de outubro, quando a crise financeira que

assolava alguns países da Ásia atingiu a própria Bolsa de Nova York, o Banco Central brasileiro elevou brutalmente a taxa de juros e deu início a uma contenção geral das atividades econômicas. Em março de 1995, logo após a quebra do peso mexicano, Fernando Henrique comandara operação semelhante: os juros foram puxados de perto de 20 para mais de 40% reais ao ano e a economia também foi freada bruscamente. Os resultados dessa política são evidentes. O crescimento de 96 e 97 - 2,9 e cerca de 3,0%, respectivamente - foi bem menor que os 4,5% que o governo pôs no papel. A taxa de elevação do PIB para 98, que o governo previa para 5,0%, está estimada para 2%, ou menos. E, com o pacote de outubro, se antevê mais uma etapa de quebradeira e desemprego. Um dos criadores do Plano Real, Edmar Bacha, acredita que o desemprego vai "explodir": mesmo o índice do IBGE, que contabiliza como emprego qualquer ocupação precária, pode chegar a 8%, diz Bacha, acima do recorde histórico, de 7,12% em 1984, no auge da crise desencadeada com a recessão na qual o governo militar mergulhou o país para iniciar o pagamento da dívida externa.

O governo disse, ao apresentar o Plano Real, que a estabilização monetária conseguida através dele bene-

ficiaria especialmente os mais pobres, que não conseguiam proteger seus haveres monetários da inflação. Disse que a nova conjuntura internacional, de grande abundância de capitais, tornava as restrições externas ao financiamento da economia nacional um problema superado. Disse ainda que a estabilidade dos preços, combinada com o financiamento externo a juros baixos, contribuiria para reduzir a dívida interna, diminuir a carga de juros paga pelo Estado e ampliar os gastos sociais. E disse ainda que a economia deslancharia, deixando para trás a taxa de crescimento dos anos 80. Foram quatro mentiras. A estabilização do Real favoreceu a camada mais rica, especialmente o grande capital; permitiu ao capital internacional aprofundar seu controle de amplos setores da economia brasileira; forçou a associação dos capitais locais remanescentes com os estrangeiros; dilapidou o patrimônio público e triplicou a dívida nacional. A instabilidade dos mercados financeiros internacionais manifestou-se duas vezes de forma violenta - com a crise do México e das bolsas da Ásia - e passou a condicionar todos os passos do governo. A taxa de juros em média se mantém muito alta e a carga de juros, que deve ser paga prioritariamente, comprimiu todos os outros gas-



Foto: Sérgio Castro/AF

Passeata de estudantes em São Paulo. Abril, 1998

tos, tornou o investimento público estatal uma fração cada vez menor do orçamento. E, por último, e mais grave: a média do aumento da produção per capita brasileira na década de 90 - o período Collor-FHC - mantém-se, apesar das promessas oficiais, como a menor na história econômica do país, de 0,63%, menos que os 0,96% dos anos 80, a "década perdida".

Essa política atinge especialmente os trabalhadores. A contenção do crescimento econômico, que leva ao desemprego, e o aumento da exploração através do arrocho salarial e do

trabalho precário, são as formas da economia dependente para elevar o excedente exigido pelo grande capital financeiro. Mas diversas outras camadas sociais também são atingidas. Pequenos e médios empresários tornaram-se escravos de um sistema de apartheid financeiro: os grandes bancos e empresas que têm crédito a 10% ao ano no exterior lhes repassam dinheiro praticamente a essas mesmas taxas, só que ao mês. E, com isso, a base sobre a qual o governo Fernando Henrique Cardoso se ergueu vai se reduzindo. Para a próxima eleição presidencial, é possível que expressivas forças do PMDB, que hoje compõem a frente governista, se unam numa articulação oposicionista em torno de um candidato próprio à presidência. A também forças do PMDB que podem apoiar uma candidatura de oposição encabeçada pela esquerda mas com uma plataforma mais ampla, que contemple diversos descontentamentos. Contribuir para construir essa plataforma é a tarefa central dos setores de oposição mais conseqüentes. O centro desse programa, a nosso ver, é uma política oposta à do desemprego: uma política que reestruture o crescimento econômico do país, hoje contido e de-

formado pelo controle exercido pelo grande capital internacional, pelos gigantescos gastos do Estado com juros pagos aos grandes capitalistas e milionários e os privilégios à produção de bens de consumo duráveis. É preciso uma política que apoie a pequena e média empresa; que desenvolva empresas estatais estratégicas como a Petrobrás, a Telebrás, a Embrapa; que estimule o desenvolvimento tecnológico do país pelo apoio às iniciativas nacionais, privadas e públicas, como os centros universitários de pesquisa; que desenvolva a indústria de base nacional, a agricultura voltada para o consumo interno, a industrialização do campo apoiada numa ampla reforma agrária. Evidentemente, uma política desse tipo despertará enorme resistência e não se sustentará por decretos do presidente da República ou do Banco Central. Só uma ampla campanha de mobilização, que parta dos interesses imediatos e mais sentidos das camadas mais numerosas da população, que eleve o nível de entendimento e organização dos trabalhadores e ganhe a simpatia das camadas intermediárias prejudicadas pela política do desemprego, poderá unir as forças necessárias para garantir a mudança.

A grande mentira

O presidente insiste em dizer o contrário, mas o desemprego cresce

"No Brasil, o desemprego não tem crescido", disse o presidente Fernando Henrique Cardoso à revista *Veja* (10/09/97, página 27). Essa afirmação não resiste à mais elementar verificação. Os critérios de medição do emprego têm nuances, mas por qualquer das medições dos principais institutos de pesquisa do país e do mundo, a reorganização da produção mundial após a crise do desenvolvimento capitalista do pós-guerra elevou o patamar do desemprego em todas as economias capitalistas - desenvolvidas e em desenvolvimento - e nas que abandonaram a via socialista. O Brasil não é uma exceção, como nos quer fazer crer o presidente. Embora varie de região para região, o desemprego cresceu muito com a abertura indiscriminada da economia brasileira para o exterior, inaugurada no governo Collor: desde 1990 o mercado de trabalho no país perdeu 2,44 milhões de empre-

gos. A agricultura, 81.262. As 22 estatais federais privatizadas, por exemplo, desde 1991 fecharam 39,6 mil vagas, 33% de seus 121 mil empregos.

Uma sondagem realizada pela Fiesp em 1995, constatou que 45% dos 403 homens de negócios consultados esperavam aumentar a produtividade sem novas contratações, contra apenas 5% que intencionavam contratar. Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria mostrou que a grande maioria dos investimentos (US\$ 26,33 bilhões) planejados por 730 empresas para o período 1995-99 em todo o país, deverá resultar na redução do número de empregados na indústria: 62% das empresas afirmaram que será reduzido o número de empregados.

Tanto pelo índice do IBGE, quanto pelo índice não oficial do DIEESE, o desemprego se elevou nos últimos anos.

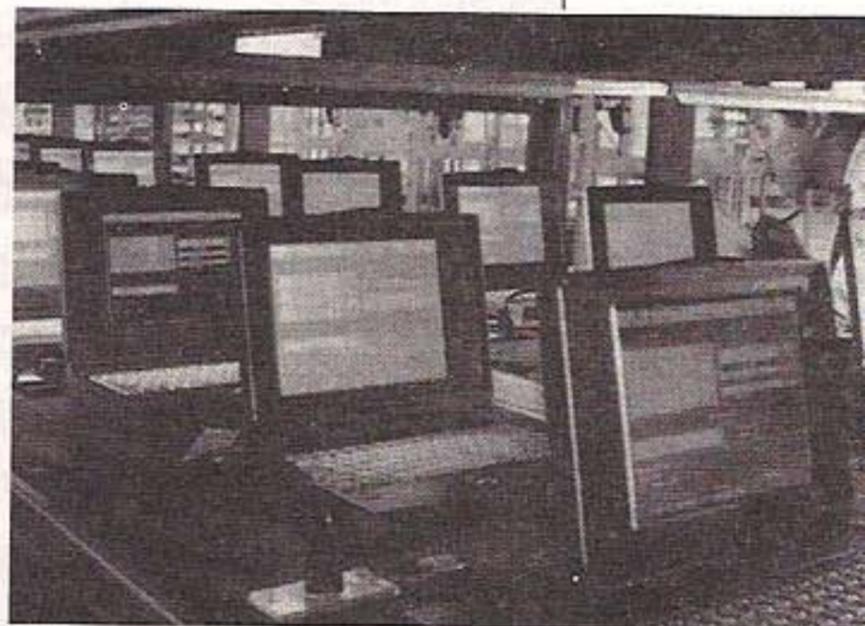
A economia dos robôs: devagar quase parando

Vivemos a era da nova revolução tecnológica. Muito bem. Por que, então, as grandes economias capitalistas crescem cada vez mais lentamente?

Se vivemos a era de grandes avanços científicos e tecnológicos, por que as economias capitalistas avançadas, que comandam esse processo, se desenvolvem em ritmo cada vez mais lento? O gráfico ao lado mostra a queda no ritmo de crescimento da produtividade do trabalho nos anos 1973-95 a menos da metade do que era no período 1950-73, em todas as sete principais economias do mundo capitalista. Ele é parte de um artigo na revista Scientific American, de julho de 1997 e foi feito a partir dos depoimentos de um punhado de grandes especialistas da indústria e das universidades americanas. Sustenta a conclusão de que a queda no ritmo de crescimento da produtividade é maior nos ramos que mais investiram em tecnologia da informação - as indústrias do setor de serviços, nos Estados Unidos, especialmente. Nos EUA a maior parte do crescimento econômico recente se explica pelo aumento do emprego, do comércio e da capacidade de produção instalada, e não da produtividade diz o Scientific American. A notável exceção são as companhias de telecomunicações que extraíram 7% a mais de trabalho por hora de seus empregados a cada ano entre 1973 e 1983. A exceção ajudaria a explicar a regra: os computadores só teriam contribuído para elevar a produtividade em situações de trabalho muito simples. "As telecomunicações tinham muitas tarefas altamente rotineiras, que eram relativamente fáceis de automatizar", diz no artigo Tom Landauer, um cientista da Universidade do Colorado. Isso, diz ele, é típico. "O que temos de contribuição da tecnologia da informação está largamente confinado às funções de processamento das transações: processamento de ordens, trocas de ações, contratos financeiros de mercadorias e moedas, compensação de cheques". Nas atividades maiores, onde ocorre a maior parte das atividades econômicas - vendas, administração, trabalho profissional os ganhos de produtividade tem sido limitados e desapontadores.

Qual é, afinal, o problema com os computadores? O artigo apresenta quatro explicações: 1) Há um equívoco: a queda de produtividade é uma mi-

ragem criada por pesquisas ultrapassadas - na educação, nas finanças e outras indústrias que utilizam intensamente a informática, a quantificação da produção é difícil. O artigo, porém, descarta essa explicação. Cita um economista que argumenta que o que está sendo mal quantificado está no lado oposto da equação: é o aumento do número de horas trabalhadas nos EUA. Telefones celulares, laptops e networks fazem com que o trabalhador especializado trabalhe durante mais tempo do que antes. 2) A segunda explicação argumenta que as indústrias americanas têm ainda apenas entre 2 a 5% de seus estoques de capital em hardware. A revista também não aposta nessa explicação. O hardware é parte pequena dos gastos com informática. Adicionando o custo dos programas, das telecomunicações e outros equipamentos, os gastos subiriam para 12%. Isso sem contar a assistência e manutenção do sistema. 3) A terceira explicação é a de que as mudanças a serem promovidas pela computação ainda exigirão muito tempo. Os motores elétricos só aumentaram a produtividade mais de 40 anos depois que Edison instalou o primeiro dínamo, em 1881. 4) A quarta explicação é a de que talvez o crescimento de produtividade dos anos 50 e 60 não tenha passado de um insustentável boom de pós-guerra. Afinal, o ritmo da produtividade atual está mais de acordo com os índices da primeira metade desse século.



Qual é, afinal, o problema com os computadores?

O JORNAL ABRA OS OLHOS é uma publicação da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, com edição de Raimundo Rodrigues Pereira. O presente texto foi publicado em março de 1998. A bancada do PCdoB é composta pelos deputados Agnelo Queiroz, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Haroldo Lima, Inácio Arruda, Jandira Feghali, Ricardo Gomyde, Sérgio Miranda e Socorro Gomes.

O impacto da crise asiática sobre o Brasil

O Brasil foi um dos países mais atingidos pela crise asiática em consequência da política econômica do governo FHC e da dependência do sistema capitalista mundial

DUARTE PEREIRA

Quem vive do trabalho recebeu, às vésperas do Natal de 1997, um saco, não de presentes, mas de maldades. A turbulência financeira, depois econômica, surgida na Ásia, repercutiu de uma forma rápida e profunda sobre o Brasil, e o governo, numa tentativa de evitar o agravamento rápido da situação, dobrou os juros e, em seguida, para tapar o rombo aumentado nas contas públicas, baixou um pacote fiscal duríssimo, empurrando o País na ladeira da recessão. Nesse quadro, o desemprego pulou para um índice altíssimo, cresceram as reduções dos salários e, de repente, os trabalhadores se viram novamente diante de uma conjuntura econômica e social muito grave.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, num programa de TV, tentou descrever essa situação como inesperada e independente de qualquer responsabilidade do governo brasileiro. Chegou a usar uma imagem, já utilizada por Marx em outro contexto, dizendo que a crise desabou em cima do país como “um raio num céu azul”. Na realidade, o céu não estava de forma alguma azul. A situação do Brasil já era bastante difícil, particularmente a dos trabalha-

dores. As taxas de desemprego eram altas e crescentes. As perdas salariais iam-se acumulando. Prosseguia o sucateamento das redes públicas de educação, saúde e transporte. Então, o céu já estava “cor de chumbo”. E, quando o governo propagava que a tempestade estava passando, ela voltou com mais vigor.

Os trabalhadores ficam um pouco intrigados para entender por que isso aconteceu. Por que essa crise surgiu na Ásia, e não nos Estados Unidos, na Europa ou na América Latina? E por que, tendo surgido na Ásia, em países tão distantes do nosso, que têm uma história e uma cultura tão diferentes e possuem moedas com nomes muito esquisitos para nós (iene, rupia, bath, etc), por que, de repente, essa crise repercute de forma tão veloz e tão profunda sobre o Brasil, a ponto de jogar o País de novo num mergulho recessivo?

Podem ser apontadas quatro razões básicas.

A primeira razão é que o sistema capitalista mundial se tornou, a partir dos anos 80, mais internacionalizado e mais financeirizado e, por isso, muito mais desigual e instável do que já era. O sistema

capitalista sempre foi integrado internacionalmente. Já surgiu num quadro de expansão comercial mundial, que se foi aprofundando ao longo de sua história. Mas, indiscutivelmente, hoje ele se encontra num grau de integração financeira, comercial e produtiva muito maior do que já houve ao longo dessa história. Ao lado disso, aumentou muito a financeirização do capital. Quer dizer, cresceu o papel das ações, dos títulos, dos fundos de pensão e dos fundos mútuos, da especulação em Bolsa e nos mercados de câmbio, como formas de financiamento do capitalismo atual. Aumentou enormemente esse giro que se faz em escala mundial e em prazos muito curtos. E, com isso, a situação do capitalismo, que sempre foi de instabilidade, de crises periódicas, tornou-se ainda mais oscilante e mais insegura do que era antes. Essa é a primeira razão que temos de entender, hoje, para compreender por que as crises podem propagar-se com uma velocidade muito maior do que antes e podem tornar-se mais profundas e mais destruidoras do que as crises capitalistas anteriores.

A segunda razão é que, nesse processo dos anos 80 para os anos 90, a região capitalista do mundo que apresentava taxas de crescimento médio mais altas, foi exatamente a Região asiática, particularmente o chamado Leste da Ásia, a parte da Ásia que tem seu centro no Japão e nos países ou regiões especiais que o circundam: a Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Tailândia, Filipinas, Indonésia e Malásia. Exatamente os países que se encontram, hoje, no "olho do furacão". Foram eles que apresentaram, nessas duas últimas décadas, as taxas de crescimento econômico mais altas e conseguiram um grau surpreendentemente rápido de industrialização. Fizeram isso na base de um grande esforço exportador, de uma abertura de sua economia para fluxos importantes de capitais externos. E, por isso, eram até recentemente celebrados como exemplos a serem seguidos pelos outros países capitalistas periféricos como o Brasil. Conseguiram desenvolver-se rapidamente com base num grande esforço exportador e não na substituição de importações. Representavam, assim, dizia-se, um novo caminho, um novo modelo de desenvolvimento capitalista. O Japão puxou a fileira nos anos 60, seguido pelos 'tigres asiáticos' de primeira geração nos anos 70 (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura) e, nos anos 80, pelos 'tigres' de segunda geração (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas).

Exatamente por ocuparem essa posição estratégica no período recente do capitalismo, é que esses países se tornaram o elo mais fraco da corrente e a crise estourou e vem se propagando a partir deles. Esta é a segunda razão porque a crise ressurgiu exatamente no Leste da Ásia, e porque a partir daí está se espalhando pelo mundo capitalista.

A crise não repercutiu da mesma forma em todos os países do mundo. Os Estados Unidos, por exemplo, até agora, estão relativamente imunes a ela. Sofreram quebras em suas Bolsas de Valores, principalmente a de Nova York, mas isso ainda não se traduziu em grande impacto sobre a economia real do País. O crescimento prossegue, a inflação declinou e a taxa de desemprego caiu nesses últimos anos. O País tem um déficit enorme em suas relações externas com os outros países capitalistas, um déficit enorme

A crise da Ásia jogou o país em um novo mergulho recessivo

na conta corrente de pagamentos, sobretudo em sua conta comercial. Mas, independente disso, os Estados Unidos ainda estão sendo beneficiados por uma situação de crescimento econômico e por uma montanha de capitais aplicados em sua Bolsa, em seus mercados de câmbio. Então, eles estão-se beneficiando imediatamente com a crise na Ásia, que está enfraquecendo alguns de seus concorrentes mais sérios, como o Japão e, portanto, facilitando sua disputa pela hegemonia mundial.

A Europa Ocidental, em torno da Alemanha, com suas projeções pelo Leste europeu, também já sofreu respingos da crise, mas ainda não foi atingida por ela de uma forma profunda. Houve repercussão nas bolsas e alguma repercussão nos mercados de câmbio. Mas ainda não houve uma reversão significativa na situação econômica desses países. Então, a crise se concentrou no Leste da Ásia e, fora dessa Região, de uma forma destacada, no Brasil. Mesmo na América Latina, ela não produziu os mesmos efeitos sobre todos os países. O Chile, embora

faça parte da área de cooperação econômica Ásia-Pacífico, conseguiu, até agora, se preservar relativamente dos efeitos da crise. Mesmo a Argentina, nossa vizinha, já sofreu algum impacto, mas não tão sério quanto o do Brasil, porque, inclusive, se apóia muito no mercado brasileiro por intermédio do Mercosul e, só na hora em que a situação brasileira se tornar mais dramática, é que a situação argentina também sofrerá a reversão.

Portanto, a outra questão que deve chamar nossa atenção, é que o Brasil foi um dos países mais atingidos pela crise surgida na Ásia. A Bolsa de Valores de São Paulo, no pico do *crash*, no final de outubro, foi a que sofreu a maior queda no mundo capitalista. Maior, inclusive, do que a queda das bolsas nos países asiáticos que estavam envolvidos de forma direta na turbulência. Para frear a fuga de capitais, que começava a ocorrer, o Brasil teve de dobrar suas taxas de juros, tornando-as as mais altas do mercado financeiro mundial. Mais altas inclusive que as da Coreia do Sul, da Tailândia, das Filipinas, dos países diretamente abalados pela crise. Por que o Brasil está nessa posição? Não basta afirmar que a crise é externa, como o presidente e seus ministros alegam. A crise financeira é seguramente de âmbito mundial, atinge em graus e formas diferentes todos os países. Ela pode, também, vir a se tornar uma crise econômica mundial. Mas repercute no Brasil de forma tão séria por características da economia e da sociedade brasileiras, que se agravaram ao longo desses últimos anos. Portanto, esse é o terceiro ponto que precisamos entender. Tem a ver com nossa dependência estrutural e com a política econômica do governo Fernando Henrique. Uma política que começou a ser traçada em suas linhas principais no governo Collor; foi reto-

mada com vai-e-vens no governo Itamar e que foi aprofundada pelo atual governo. Foi esta política que tornou o País mais dependente ainda do sistema capitalista mundial e, de uma forma particular, dos fluxos de capital que andam rapidamente de um lugar para outro e que, por isso, são chamados de 'voláteis'. Já foram chamados, no passado, de dinheiro quente, que pula feito pipoca, de um mercado para outro, em busca das garantias e das taxas de juros mais atraentes.

Não só o Brasil se tornou mais dependente de empréstimos, financiamentos e investimentos diretos estrangeiros, como se tornou mais dependente dessa forma de capital especulativo, volátil. Então, é essa política que tornou o Brasil mais vulnerável e, portanto, na hora em que a crise voltou com força, o País foi sacudido. A crise já tinha dado seus prenúncios gradativos nos Estados Unidos, no final dos anos 80, e no Japão, no início dos anos 90. Houve uma quebra da libra inglesa, em 1992, e uma quebra da lira italiana, também em 1992. Então, a instabilidade financeira já vinha dando sinais, não era imprevisível. Houve um grande impacto com a crise do México, em 1994, da qual o Brasil conseguiu recuperar-se ao longo de um esforço enorme. E, quando começava a respirar novamente, veio um impacto ainda mais sério e mais profundo com a crise asiática. Então, a terceira razão que precisamos entender é a política econômica do atual governo e o projeto mais profundo, neoliberal, que está por trás dela, que nos tornou mais dependentes e mais vulneráveis, no momento em que o sistema capitalista mundial todo se tornava mais integrado e muito mais instável.

O governo lançou sua âncora num pântano e essa opção é de sua responsabilidade e das forças políticas e sociais que o apóiam.

Portanto, não enfrentamos uma crise apenas externa, imprevisível, um raio que de repente desabou no céu azul e bonito da pátria. Ao contrário, a situação brasileira já era difícil e foi a opção do governo que nos colocou numa posição ainda mais vulnerável.

E quando a crise irrompe, o que faz o governo? Em vez de reavaliar e reformular sua política, ele a aprofunda para não mexer na taxa de câmbio, não desvalorizar o real - a grande âncora da estabilidade monetária e eleitoral do presidente Fernando Henrique Cardoso. Então, puxa a taxa de juros para cima e prejudica ainda mais o crescimento da economia. Ao fazer isso, abre um buraco enorme nas contas públicas. Para cobri-lo, tem de aumentar os impostos e as tarifas, por um lado, e cortar gastos, por outro. Tem de acelerar ainda mais as privatizações, praticamente liquidando o restante do patrimônio público, acumulado a duras penas por várias gerações, com trabalho e luta. Então, o governo aprofunda o rumo neoliberal e neocolonial e, com isso,

torna a crise mais grave, criando uma situação em que ela pode vir a tornar-se ainda pior do que já é atualmente.

São esses quatro pontos que precisamos aprofundar para entender a situação atual do Brasil. Por que a crise se refletiu de uma forma tão rápida e profunda sobre o Brasil? Por causa de nosso desenvolvimento capitalista dependente e por causa da política econômica, do projeto neoliberal adotado pelo atual governo. E por

que tende a agravar-se ainda mais nossa situação? Porque, diante da crise, o governo aprofundou sua política de abertura financeira, juros altos e endividamento descontrolado, colocando o País numa situação ainda mais vulnerável.

Para aprofundar nossa compreensão, tentemos fazer um retrospecto rápido da crise atual, que vem se desenrolando há vários meses. Pode-se dizer que ela já passou por três fases distintas.

O primeiro sintoma da crise ocorreu na Tailândia no mês de maio de 1997, quando houve um primeiro abalo na Bolsa de Valores de Bangcoc e, em seguida, um reflexo também na economia interna da Tailândia. O governo, naquela ocasião, desvalorizou um pouco a moeda tailandesa, vendeu parte de suas reservas cambiais, restringiu um pouco a atuação do capital especulativo, adotando algumas medidas técnicas, que não cabe aqui detalhar, e, com isso, a crise diminuiu temporariamente e foi empurrada adiante.

Nesse contexto, irresponsavelmente, alguns funcionários do governo do presidente Fernando Henrique, inclusive o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, chegaram a dizer que a crise não tinha nada a ver com o Brasil, que era um problema da Tailândia. E que, ao contrário, o Brasil iria até se beneficiar, porque o capital que saísse de lá viria para cá. Mas a crise continuou evoluindo e, no final do mês de junho e começo de julho, voltou com muito mais força. Houve uma quebra maior na Bolsa de Valores de Bangcoc, capital da Tailândia, houve uma nova fuga da moeda tailandesa, que estava há mais ou menos quinze anos com o mesmo valor e, portanto, estava sobrevalorizada como a nossa. O governo da Tailândia começou vendendo suas reservas em caixa, perdendo quase tudo, e ter-

A Bolsa de Valores de São Paulo sofreu a maior queda em todo o mundo



Tailândia, Filipinas, Indonésia e a Malásia foram países atingidos. Em todos eles a situação foi a mesma: quebra das bolsas, perda do valor da moeda ... o crescimento diminuiu e o desemprego aumentou

minou capitulando. Tornou o câmbio flutuante e a moeda afundou, a Bolsa de Valores despencou e a crise se propagou. Todos os países que viviam uma situação semelhante, com relações econômico-financeiras muito estreitas com a Tailândia, também sofreram o impacto, como as Filipinas, a Indonésia e a Malásia, principalmente. Esses quatro países – Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas –, como já recordamos, constituem o bloco que se chama de novos ‘tigres’ asiáticos, da segunda geração. Foram exatamente esses quatro países os primeiros a serem atingidos, porque seu desenvolvimento era mais recente e se encontravam em situação mais vulnerável. Em todos eles, a trajetória foi a mesma: perdas no comércio externo, quebra nas bolsas, perda de valor das moedas nacionais, corridas contra as reservas cambiais dos países, que tiveram de des-

valorizar suas moedas ou elevar as taxas de juros, ou as duas coisas. Ao fazer isso, entraram numa crise em espiral. O crescimento desacelerou; o desemprego aumentou; as falências começaram a ocorrer uma atrás da outra, de grandes empresas e dos bancos a que elas deviam; e os países foram jogados numa crise profunda. Hoje, suas moedas já foram desvalorizadas entre 40 a 60%, o que representa uma enorme desvalorização. Suas Bolsas de Valores já caíram também aproximadamente 40 a 60% e o movimento financeiro foi mais ou menos reduzido à metade. Ou seja, a crise financeira nesses países é total. Alguns deles tiveram que recorrer ao Fundo Monetário Internacional, fazendo acordos em condições extremamente duras, para obter ajuda, como fizeram a Indonésia e a Tailândia e estão negociando as Filipinas e a Malásia.

Esses países têm relações muito estreitas com os ‘tigres’ asiáticos da primeira geração, por meio de investimentos de empresas e de empréstimos e financiamentos, feitos por bancos e corretoras das praças de Hong Kong, Cingapura e Taiwan. Quando também estes últimos entraram em crise, a crise asiática ingressou em seu segundo estágio.

Os ‘tigres’ da primeira geração seguiram o modelo japonês e tiveram uma grande expansão nos anos 70. São a Coreia do Sul, separada à força da Coreia do Norte; Taiwan, que não é bem um País, mas uma parte da China ocupada pelas tropas derrotadas do Kuomintang com apoio norte-americano; por sinal, para mostrar sua situação artificial e sua dependência dos Estados Unidos, a moeda de Taiwan se chama também dólar; Hong Kong, que até recentemente era uma colônia inglesa e foi reintegrada à China, como uma região administrativa especial;

e Cingapura, uma cidade-Estado separada da Malásia, que é uma grande praça financeira e centro de grandes negócios na Ásia, embora já tenha também uma indústria de tecnologia avançada importante.

Portanto, esses quatro países ou regiões especiais – Cingapura, Hong Kong, Taiwan e Coréia do Sul – foram o segundo grupo a entrar em crise bastante profunda a partir do mês de outubro. Em síntese, o primeiro sintoma surgiu na Tailândia em maio. A crise se reduziu um pouco, mas voltou no final

de julho, atingindo aqueles quatro países da segunda geração de ‘tigres’. Veio novamente com maior impulso no final de outubro e acabou atingindo a primeira geração dos ‘tigres’ asiáticos. A crise tende a alcançar agora o ‘tigre’ pioneiro e maior de todos, o Japão. É o terceiro estágio.

Isso acontece porque esses países, particularmente a Coréia do Sul e Taiwan, em parte Hong Kong e Cingapura, têm relações muito estreitas com o Japão, que faz grandes investimentos neles. Eles têm também vínculos estreitos com bancos japoneses. Então, na hora em que a crise se agravou nesses países, ela rebateu no Japão porque, é claro, se há uma quebra nas empresas, elas se tornam insolventes e deixam de pagar aos bancos. E, como os bancos locais se refinanciavam nos bancos japoneses, quando esses bancos locais entraram em crise, não tiveram como manter em dia seus compromissos com os bancos japoneses. Estes últimos sofrem o impacto e entram também em dificuldades. Então, a crise bancária se tornou ameaçadora. Ora, o Japão já enfrentava

uma situação grave desde o início dos anos 90. Vinha enfrentando uma crise bancária séria, devida a uma sequência de falências nos negócios imobiliários nos Estados Unidos e também no próprio Japão. Houve uma grande especulação imobiliária nos anos 80, que envolveu grandes bancos e corretoras. Nessa situação, já instável, com a crise na Coréia do Sul e em outros países, os bancos ja-

poneses entraram em uma situação extremamente delicada. A não ser que o governo japonês crie um programa, parecido com nosso Proer, que

assuma essas dívidas e que as securitize, é grande o risco de uma falência em cadeia de bancos e corretoras japonesas.

Uma idéia da gravidade da situação é dada pela Coréia do Sul, que tinha reservas em moedas estrangeiras, no final de outubro, de cerca de US\$ 22 bilhões, com o agravamento da crise e a fuga de capitais em meados do mês de novembro, tem agora, em dezembro, apenas US\$ 6 bilhões. De US\$ 22 para US\$ 6 bilhões. Só que ela tem dívidas a pagar até o dia 31 de dezembro de 1997, de cerca de US\$ 20 milhões. Quer dizer, tem US\$ 6 bilhões em caixa e US\$ 20 bilhões a pagar até o final do ano. Portanto, ela se tornou praticamente insolvente. Por isso, foi necessário fazer um acordo rápido com o FMI, para evitar que a Coréia do Sul se declarasse insolvente, como o México em 1982, tornando a crise extremamente dramática. Mesmo que o problema imediato seja equacionado, a Coréia do Sul, tem mais cerca de US\$ 50 bilhões a vencer em dívidas, até aproximadamente os meses de outubro e novembro de 1998. Se ela não pagar essa dívida, os bancos japoneses, ingleses e americanos, que são

os credores, sofrerão um impacto muito importante.

Portanto, quando a crise atingiu os primeiros ‘tigres’ asiáticos de uma forma especial, a Coréia do Sul, ela começou a ameaçar o Japão, configurando-se um terceiro estágio em seu desenvolvimento. Se isso acontecer, se a crise repercutir de forma profunda sobre o Japão, iniciando uma série de falências de empresas e bancos japoneses, o Japão, que já amarga um crescimento de cerca de 1%, pode cair a zero. Já tem um desemprego em torno de 4%, em um País que praticamente não conhecia desemprego. Se a crise abalar o Japão, rapidamente atingirá, de forma profunda, os Estados Unidos. Porque o Japão é o principal detentor de títulos do Tesouro americano. O Japão detém cerca de 30% da dívida em títulos do governo americano. Esses títulos são as reservas dos bancos japoneses. Se os bancos japoneses forem pressionados a arcar com os prejuízos de empréstimos irrecuperáveis, como aliás estão sendo, o recurso que terão para fazer frente a parte dos compromissos será vender os títulos americanos no mercado internacional para fazer dinheiro.

Se os bancos japoneses jogarem essa massa de títulos do governo americano no mercado financeiro internacional, eles vão ser desvalorizados. É a lei da oferta e da procura: com muita oferta de títulos para poucos compradores, seu valor cairá. Na hora em que cair, a situação financeira dos Estados Unidos, que já é delicada, porque há, neste ano, um déficit comercial de cerca de US\$ 200 bilhões, e uma dívida pública extremamente alta a ser financiada, se tornará gravíssima. Então, a maneira de evitar que a situação nos Estados Unidos escape de controle será aumentar o valor das taxas de juros, oferecer juros mais altos sobre os títulos, para poder atra-

O presidente do Banco Central chegou a dizer que a crise não atingiria o Brasil

ir o restante do capital que existe espalhado pelo mundo e assim financiar o Tesouro americano.

Na hora em que os Estados Unidos puxarem esses juros e sugarem esse resto de capital volátil e instável, que está a girar pelo mundo, então a crise do conjunto do mercado capitalista se tornará gravíssima. Particularmente em países como o nosso, a fuga de capitais será imediata e nossa situação, que já é difícil, se tornará pior.

Portanto, na realidade, nós estamos nessa situação: a crise já atingiu de forma profunda os países do Leste asiático e ameaça se propagar para o Japão. A crise sofreu, portanto, um processo de ampliação geográfica, foi se espalhando de um País para outro, embora continue concentrada basicamente no Leste da Ásia. Ao mesmo tempo, houve um aprofundamento. A crise começou como uma crise financeira. Das Bolsas de Valores se propagou para os mercados de câmbio, porque os investidores estrangeiros, quando querem sair das Bolsas, precisam transformar seu dinheiro, de moeda local em estrangeira. E, então, a crise vai para o mercado de câmbio, porque eles aparecem por lá para comprar grandes quantidades de dólares para poderem sair do País e, dessa forma, acabam criando um impacto no mercado de câmbio, pressionando a taxa cambial. Para segurá-la, o governo vende suas reservas e, se não consegue deter o fluxo, é obrigado a desvalorizar a moeda local ou a elevar as taxas de juros, como fez Hong Kong e Cingapura. Mas, ao elevar as taxas de juros, o governo cria uma situação insustentável para que as empresas continuem se expandindo e agrava a crise de endividamentos. As empresas começam a cortar investimentos, refazer planos. O comércio se encurta e a crise, de financeira, se transforma em econômica. Atingindo a economia real, começa

a diminuir a atividade econômica, a aumentar o desemprego, a pressionar o salário dos que continuam ocupados, a desequilibrar completamente os orçamentos públicos e a reduzir os gastos sociais do governo. A crise, de econômica, começa a transformar-se em social e política, como já é visível na Indonésia e na Coreia do Sul.

Em face desse quadro inquietante, há duas alternativas. A primeira é que o grande capital financeiro internacional e as instituições que o representam – como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial –, os governos americano e japonês e também os dos países europeus consigam mobilizar-se e montar um programa de ajuda, que segure a crise nos países asiáticos. Todo o esforço do grande capital, agora, é criar esse dique, para que a crise continue fundamentalmente na Ásia, não se propagando de forma dramática para o Japão, porque então vai rebater nos Estados Unidos e na Europa. Eles querem erguer uma barreira. Todos os programas de ajuda para a Coreia do Sul, por exemplo, são na realidade para que os bancos sul-coreanos possam pagar os bancos americanos e japoneses. Quer dizer, é uma ajuda direta à Coreia do Sul, mas na verdade é uma ajuda indireta para a seu próprio capital financeiro, uma ajuda para que seus bancos não entrem em falência.

O Japão é o maior credor dos EUA, sendo o principal detentor de títulos do governo americano

Não será fácil fazer isto, porque o volume de recursos é fantástico. O Fundo Monetário Internacional já raspou o tacho. Antes de entrar nes-

se conjunto de pacotes, o valor da reserva do Fundo estava em torno de US\$ 30 bilhões. Por isso ele pleiteia mais recursos dos países-membros. Mas há uma dificuldade de juntar o capital necessário para segurar essa crise. Mas, se eles conseguirem superar as dificuldades e reunir o capital público e privado necessário, a crise ficará com o foco na Ásia, embora já tenha respingado para outros países.

Se eles não conseguirem confinar a crise nos 'tigres' asiáticos, ela atingirá de forma profunda o Japão e, a partir dele, os Estados Unidos e a Europa Ocidental. A crise se tornará mundial, no conjunto do sistema capitalista. A conjuntura econômica mundial sofrerá uma reversão e voltaremos àquela conjuntura do final dos anos 70 e início dos anos 80 ou mesmo à situação de 1929 a 1933, de extrema gravidade para o conjunto do mundo capitalista. São essas as duas alternativas.

O trágico para nós, como para os países asiáticos já atingidos, é que, mesmo que ocorra um cenário menos danoso, nossa situação já é extremamente grave. Se ocorrer esse cenário de agravamento da crise, então nossa situação se tornará explosiva. Ou seja, nós já estamos numa crise muito grave, e com possibilidades de ela se tornar mais séria ainda. E nessas conjunturas, já sabemos, a conta é enviada para ser paga fundamentalmente pelos trabalhadores e pelos pequenos e médios empresários.

Para finalizar, como entender o significado profundo da crise asiática em andamento? Ela representa a crise terminal do neoliberalismo? É o toque de finados desse projeto recente de desregulamentar, desestatizar e tirar a proteção do trabalho, incrementando o desenvolvimento do capitalismo e os ganhos do grande capital dessa forma extremamente perversa?

Em minha opinião, não. Porque hoje, na realidade, no mundo capitalista, há três grandes modelos: o anglo-americano, que foi a origem do projeto neoliberal; modelo europeu-continental, que é capitalista e monopolista, mas preserva traços e conquistas do Estado de Bem-Estar Social, alcançados pelas lutas operárias de várias décadas e pela presença próxima de um sistema socialista alternativo, hoje desmontado; e o modelo nipo-asiático, porque começou no Japão e se propagou para outros países vizinhos, que é um modelo de taxas de salários muito baixas, mas que mantém certa estabilidade no emprego da força de trabalho e reserva um papel importante ao Estado e, por isso, não é um modelo neoliberal

estrito. A propaganda que o neoliberalismo fez desse modelo, interessada e distorcida, destacava apenas o grande esforço

exportador. Mas internamente o Estado desempenha um papel decisivo, cria restrições às importações, resguarda o sistema bancário nacional, financia as empresas de forma direta, escolhe os setores prioritários para a expansão. Então, não é caracteristicamente neoliberal. Por isso mesmo, os Estados Unidos se prevalecem da crise atual para exigir que esses países imediatamente se enquadrem no modelo anglo-americano. As condições que estão sendo impostas com os programas de ajuda exigem a redução das barreiras às importações, a abertura de novos setores para a penetração de capitais externos, a desestruturação de bancos locais para permitir que os bancos estrangeiros entrem nos mercados financeiros locais direta-

mente, a flexibilização dos direitos dos trabalhadores.

Então, agora é que se tenta enquadrar esses países de forma mais profunda no modelo neoliberal, porque, no fundo, esse modelo é a maneira dos Estados Unidos preservarem sua hegemonia e recuperarem sua influência econômica, política e cultural no conjunto do mundo capitalista.

Aos trabalhadores restam também duas alternativas. Uma seria capitular às dificuldades, que são grandes, e buscar uma linha de acomodação, de perder menos. É a linha da Força Sindical, de certos setores políticos de centro. Não apenas se resignam ao capitalismo e à dependência, mas também aceitam como inevitável o projeto neoliberal e apenas procuram,

dentro dele, obter concessões. É uma linha evidentemente destruidora da soberania nacional e de qualquer projeto próprio dos trabalhadores.

A outra alternativa implica três tarefas articuladas. A primeira é persistir na resistência econômica, tentar defender os empregos e os salários, impedir o desmonte da legislação trabalhista e da organização sindical. Essa resistência econômica precisa, no entanto, ser combinada com a apresentação de uma alternativa política ampla, que possa atrair outras forças sociais e políticas e criar uma coalizão suficientemente forte para derrotar o governo Fernando Henrique, sua aliança conservadora e sua política desnacionalizante e anti-trabalhista, abrindo novas perspectivas para o País.

Precisamos, portanto, não só de resistência econômica e sindical, mas também de uma alternativa política de curto prazo, em torno de alguns objetivos imediatos, com a

participação de amplas forças políticas e sociais, para demonstrar na prática que, mesmo nos marcos do capitalismo, é possível uma política econômica alternativa menos danosa ao País e a seus trabalhadores.

Mas essas duas tarefas, de resistência econômica e alternativa tática, não se viabilizarão se, ao mesmo tempo, não nos empenharmos em formar e unir forças sociais e políticas mais avançadas, que compreendam que os resultados obtidos contra o neoliberalismo nos marcos da ordem capitalista vigente, por mais importantes que sejam, são limitados e provisórios.

Por isso, mesmo apoiando esses objetivos parciais, temos de continuar buscando melhorias mais profundas e duradouras, que exigirão não apenas políticas alternativas dentro do capitalismo, mas um sistema alternativo ao capitalismo, uma forma diferente de organizar a política, a economia e a cultura do País. Sistema que, na época contemporânea, apesar da derrota temporária da maioria das experiências socialistas, tem de continuar a ser buscado no rumo de um projeto socialista renovado.

Por isso, encerro essa breve exposição com a lúcida advertência do escritor português e comunista José Saramago, em debate recente em São Paulo: "Para que haja socialismo, é preciso que haja socialistas", porque o socialismo não é um produto espontâneo da História.

Eu acrescentaria: para que haja socialismo, é preciso que haja, sobretudo, operários socialistas.

DUARTE PEREIRA é jornalista. O presente texto é uma versão condensada de sua intervenção no II Seminário Operário do PCdoB/SP, realizado em dezembro de 1997.

A crise, que era financeira, tornou-se econômica na Ásia e no Brasil

O manifesto do Partido Comunista - 150 anos: anotações sobre os primeiros anos no Brasil



Manifesto do Partido Comunista

A publicação do Manifesto no Brasil causou profunda impressão entre intelectuais e lideranças do movimento operário

LORETA VALADARES

Ao investigar fontes e materiais para a elaboração de artigo sobre os 150 anos do *Manifesto do Partido Comunista* (1) notei que havia umas poucas referências sobre a repercussão política e a influência teórica do *Manifesto* em seus primórdios no Brasil. Intrigada, perguntei-me porque seriam tais referências tão sucintas e esparsas e pus-me a pensar se não teria interesse pesquisar a história do *Manifesto Comunista* no Brasil. Às primeiras buscas de fontes, logo notei que a tarefa seria de grande fôlego e de largo alcance,

sendo necessário um campo de investigação maior e mais amplo que resultaria em um trabalho mais completo para manter a acuidade e precisão tanto da historiografia política como da memória literária. Tais objetivos, ultrapassam, de longe, as fronteiras deste artigo, que se limita tão somente a compilar algumas referências quase como uma revisão bibliográfica, situá-las em seu contexto histórico e fazer comentários, ainda que de forma inicial e um tanto quanto fragmentária, sobre os antecedentes e os pri-

meiros tempos do *Manifesto* no Brasil, que envolvem a divulgação do marxismo e a formação teórica do proletariado e do movimento comunista.

Com o formato de anotações, compiladas sob o critério de buscar antecedentes e pinçar referências ao *Manifesto*, o presente artigo é apenas um trampolim para um mergulho mais profundo que resulte em um trabalho sobre a história dos primeiros anos e da trajetória do *Manifesto* no Brasil que talvez algum pesquisador possa querer realizar.

1848 no Brasil

Enquanto em 1848, na Europa, a classe operária enfrentava suas primeiras batalhas de classe, no Brasil mesclavam-se as lutas contra os restos de colonialismo e contra a escravidão. A época era a da Revolução Praieira, (Pernambuco 1842-1848), contra a dominação do comércio pelos portugueses e por reivindicações de caráter democrático-radical. Os “praieiros” lutavam contra o latifúndio e exigiam a “nacionalização integral do comércio de retalhos que passaria a ser exercido só por brasileiros” (2). Em 7 de novembro de 1848, marcham de diversos pontos do estado para a capital, lançando um manifesto-programa que continha entre outros pontos os seguintes: voto livre e universal do povo brasileiro; plena liberdade de imprensa; trabalho com garantia de vida para os cidadãos brasileiros; inteira e efetiva independência dos poderes constituídos; extinção do poder moderador e do direito de agraciar. (3)

Se o Manifesto Comunista à época na Europa “logrou uma divulgação apenas diminuta”, (4) vindo a difundir-se após 1870, (5) não teria como ecoar no Brasil.

Os primeiros veios do socialismo

Mas as barricadas erguidas pelo proletariado europeu, principalmente na França em 1848 ressoaram no Brasil.

Idéias socialistas circulam em meio à intelectualidade. De caráter utópico, entremeiam-se às lutas sociais e às revoltas da segunda metade do século passado, a desmentir vivamente o mito do “pacifismo” na trajetória histórica da formação econômico-social brasileira. Vamireh Chacon considera a Insurreição Praieira como a expressão brasileira da “Primavera dos Povos” que eclodiu em 1848 na Europa e citando Joaquim Nabuco (“a política complicava-se com um fermento socialista”) afirma que a Praieira tem “posição única enquanto pioneira eclosão do pensamento e ação socialista no Brasil”. (6)

1845

Sobre a influência das idéias socialistas, principalmente de Fourier, Vamireh Chacon aponta a quantidade de livros que “pululavam nas livrarias do Recife em 1845”, entre os quais *Vie de Charles Fourier, Examen et Défense du Système de Fourier, Débâcle de la Politique*, (Considérant) além de inúmeras revistas, tudo em idioma francês. (7)

Mas, tanto Chacon quanto Linhares, vão assinalar que a primeira publicação propriamente socialista no Brasil virá a ser o jornal *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, em 1 de agosto de 1845. O jornal durou até 1847, baseava-se nos princípios de Fourier e definia o socialismo como “ a fase de associação e harmonia, na qual os instintos humanos terão a liberdade de movimento necessária e criarão a riqueza, a alegria e a paz”. (8)

1855

Para os mesmos autores, o primeiro livro sobre socialismo editado no Brasil é *O Socialismo*, em 1855, do General Abreu e Lima, que lutara junto a Bolívar e participara de revoltas no Brasil, inclusive a Praieira, a qual influenciou através de intenso debate jornalístico. Abreu e Lima, embora tendo assumido posições contraditórias, após afirmar que “o socialismo consiste na tendência do gênero humano para tornar-se uma só e imensa família”, prossegue: “por que , ou de que modo se revela esta tendência? Pelos fenômenos sociais, e eis aí porque chamamos socialismo a esta tendência visível, palpável, conhecida por sua marcha sempre crescente, e sempre progressiva desde os quinze primeiros séculos da história”. (9)

Em 1848 a classe operária europeia já lutava contra o capitalismo. No Brasil, as lutas populares ainda enfrentavam o colonialismo e a escravidão

Segunda metade do século XIX

Desencadeia-se processo de surgimento das fábricas no Brasil, havendo pouco mais de 50 fábricas por volta de 1850. Este processo se acelera a partir de 1870. Entre 1890 e 1914 criam-se 6.946 empresas industriais. (10) Com as fábricas surgem também as primeiras associações operárias livres (11), as primeiras lutas e as primeiras publicações operárias. Entre 1850 e o início do século XX proliferam jornais operários, de cunho revolucionário, em particular após 1870 e expandindo-se após 1890, sob a influência da imigração estrangeira, principalmente italiana, que trazia para o Brasil operários perseguidos na Europa e experientes em lutas. O movimento operário brasileiro, por razões históricas e fatores objetivos e subjetivos, é tardio e se inicia sob uma forte influência anarco-sindicalista, de conteúdo ideológico eclético.

Em 1872 foi publicado o primeiro artigo sobre o marxismo no Brasil, no jornal republicano *O seis de março*, de Recife, que fazia uma apresentação das idéias de Marx e um resumo de sua vida

1872

Primeiro artigo sobre o marxismo publicado no Brasil, no jornal republicano *O Seis de Março*, de Recife. Publicado em dois números do jornal, o artigo traduzido do espanhol, faz uma apresentação das idéias de Marx, e um resumo de sua vida. (12)

1883

Primeira análise no Brasil das idéias de Marx feita por Tobias Barreto, em discurso de colação de grau dos bacharéis de 1883: “Karl Marx diz uma bela verdade, quando afirma que cada período tem as suas próprias leis...Logo que a vida atravessa um dado período evolutivo, logo que passa de um estágio a outro, ela começa também a ser dirigida por leis diferentes”. (13) E mais tarde, em *Estudos Alemães*, Tobias Barreto dirá que Marx era “o mais ousado pensador do século XIX, no domínio da ciência econômica”. (14)

1892

Primeira tentativa da fundação de um partido socialista no Brasil. Realiza-se um I Congresso no Rio de Janeiro, mas não se consolida um partido.

1895

Comemora-se pela primeira vez o 1º de maio no Brasil, “presumivelmente em local fechado”, (15) na cidade de Santos, a partir de iniciativa do Centro Socialista, fundado, entre outros pelo médico Silvério Fontes. O Centro possuía uma biblioteca com livros de Marx e Engels, entre elas *O Manifesto*, “em edição presumivelmente vinda de Portugal”. (16)

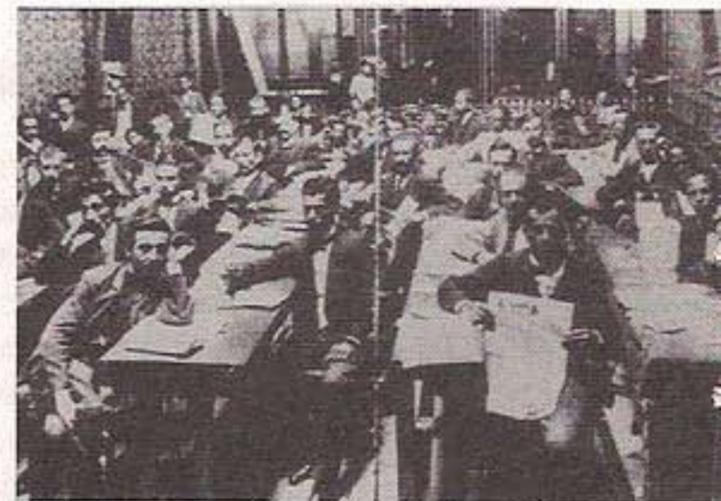
O mesmo Silvério Fontes, na apresentação do primeiro número do jornal do Centro, *A Questão Social*, em 15 de setembro de 1895, pronuncia-se em louvor a Marx. (17)

1896

A conclamação “Proletários de todo o mundo, uni-vos”, aparece pela primeira vez como epígrafe do jornal *O Socialista*, órgão do Centro Socialista de São Paulo. (18) Embora não traduzido e não difundido largamente, o *Manifesto* já é conhecido no Brasil.

Início do século XX

Marca as tentativas de organização da classe operária, o surgimento constante de novas publicações de cunho proletário e uma primeira onda de greves, violentamente reprimidas. De 1901 a 1908 há greves das mais diversas corporações, destacando-se, têxteis, trabalhadores em pedreiras, ferroviários, gráficos, em quase todo o país, especialmente, em S. Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia. As greves reivindicam principalmente a redução da jornada de trabalho, mas incluem aumento salarial e melhoria das condições de trabalho. O espírito internacionalista da classe operária se manifesta em especial a partir de 1905, sendo realizadas memoráveis jornadas em solidariedade à Revolução Russa de 1905 e em protesto ao massacre dos trabalhadores russos.



O I Congresso Operário do Brasil é realizado no Rio em 1906, com predominância anarquista

1901

O jornal *O Trabalho*, “Órgão das classes Artísticas e Operárias”, traz um medalhão de Marx na primeira página, com a conclamação do *Manifesto*: “Proletários de todos os países, uni-vos”. (19)

1902

Segunda tentativa de fundação do partido socialista, com a realização em S. Paulo do II Congresso do Partido Socialista Brasileiro. O partido dura apenas dois anos e só virá a constituir-se muitos anos depois, após várias experiências malogradas.

1905

Irrompem diversas greves, destacando-se a dos ferroviários, em S. Paulo, a dos empregados de companhias de bondes, no Rio, a dos gráficos das oficinas de obras, em S. Paulo, a dos têxteis e a dos trabalhadores em pedreiras.

1906

5 de fevereiro - grande comício de protesto em São Paulo contra o fuzilamento dos trabalhadores e do povo russo efetuado pela repressão czarista na Insurreição Russa de 1905.

1906

Poderosa greve dos trabalhadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, acompanhada pelos tecelões da Fábrica S. Bento, em Jundiá. A greve dos ferroviários é brutalmente reprimida, há mortos e feridos em comício que se realizava em Jundiá e, em S. Paulo, comício de solidariedade promovido pelos estudantes “é dissolvido a sabre e patas de cavalo”. (20) A repressão aos grevistas estende-se às famílias dos ferroviários, que têm seus lares invadidos e familiares espancados e perseguidos.

1906

Realiza-se, no Rio de Janeiro, entre 15 e 20 de abril o Primeiro Congresso Operário do Brasil, convocado por diversos sindicatos da então capital do país. Comparecem cerca de 40 delegados de inúmeros sindicatos, a maioria do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas, do Nordeste, comparecem representações do Ceará, de Pernambuco e de Alagoas. É o primeiro congresso operário realizado no Brasil, que lança as bases da COB (Confederação Operária Brasileira) que será fundada dois anos depois. No Congresso, predominam as posições anarquistas.

1907

Série de greves pela jornada de 8 horas de trabalho, a partir da orientação do Congresso Operário de 1906 que decidira para 1 de maio a implantação das 8 horas. Como a reivindicação não é atendida, inicia-se uma onda grevista.

Conseguem vitória os trabalhadores em pedreiras de São Paulo (segundo Linhares, a primeira corporação no Brasil a obter esta conquista). (21)

1908

Funda-se a COB (Confederação Operária Brasileira), no Rio de Janeiro, que passa a representar umas 50 associações operárias e inicia a publicação do periódico *A Voz do Trabalhador*. (22)

1909

Publicado pela primeira vez em português o hino *A Internacional*, no número 10 do jornal *A Voz do Trabalhador*. (23)

1910

Ano marcado pela Revolta da Chibata, dirigida pelo marinheiro João Cândido, contra o regime da chibata na Marinha. A revolta é violentamente reprimida, ocorrendo diversas mortes, mas o regime é abolido.

1911 a 1915

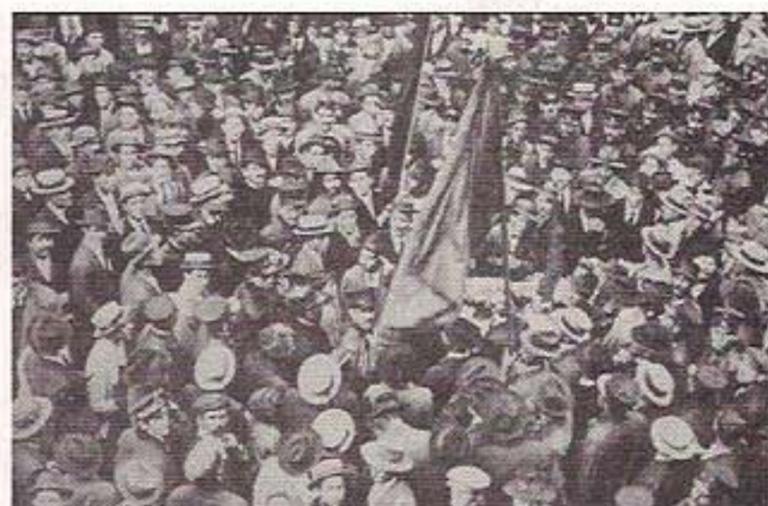
Nova onda de greves, contra a carestia, contra o desemprego, jornadas em favor da paz. Grande aumento de preços, principalmente de gêneros alimentícios em 1916.

1913

Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado em setembro, no salão do Centro Cosmopolita, no Rio de Janeiro, volta-se principalmente para o trabalho de organização sindical, com acentuada tendência anarco-sindicalista. O Congresso adota resolução sobre a paz e faz um balanço do grande movimento de agitação contra a carestia.

1917

Em julho, greve geral em São Paulo, paralisando todas as fábricas, durante vários dias. Todo o movimento na cidade parou por cerca de 30 dias. A greve assume características de conflagração, desencadeia-se violenta repressão aos trabalhadores e ao povo que realiza grandes marchas e comícios, principalmente na Mooca e no Brás, bairros operários de São Paulo. Há muitas prisões e mortes. Cria-se um Comitê de Defesa Proletária que dirige a greve geral. As reivindicações são várias: aumento salarial, jornada de 8 horas, abolição do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos, abolição do trabalho nas fábricas para menores de 14 anos. Além destas de cunho trabalhista, o movimento grevista engloba reivindicações gerais, contra o aumento abusivo dos gêneros de primeira necessidade e contra a fome. O movimento atinge tais proporções, que jornalistas de



Manifestação durante as grandes greves de 1917. Uma passeata que ia do Brás até o cemitério do Araçá, em São Paulo

importantes jornais de S. Paulo criam uma Comissão de Imprensa que se propõe a intermediar uma negociação entre o Comitê de Defesa Proletária de um lado e os industriais e o governo de outro. Firmam-se as bases de um acordo, em que os industriais fazem algumas concessões, como um aumento salarial de 20% (os operários reivindicavam 35%), o direito dos operários de criar associações, a não dispensa de operários grevistas, e o governo promete cumprir as disposições sobre o trabalho de menores nas fábricas, estudar uma legislação sobre o trabalho noturno das mulheres e menores de 18 anos, além de prometer o estabelecimento de preços razoáveis para os gêneros de primeira necessidade. (24) O acordo é transmitido à massa operária pelos representantes do Comitê de Defesa Proletária, a 18 de julho, em grande comício que levou à Praça da Concórdia, segundo Everardo Dias, 80.000 pessoas. (25)

1917

Greve geral no Rio de Janeiro, dirigida pela Federação Operária do Rio de Janeiro, (FORJ), por aumento salarial e jornada de 8 horas. Calcula-se que a 23 de julho 50.000 operários estavam parados e no mesmo dia mais 23.000 metalúrgicos entram em greve. O movimento ganha as ruas e é reprimido a golpes de espada e a patas de cavalo. (26)

1917

Em novembro, primeiros ecos da grande Revolução Proletária na Rússia. Às informações distorcidas da imprensa burguesa, os jornais operários procuravam desmentir, protestando contra as mentiras e exaltando os feitos revolucionários do proletariado russo. Sobre a Revolução Russa diz Di Cavalcanti: "Quando estourou a revolução bolchevista russa tive a revelação do socialismo revolucionário". (27)

1918

Manifestações de rua em apoio à Revolução Russa. Começam a surgir os primeiros agrupamentos comunistas.

1918

Em novembro, greve geral no Rio de Janeiro, iniciada pelos tecelões em Bangu, logo recebe a adesão dos metalúrgicos e dos operários em construção civil. Dirigida pelos anarquistas, a greve conclama à sublevação e à "reação violenta contra a prepotência dos patrões". (28) O movimento grevista é violentamente reprimido.

1918

Cria-se a Liga Comunista de Livramento, no Rio Grande do Sul.

1919

Funda-se o Centro Maximalista de Porto Alegre.

1919

Em maio, grande greve em São Paulo, contendo mais ou menos as mesmas reivindicações da greve de 1917.

1919

Greves gerais na Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Segunda década do século XX

A partir da Revolução Bolchevique começa a sentir-se mais a influência dos comunistas no movimento operário do Brasil. Surge o grupo comunista de Cruzeiro (São Paulo). Hermogênio Silva será o delegado de Cruzeiro na fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922.

Outros agrupamentos comunistas são criados, como o do Rio de Janeiro, o de Niterói, o de Recife, São Paulo, Santos, Juiz de Fora. A literatura comunista, vinda principalmente do Uruguai e da Argentina e antes restrita às bibliotecas de intelectuais e de algumas lideranças operárias revolucionárias, tem maior penetração no movimento operário. Esclarecedor a respeito de publicações marxistas no Brasil é o livro de Edgard Carone, *O Marxismo no Brasil*, que faz um completo levantamento bibliográfico comentado da literatura marxista publicada no Brasil até 1964. (29) Carone demonstra que a influência do marxismo no Brasil aparece após a revolução russa, e embora os nomes de Marx e Engels tenham sido citados em jornais e revistas, proletárias ou não, desde 1872, conforme vimos nesta nossa breve compilação, (30) “não há no Brasil até a I Guerra Mundial nenhuma análise, satisfatória ou não, do materialismo dialético, e o mais curioso, nenhuma tradução de trechos ou artigos de Marx e Engels”. (31) Carone demonstra, por outro lado, pelo levantamento de bibliotecas de militantes do movimento operário, que aqui circulavam regularmente obras de Marx e Engels, editadas em francês.



Da unificação de diversos grupos comunistas, funda-se o Partido Comunista do Brasil, em 25 de março de 1922

1920

Realiza-se no Rio de Janeiro o Terceiro Congresso Operário Brasileiro. Participam deste Congresso alguns dos futuros fundadores do Partido Comunista do Brasil, entre os quais Astrogildo Pereira e José Elias. A Liga Operária da Construção Civil de São Paulo propõe a adesão do Congresso à Internacional Comunista (Terceira), mas a proposta se transforma em uma saudação à Internacional.

1921

Surge o Grupo Clarté (Liga Intelectual para o Triunfo da Causa Internacional) constituído por um grupo de intelectuais com o objetivo principal de apoiar e divulgar as realizações da Revolução Russa. A partir de setembro passa a publicar a *Revista Clarté*.

1921

Constitui-se o Grupo Comunista do Rio de Janeiro que, em contato com o Centro Maximalista de Porto Alegre, toma a iniciativa de buscar entendimento com os demais agrupamentos com vistas à criação de um partido comunista. Começam os preparativos para a fundação do Partido Comunista do Brasil.

Circula, a partir de janeiro de 1922, a publicação do Grupo Comunista do Rio, a revista mensal, *Movimento Comunista*.

1922

Da unificação dos diversos grupos comunistas, funda-se o Partido Comunista do Brasil, em memorável Congresso nacional, entre 25 e 27 de março, na sede de uma associação operária do Rio de Janeiro. Os diversos grupos foram representados por 9 delegados, que, por sua vez, representavam 70 comunistas em todo o país. Os delegados eram: Astrogildo



Pereira (Rio de Janeiro), Cristiano Cordeiro (Recife), José Elias da Silva (Rio de Janeiro) Joaquim Barbosa (Rio de Janeiro), Luis Peres (Rio de Janeiro), Hermogênio Silva (Cruzeiro, SP), Abílio de Nequete (Porto Alegre) e Manuel Cendon. A pauta do Congresso: exame das 21 condições de admissão à Terceira Internacional, estatutos do partido, eleição da Comissão Executiva Central, medidas em benefício dos flagelados russos na região do Volga e assuntos vários. (32) Criado sob a influência da Revolução Socialista de 1917, e em meio a uma fase de “intensa efervescência política, acompanhada de levantes de quartel e de ações armadas...” (33) o Partido Comunista do Brasil, embora de início não dominasse o marxismo (que como vimos era pouco conhecido no Brasil), virá a ser o principal divulgador desta doutrina no Brasil. Mesmo assim, obras fundamentais do marxismo somente foram publicadas na década de 40. (34)

1923

Primeira publicação do *Manifesto*, no Brasil, em números sucessivos do jornal A Voz Cosmopolita, semanário dos trabalhadores em hotéis, restaurantes e cafés do Rio de Janeiro. (35)

1924

Publicado pela primeira vez em forma de livro, pelo Partido Comunista do Brasil, *O Manifesto do Partido Comunista*, traduzido por Otávio Brandão, alagoano, farmacêutico no Rio de Janeiro, ativo participante do movimento operário, colaborador do jornal *A Voz do Povo*, filiado ao Grupo Clarté, que, rompendo com o anarquismo, ingressa no Partido Comunista do Brasil, a convite de Astrogildo Pereira, em novembro de 1922. Será um dos fundadores, em 1925, do jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do Partido Comunista do Brasil.

O primeiro *Manifesto* publicado em livro, no Brasil, é traduzido da edição francesa de Laura Lafargue, revista por Engels, tem 40 páginas e é editado pelo Partido Comunista do Brasil em Porto Alegre. Comenta Edgard Carone: “na capa, retrato de Marx. No final do texto original, nota do tradutor: ‘Chamamos a atenção do proletariado do Brasil para a obra imortal de Karl Marx e Friedrich Engels, geniais, precursores de Trotski e Lênin’. A tradução foi feita entre maio e julho de 1923”. (36)

Em 1924, o *Manifesto* é publicado pela primeira vez em forma de livro, no Brasil, pelo Partido Comunista do Brasil, traduzido por Otávio Brandão

A guisa de conclusão

Conforme se vê por esta concisa trajetória historiográfica, baseada em levantamento bibliográfico, as poucas referências ao *Manifesto*, no Brasil, nos primórdios do movimento comunista, estão relacionadas com o pouco conhecimento do marxismo no Brasil. Apesar da profícua produção de jornais do movimento operário, seu teor é mais noticioso e conclamatório, não há quase nenhuma publicação de caráter teórico. No entanto, apesar de sua publicação tardia (76 anos após 1848), *O Manifesto* causa profunda impressão sobre aqueles que a ele tiveram acesso, intelectuais e lideranças do movimento operário. Interessante é o depoimento de Di Cavalcanti: “... A revolução de 1917 foi, porém, um clarão, e quando Antoninho Figueiredo pôs nas minhas mãos o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, eu senti a revelação de uma estrada nova no meu mundo cortado de caminhos estreitos, o mundo de meus pensamentos e de minhas experiências juvenis”. (37)

Pode-se dizer, também que, desde 1848, há toda uma trilha de lutas percorrida pelo povo brasileiro, que está na gênese da classe operária do Brasil, seu crescimento enquanto classe em si e para si. Portanto, os primeiros anos do *Manifesto* no Brasil, relacionam-se com o próprio desenvolvimento da classe operária brasileira, temperada

nos movimentos grevistas do início do século, especialmente as greves gerais de 1917 e 1918 e após o grande impacto da Revolução Socialista na Rússia. Assim, ao calor das lutas, aumenta o nível de consciência de classe e a exigência teórica. Instigado pelo movimento, o *Manifesto Comunista* surge, no Brasil, também como resposta instigante ao nível de desenvolvimento da classe operária e a seu apelo revolucionário consciente. Não é, pois, ao azar, que a primeira edição do *Manifesto* no Brasil será feita pelo elemento consciente da classe, o Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922, que, ao comemorar os 150 anos do *Manifesto*, comemora também seus 76 anos de luta.

LORETA VALADARES é professora (aposentada) de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia.

Notas

- (1) Ver Valadares, Loreta, 'O Manifesto do Partido Comunista, 150 Anos Depois', in *Princípios* n 47, Editora Anita Garibaldi, SP, novembro, dezembro, janeiro 1997.
- (2) Linhares, Hermínio, *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*, Alfa-Omega, SP, 1977, p.29.
- (3) idem, ibidem.
- (4) Abendroth, Wolfgang, *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*, Paz e Terra, RJ, 1977, p.27.
- (5) Vilar, Pierre, 'Marx e a História', in Hobsbawm, Eric, *História do Marxismo*, vol.1, Paz e Terra, RJ, 1983, p.116.
- (6) Chacon, Vamireh, *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Civilização Brasileira, RJ, 1981, p.21.
- (7) idem, p. 72, apud Freyre, Gilberto *Um Engenheiro Francês no Brasil*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1960, vol. 2.
- (8) Linhares, Hermínio, op. cit. p.30 e Chacon, Vamireh, op. cit. p.73.
- (9) idem, p. 32 e idem, p. 119.
- (10) Bandeira, Moniz et alii, *O Ano Vermelho*, Brasiliense, São Paulo, 1980, p.48.
- (11) Linhares, Hermínio, op. cit. p.31.
- (12) Chacon, Vamireh, op. cit. p.168.
- (13) idem, ibidem.
- (14) Citado por Dulles, John W.F., *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1977, p. 22, apud Brandão, Otávio, 'Combates da classe operária', in *Revista Brasiliense* n 46, 1963.
- (15) Del Roio, José Luiz, *1º de Maio, Cem Anos de Luta 1886-1986*, Global, São Paulo, 1986, p.98.
- (16) Pereira, Astrogildo, *Ensaio Histórico e Político*, Alfa-Omega, São Paulo, 1979, p.47
- (17) Dulles, John W.F. in op. cit. p.22, apud Pereira, Astrogildo, 'Silvério Fontes, Pioneiro do Marxismo no Brasil', in *Estudos Sociais*, n° 12, 1962.
- (18) Linhares, Hermínio, op. cit., p. 37.
- (19) Chacon, Vamireh, op. cit., p.178.
- (20) Dias, Everardo, *História das Lutas Sociais no Brasil*, Alfa-Omega, São Paulo, 1977, p. 258
- (21) Linhares, Hermínio, op. cit., p.49.
- (22) Dulles, John W. F., op. cit., p. 30.
- (23) Linhares, Hermínio, op. cit., p. 51.
- (24) Dulles, John W.F., op. cit., p. 55.
- (25) Dias, Everardo, op. cit., p.303.
- (26) Dulles, John W.F., op. cit., p. 57.
- (27) citado por Bandeira, Moniz, in op. cit., p. 222, apud Di Cavalcanti, *Viagem de Minha Vida*, Editora Civilização Brasileira.
- (28) Dulles, John W. F., op. cit. , p.68.
- (29) Carone, Edgard, *O Marxismo no Brasil (das origens a 1964)*, Editora Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1986, p. 31.
- (30) Ver o ano de 1872 desta cronologia.
- (31) Carone, Edgard, op. cit., p. 31.
- (32) Dulles, John W. F., op. cit., p.147.
- (33) *Partido Comunista do Brasil: 50 Anos de Luta*, Edições Maria da Fonte, Lisboa, 1975, p. 37.
- (34) idem, p. 68.
- (35) Chacon, Vamireh, op. cit., p. 181, Moniz, Bandeira, op. cit., p.146 e Pereira, Astrogildo, op. cit., p. 79. A respeito das primeiras publicações do *Manifesto*, sem ser sobre a forma de livro, Moniz Bandeira (op. cit., p.146) diz ter aparecido em um periódico socialista, no início do século, em Porto Alegre e que em 1919, o Partido Socialista, no Rio de Janeiro, iniciara sua publicação na revista *Tempos Novos*.
- (36) Carone, Edgard, op. cit., p. 117.
- (37) Bandeira, Moniz, op. cit., p. 222, apud, Di Cavalcanti, *Viagem de Minha Vida*, Editora Civilização Brasileira.

Os abismos da revolução-conciliação e reforma na política brasileira

*O atraso do Brasil se deve à continuidade de estruturas arcaicas, e sua articulação subordinada a uma ordem mundial dominada pelos interesses colonialistas, no passado, e imperialistas no presente**

JOSÉ CARLOS RUY

"Esta terra ainda vai cumprir seu ideal / ainda vai tornar-se / um imenso Portugal" - estes versos do 'Fado Tropical', de Chico Buarque de Holanda e Ruy Guerra, foram escritos no começo da década de 1970. Após a Revolução dos Cravos, em Portugal, que acabou com a ditadura salazarista, passaram a ser entendidos por muitos, no Brasil, como a promessa de um caminho que, semelhante ao percorrido nas ruas e praças de Lisboa, Porto e outros lugares, levaria também os brasileiros a um futuro de democracia, liberdade, de ampliação dos direitos políticos e sociais.

Aqueles versos também faziam referência à herança lusitana que os brasileiros trazem - herança de bonomia, sentimentalismo, uma postura compreensiva, maleável, perante os problemas que a vida coloca, mas também de inflexibilidade, dureza e brutalidade. Ambigüidade registrada em versos como: "E se a sentença se anuncia bruta / mais que depressa a mão cega exe-

cuta / pois que senão o coração perdoa".

No passado, as relações dos brasileiros com essa herança não foi simples. Uma espécie de jacobinismo pouco desenvolvido fez do português o alvo de ataques da plebe, e o grito "mata marinheiro" ecoou em todos os levantes populares no século passado - da Cabanagem, no Pará, entre 1835 e 1840, à Praieira, em Pernambuco, de 1848 a 1852, até à revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, já em 1904.

Consciência de classe e de Nação pouco desenvolvida, esse jacobinismo não sabia enxergar seu inimigo verdadeiro na aliança entre banqueiros, latifundiários e grandes comerciantes de importação e exportação, com os agentes políticos e econômicos do imperialismo - e que estava personificada em homens de diferentes nacionalidades: brasileiros, portugueses, ingleses, franceses, norte-americanos e, mais tarde, italianos, espanhóis, sírio-libaneses, etc.

Daí a fúria com que se voltava contra o comerciante varejista, o proprietário de casas aluguel, o pequeno empresário que, embora nascidos em outras terras, aqui agiam e trabalhavam. Exploradores do trabalho do povo, é certo, mas igualmente explorados (embora em outra escala) pelas elites brasileiras e estrangeiras que dominavam o País.

Mais tarde, nas primeiras décadas deste século, esse anti-lusitanismo feroz foi se arrefecendo, transformando-se no anti-lusitanismo intelectual de algumas áreas. Como o escritor Manoel Bomfim, que atribuiu à "transmissão, à Nação brasileira, do deletério Estado Português", os males do país. "O Brasil que recebemos trouxe um passado enraizado nos sedimentos podres de quase dois séculos de bragantismo"(1) Raymundo Faoro, escritor mais moderno, sofisticou o argumento, e vê na história comum de Portugal e Brasil as raízes de um patrimonialismo na sua opinião característico da herança ibérica, que

*A versão original deste artigo foi preparada para ser publicada em uma edição especial sobre as relações Brasil/Portugal da revista *Vértice*, do Partido Comunista Português.



1844 - Bernardo Pereira de Vasconcelos: "parar o carro revolucionário".

confunde o público e o privado, torna o Estado onipresente, subordina a ele todas as atividades sociais e econômicas, impede o livre funcionamento do mercado, cria relações cartoriais e de favor entre as empresas e o governo e, assim, gera as condições políticas onde o atraso prospera e se mantém (2) O modelo capitalista anglo-saxão já era então erigido em modelo a ser imitado.

Forjou-se assim a lenda de que um dos principais fatores do atraso brasileiro é a herança ibérica - lenda que fundamentou outra compreensão distorcida mas muito comum em algumas esferas intelectualizadas no Brasil - a tese de que a colonização anglo-saxônica teria sido mais 'benéfica', capaz de levar os povos à senda da civilização e do progresso. Ao contrário da colonização ibérica. Basta, entretanto uma avaliação, mesmo superficial, do destino das nações colonizadas, sejam quais forem os colonizadores, para que se destruam os fundamentos desse mito. Hoje, quando 'modernidade' tornou-se sinônimo de rendição incondicional aos padrões de pensamento e comportamento e aos interesses dos países imperialistas domi-

nantes, principalmente os Estados Unidos, convém questionar a que é mesmo que se deve o atraso que ainda persiste no Brasil. Os ideólogos do neoliberalismo retomam temas que, pelo menos desde os anos 50, estavam fora de circulação, como a persistência da herança ibérica e católica, em detrimento das pretensas virtudes anglo-saxãs de valorização dos interesses individuais, da predominância do mercado, e da ética protestante. Atribuem o atraso a traços culturais e psicológicos dos brasileiros, e não à continuidade de estruturas sociais arcaicas na sociedade brasileira e sua articulação subordinada a uma ordem mundial dominada pelos interesses colonialistas, no passado, e imperialistas em nosso tempo.

Um exemplo da sobrevida fantasmagórica da lenda que atribui o atraso à influência ibérica é a obra de dois acadêmicos norte-americanos, Lawrence Harrison, do Massachusetts Institute of Technology, e Stephen Haber, da Universidade de Stanford (3) Eles explicam o atraso da América Latina, e do Brasil em especial, pela ação de causas internas de natureza cultural e psicológica. Harrison é particularmente incisivo, e vê a raiz dos problemas na tradição ibérica e católica cujos traços seriam o autoritarismo, a injustiça e a aversão ao mercado. Suas teses configuram um caso típico de apologia do domínio norte-americano e de ideologia no sentido de falsa consciência - sua finalidade é justificar a situação atual e convencer os brasileiros e os latino-americanos de que só vão evoluir se romperem com sua tradição cultural e histórica, e adotarem modos de ser e pensar anglo-saxões, particularmente norte-americanos.

A reação contra esse pensamento é antiga, e a obra de Gilberto Freyre - autor da tese do lusotropicalismo - radicaliza o argumento em sentido oposto. O "certo é que

os portugueses", escreveu em 1933, "triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência". (4)

O argumento de Gilberto Freyre ainda está no campo da cultura, o mesmo dos detratores da influência ibérica. Escritor ligado às oligarquias pernambucanas, Gilberto Freyre edulcorou as relações sociais no Brasil. Para ele, a escravidão aqui foi benévola - o mito do senhor bondoso - e teria existido uma espécie de 'democracia senhorial' onde as relações sociais seriam harmônicas e os conflitos sociais, mesmo agudos, seriam resolvidos pela negociação e acomodação. Uma sociedade, enfim, onde não existe luta de classes.

Dessa forma, Gilberto Freyre inventou outro mito - o do colonizador que, ao contrário do anglo-saxão e outros do Norte da Europa, misturou-se 'democraticamente' com o colonizado. Uma igualmente lendária atração do português por mulheres de outras raças estaria na base dessa relação 'democrática'. Por essa razão, Gilberto Freyre e seu lusotropicalismo foram louvados por Antônio Salazar e pelos ideólogos do salazarismo, que encontraram nele novos argumentos para justificar o

As teses que explicam a história pela cultura ou pela psicologia falseiam o conhecimento do processo histórico real

império colonial português na África.

Essas teses, que explicam a história pela cultura ou pela psicologia, falseiam o conhecimento do processo histórico real. Sua capacidade de convencimento decorre do fato de se



1880 - Quintino Bocaiuva: "revolução, mas no sentido moral"

basearem em alguns aspectos verdadeiros. A parte verdadeira da tese falsa dos autores norte-americanos é a idéia de que o atraso não se deve só à dominação estrangeira mas também à dinâmica interna das sociedades latino-americanas.

Já a falsidade das teses de Gilberto Freyre está ancorada na verdade de que a repressão brutal característica do colonizador era por vezes amenizada pelo sentimentalismo paternalista na relação com os subalternos que os serviam diretamente.

No caso mais antigo da lusofobia popular e, depois, intelectual, a rejeição deriva, primeiro, do fato histórico de Portugal ter sido a metrópole colonial; depois, do processo de Independência do Brasil, que manteve - na figura do príncipe D. Pedro e da permanência da Casa de Bragança à frente da monarquia brasileira - estruturas jurídicas e institucionais legadas pelo Estado português quando se deu a ruptura, em 1822. As Ordenações do Reino, por exemplo, ficaram em vigor no Brasil até 1917, quando um novo Código Civil foi adotado para regular o cotidiano dos brasileiros.

Finalmente, a lusofobia foi também uma forma de ideologia que, ocultando os conflitos de classe, des-

viou o ímpeto da ira popular de seus verdadeiros alvos, as classes dominantes brasileiras e seus aliados estrangeiros, principalmente os banqueiros londrinos.

Não é sem razão que a lusofobia e as explicações de natureza cultural ou psicológica para o processo histórico entraram em colapso quando as lutas sociais passaram a assumir, no Brasil, o caráter moderno da luta de classes aberta e crescentemente consciente, uma tendência que cresceu após o fim da II Guerra Mundial, quando o modo de produção capitalista se tornou hegemônico no país, e uma classe operária moderna, vigorosa e combativa emergiu no cenário político, construindo seus instrumentos coletivos de luta política e social.

Essa situação nova condicionou uma compreensão mais profunda do processo histórico brasileiro, baseada não nos desejos ou fantasias intelectuais dos analistas, mas na dinâmica real dos conflitos e ajustes entre as várias forças sociais em ação.

O desenvolvimento da luta de classes no Brasil tem uma característica marcante, ainda à espera de seu historiador - aqui, as revoluções não se completam. "As revoluções no Brasil", diz o historiador Hélio Silva, "tiveram sempre uma marcha claudicante: uma perna mais comprida, alcançando o porvir, representando a tendência renovadora; outra, mais curta, fincada no pretérito, pesada de preconceitos como o enxerto, no corpo da política, de tudo aquilo que era para ser abandonado". (5)

Alguns setores das classes dominantes brasileiras desenvolveram, ao longo dos séculos, uma singular capacidade de, nos momentos em que a mudança é inevitável, unir-se aos

partidários do novo, participar do processo renovador, assumir seu controle, manter-se no topo da sociedade e conservar, junto aos novos donos do poder, seus privilégios e interesses. Essa situação decorre, primeiro, da situação de dependência do país, que exige sempre, nos momentos de crise mais aguda, a união de todos os brasileiros em defesa da integridade da Nação, como no período da consolidação da Independência, entre 1822 e 1831. Ou de defesa da República contra as ameaças de restauração monárquica, entre 1889 e 1898. Mais tarde, frente à ameaça do descontrole de uma revolução que, em seu desenvolvimento, poderia ameaçar o domínio das classes proprietárias - como ocorreu na década de 1920, culminando na revolução de 1930 - o instinto político dos setores mais sagazes das elites levou-as a antecipar-se às mudanças e assumir sua direção.

Esta é uma tese que só um estudo aprofundado poderá desenvolver. Ela se fundamenta na percepção da continuidade histórica do comportamento de setores das classes dominantes em momentos de mudança revolucionária. Essa habilidade política é secular. Ainda antes da Independência política formal, os temo-

res da corte de D. João VI, instalada no Rio de Janeiro desde 1808, aconselhavam aos ministros a permanência do príncipe D. Pedro no Brasil, no caso do re-

Os moderados aliam-se ao povo mas, obtida a vitória, traem os compromissos assumidos

torno da Corte para Lisboa. Segundo Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro e importante interlocutor do monarca, o principal encargo do príncipe seria evitar que rebentassem "os germes da revolução" cuja existência - dizia - é "impossível dissimular", pois "existem e fermentam em mais de um sentido". (6)

O príncipe cumpriu seu papel, a ponto de liderar os partidários da autonomia e, em aparente contradição com seus interesses nacionais e dinásticos, passar para a história como o autor da independência brasileira. Aquele embate não foi, entretanto, o desquite harmonioso e amigável registrado nos livros da história oficial. O grito do Ipiranga, de 7 de setembro de 1822, culminou

um processo autonomista que já tinha alguns meses. Já em junho de 1822, num ato de autonomia política, o príncipe convocou, por exemplo, uma assembléia nacional constituinte para deliberar sobre a forma de organização política do Brasil. E as tropas de Portugal só saíram de vez do Brasil depois de derrotadas em batalhas memoráveis na Bahia, no Maranhão e no Piauí, em 1823.

O capítulo tempestuoso da história brasileira que foi o Primeiro Reinado terminou com a abdicação do imperador D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, fato encarado na época, com razão, como a consolidação da independência e o abasileiramento do governo e do Estado.

Naqueles anos, radicais (os 'exaltados'), moderados e absolutistas engalfinharam-se no processo político. Os radicais eram republicanos, federalistas, queriam substituir a escravidão pelo trabalho livre. Muitos eram contra o latifúndio. Preconizavam um desenvolvimento autônomo para o país, com proteção estatal para o desenvolvimento de indústrias locais, principalmente a siderurgia. Mesmo um partidário de D. Pedro I, que jamais apareceria com as cores do radicalismo, como José Bonifácio, conhecido como o Patriarca da Independência, defen-

deu um programa como este, com distribuição de terras a colonos que a quisessem para trabalhar, a imigração e o fim da escravidão. (7)

Os absolutistas foram partidários de D. Pedro I até 1831 e, depois, da restauração, até a morte do monarca em 1834. Os moderados, por sua vez, queriam apenas mudanças jurídicas e institucionais, mas nunca sociais. Defendiam a

monarquia constitucional, o parlamento com o voto censitário (portanto, apenas para os proprietários), a centralização como forma de manter o liberalismo nas relações comerciais do País com o mundo, e as velhas relações de produção escravistas e coloniais dentro do País. Foi o programa dos latifundiários, dos traficantes de escravos, dos grandes comerciantes de importação e exportação, dos agentes do imperialismo inglês que, rapidamente, substituíam os portugueses na parceria externa das elites brasileiras.

Na luta aberta entre estas facções, os moderados em muitas ocasiões aliaram-se aos exaltados e, depois de conseguido o objetivo, esforçaram-se para fazer os acontecimentos voltarem ao leito confortável da luta institucional. Um exemplo desse comportamento foi o de Evaristo da Veiga, um dos animadores do levante que levou à abdicação de D. Pedro I, em 1831. Imediatamente após o sucesso da rebelião, ele assumiu o controle do movimento para evitar que a revolução fosse até o fim. "Faça-se tudo quanto é preciso, mas evite-se a revolução", escreveu ele em seu jornal *Aurora Fluminense*, que tinha enorme prestígio. (8) Em 1834, nas vésperas da morte do antigo imperador, ele confessava temer mais a democracia que

o despotismo real: "não temo que o Brasil se despotize, temo que se anarquize; temo mais hoje os cortesões da gentalha que aqueles que cheiram a capa do monarca". (9)

Nesse sentido, mais radical que Evaristo foi Bernardo Pereira de Vasconcelos, um deputado liberal que se destacou na luta contra o absolutismo real mas que, derrotado o rei, tornou-se campeão dos latifundiários, dos traficantes de escravos e dos grandes comerciantes. Em 1829, ainda sob Pedro I, ele advertiu na Câmara dos Deputados contra as revoluções: "Uma rebelião em centelhas cresce rapidamente em lavas; e suas lavas costumam trazer de envolta a dissolução social". Na sessão legislativa de 1834, disse que cabia à Câmara "fechar os abismos da revolução, estabelecer e firmar verdadeiros princípios políticos, consolidando a monarquia constitucional". (10) Defendeu assim a consolidação do domínio das elites escravistas da terra, do dinheiro e do comércio, impondo uma interpretação da Constituição imperial profundamente antidemocrática que permitiu, mais tarde, na opinião do historiador Caio Prado Jr, a trajetória reacionária que se inicia em 1837. (11)

Em 1838, Vasconcelos fez uma confissão, notável pela sinceridade, do abandono dos compromissos liberais e seu envolvimento naquela política que, muito corretamente, ficou conhecida na história brasileira como o *regresso*, da qual foi um dos principais promotores.

Disse: "Fui liberal; então a liber-

O tenentismo foi um movimento revolucionário que receava mobilizar os trabalhadores



1930 - Antonio Carlos: "façamos a revolução antes que o povo a faça"

dade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, e por isso sou regressista. Não sou trãnsfuga, não abandono a causa que defendo no dia de seus perigos, da sua fraqueza: deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso o compromete". (12) Mais sinceridade, só na afirmação, feita em 1844, de que o objetivo do regresso era "parar o carro revolucionário". (13)

Foram políticos conservadores dessa espécie que lançaram as bases da monarquia brasileira e da manutenção do latifúndio e do escravismo, cuja abolição precisou esperar até o final do século, em 1888, fazendo do Brasil a última nação independente do Ocidente a eliminar esse regime nefando de trabalho. E não foram diferentes deles os políticos da elite que conseguiram controlar o processo de mudança cristalizado na proibição da escravidão e na proclamação da República, em 1889.

Na luta abolicionista e propagandista republicana novamente voltaram a chocar-se as forças voltadas para a mudança revolucionária com aqueles que pretendiam que a transformação ocorresse sob controle da elite, e sem traumas.

O grupo anti-escravista mais radical era formado por elementos da pequena burguesia urbana e por trabalhadores livres (ferroviários, cocheiros, tipógrafos, mascates, artesãos). Seus métodos de luta iam desde a propaganda pelo jornalismo

até táticas insurrecionais. No Rio de Janeiro, liderados por Luiz Carlos de Lacerda, insuflavam os escravos à fuga, gerando conflitos que muitas vezes resultavam em incêndios de canaviais e linchamentos de escravos. Em São Paulo, Antônio Bento liderou o movimento dos caifazes, que organizava fugas de escravos das fazendas, com apoio da população das cidades, dos ferroviários e muitas vezes até mesmo de autoridades. Eles eram também republicanos e queriam, com a Abolição, acabar com o latifúndio, dividindo as terras entre os trabalhadores rurais. (14)

Mas não foram eles, nem a massa escrava, que prevaleceram na luta contra aquele estatuto iníquo do trabalhador - foram políticos ligados à elite que, como Joaquim Nabuco, pensavam que "é no parlamento, e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade". (15)

Aqueles setores radicais associavam a Abolição à República, e esperavam que a nova forma de governo trouxesse a igualdade dos cidadãos e o fim do domínio das oligarquias que, enraizadas no passado colonial, controlaram o poder durante todo o Império. Seu campeão, Silva Jardim, advertiu premonitoriamente, em 1888,

Não é na rua, mas no parlamento, que a causa da liberdade deve ser decidida, pregou Joaquim Nabuco

para o risco de que a República viesse a ser "a Monarquia sem o Imperador". Sua opção era clara: "a República precisa ser feita nas ruas e em torno dos palácios do imperante e de seus ministros... Nada pode dispensar, portanto, um movimento francamente revolucionário". (16)

Eles foram deslocados pelas idéias e pela ação muito mais moderadas de Quintino Bocaiúva, que queria uma "revolução, mas no sentido moral". (17) Seus antecedentes eram

bem fortes, como já vimos. E manifestaram-se cedo: em 1879, na Câmara dos Deputados, Saldanha Maranhão disse que, sendo a revolução inevitável, cabia às elites adiantar-se a ela, de forma pacífica e controlada. (18)

Nessa linha de pensamento, Quintino Bocaiúva defendeu um caminho evolutivo para a República, mesmo que fosse lento, e condenou a via revolucionária como temerária. Em 1881, numa assembléia do Partido Republicano, opôs-se aos que "procuravam encaminhar a causa republicana para uma solução violenta e inoportuna" dizendo que, se há republicanos que pretendem levar o partido "do campo da discussão e da propaganda pacífica, para o campo da revolução armada, fazendo-o abandonar as armas da persuasão e da influência moral para substituí-la pelo facho incendiário da discórdia civil e da guerra fratricida, então assumam quem quiser, não eu, essa responsabilidade perante o País e perante a história". (19)

Nos dramáticos momentos que antecederam a proclamação da República, Silva Jardim e os republicanos radicais, como Lopes Trovão, foram deliberadamente postos à margem pela liderança moderada. Eram homens que pretendiam pôr o povo na rua para derrubar o Imperador. Mas os moderados, liderados por Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant, preferiram o caminho do golpe militar, evitando o levante popular, e entraram em entendimentos com os principais líderes do Exército que, desgastados com intermináveis querelas com o governo (a chamada 'Questão Militar'), moviam-se rapidamente para a oposição, animados inclusive pela doutrina positivista de Augusto Comte e Pierre Lafitte, da qual Benjamin Constant era um dos principais propagandistas nas academias militares.

Proclamada a República, Silva Jardim não conseguiu sequer ser

eleito para a Assembléia Constituinte Republicana de 1891, uma eleição que foi estritamente controlada pelos novos donos do poder.

A coalizão de militares positivistas e fazendeiros de café, principalmente de São Paulo, pouco. Em 1891, quando o primeiro presidente, o marechal Deodoro da Fonseca, renunciou, pare-

cia que finalmente os herdeiros dos radicais dos tempos da independência controlariam o poder central e imporiam ao País um programa de desenvolvimento capaz de eliminar os resquícios coloniais. Os jacobinos e os setores radicais das camadas médias uniram-se em torno do novo presidente, o marechal Floriano Peixoto, mas seu domínio foi fugaz e, na eleição presidencial de 1894, os grandes cafeicultores voltaram a controlar o governo com Prudente de Moraes. Floriano consolidou a República, derrotando levantes navais no Rio de Janeiro e no Sul do País, mas coube a Prudente organizar o novo sistema de poder, recolocando em seu centro as velhas oligarquias que haviam dominado durante o império. Era a concretização do temor de Silva Jardim, de uma "monarquia sem o Imperador".

Nos anos 20, a resistência anti-oligárquica, que nunca deixou de existir desde o início da República, cresceu com a multiplicação dos levantes militares (o 'tenentismo') iniciados em 1922. Eles proliferaram ao longo da década, e seu ponto alto foi a 'Coluna Prestes', liderada por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa. Ela percorreu cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do país, entre 1925 e 1927, pregando a revolução e enfrentando as forças do governo

e dos grandes fazendeiros. Dissolveu-se em território boliviano, sem ter sido derrotada.

FHC repete um papel velho e gasto, o daqueles que lutaram para evitar o progresso do país, o bem estar e a liberdade de nosso povo

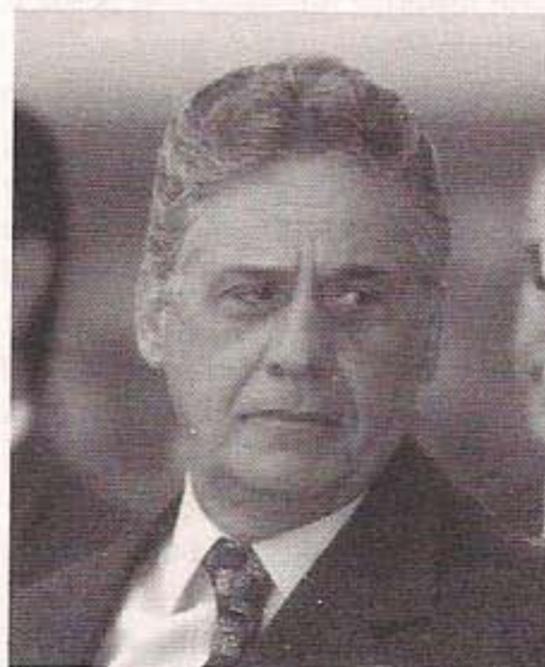
exemplo como o general Isidoro Dias Lopes, chefe do levante de 1924 em São Paulo, negou-se a aceitar a adesão dos operários paulistas e dar-lhes armas (20) para - teria alegado - não desvirtuar o movimento. Coube a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, governador de Minas Gerais, descendente do patriarca da Independência e um dos articuladores da revolução de 1930, registrar a velha e matreira sabedoria da elite brasileira. Ele é o autor da frase "façamos a revolução antes que o povo a faça" (21), que sintetiza os séculos de aprendizado político de sua classe.

O exame da história social e política do País, embora superficial, é suficiente para demonstrar a inconsistência da tese que atribui o atraso brasileiro à psicologia, à cultura, ou à tradição ibérica ou católica. O Brasil fez a Independência sem romper radicalmente com as formas de poder anteriores, e as mesmas elites escravistas, latifundiárias e mercantis cujo domínio se constituiu no período colonial, aliadas ao dominador estrangeiro, mantiveram-se à frente do governo e do poder político efetivo do País. Com a Abolição e a República, no final do século XIX, novamente a ruptura foi incompleta, e as mesmas elites cujo mando já era secular conservaram o

Mas o tenentismo foi um movimento revolucionário cujos limites estritos foram revelados pela recusa em mobilizar o povo e os trabalhadores. Everardo Dias, um importante líder operário daquela época, conta por

poder e a aliança com os mesmos antigos parceiros estrangeiros, deixando intocada a velha estrutura social e o latifúndio. Em 1930, quando a revolução burguesa deu seu maior passo nesta parte do mundo, o resultado foi nova acomodação entre as elites dirigentes que emergiam e aqueles que, derrotados pelos partidários da mudança, foram apelidados de 'carcomidos' - e assim o passado continuou contemporâneo do presente, comprometendo a conquista definitiva do futuro.

Essa situação persiste até nossos dias. Não é novidade, na história do País, setores da elite aliarem-se circunstancialmente com setores populares avançados e, depois de derrotado o inimigo principal, traírem os partidários do progresso. A luta contra a ditadura militar de 1964 foi o exemplo mais recente desse enredo tradicional. O esforço para derrotar o regime dos generais exigiu a união



1994 - Fernando Henrique:
"esqueçam o que escrevi"

de todos os setores antifascistas, do proletariado e dos trabalhadores do campo, aos intelectuais, profissionais liberais, classes médias e setores anti-autoritários da burguesia. Na desagregação final da ditadura, até mesmo setores oligárquicos dissidentes juntaram-se à esse arco de forças.

Com a derrota da ditadura militar

e o início da consolidação democrática, algumas forças repetiram o desempenho de seus antecessores históricos. No lugar de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Fernando Henrique Cardoso e seu Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, assumiram a tarefa de deter o avanço da democracia e do desenvolvimento. Abandonaram os compromissos antigos ("esqueçam o que escrevi", recomendou o sociólogo presidente) e, a pretexto de modernizar o País e evitar que os setores populares e progressistas, 'atrasados', chegassem a controlar os poderes da República, aliaram-se aos inimigos do passado, à Antônio Carlos Magalhães e às oligarquias encasteladas no Partido da Frente Liberal, o PFL, numa aliança alimentada por um projeto de atualização do domínio de classe no País, projeto conservador, neoliberal, antidemocrático, antipopular e antinacional, que representa a repetição do mesmo velho enredo histórico que se sucede desde a Independência.

Essa é a receita para a criação e perpetuação do atraso, que se fortalece como consequência dessas situações em que conciliação e reforma se juntam, gerando conjunturas em que os movimentos revolucionários não se completam. Ao contrário do que diz a lenda, o atraso resulta das revoluções pela metade, e não da tradição cultural do País ou da psicologia dos brasileiros. O Brasil de hoje é uma combinação singular de modernidade e atraso, e isso decorre de sua própria história, da forma como os conflitos sociais foram sendo resolvidos. O esforço e a criatividade dos brasileiros resultaram nos aspectos progressistas e avançados da formação social brasileira, como o maior parque industrial entre os países do antigo mundo colonial, capacidade industrial que coloca o Brasil entre as dez maiores economias do planeta. Esses traços progressistas convivem, porém, com o arcaísmo que significa a sobrevivência do latifúndio, da dependência externa, de

relações sociais profundamente autoritárias, marcas hierárquicas deixadas pelos séculos que durou a escravidão no País.

JOSÉ CARLOS RUY é jornalista.

Notas

- (1) Bomfim, Manoel, *O Brasil na história*, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1930, p. 71-72.
- (2) Faoro Raymundo, *Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro*, Editora Globo, Porto Alegre/Rio de Janeiro, 1985 (A edição original é de 1957).
- (3) *Folha de S. Paulo*, Caderno *MAIS!*, 10/8/1997. Harrison é autor do *The Pan American Dream*, e Haber, de *How Latin America Fell Behind*, recentemente publicados nos EUA.
- (4) Freyre, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, Livraria José Olympio Editores, Rio de Janeiro, 1966, (a primeira edição é de 1933).
- (5) Silva, Hélio, *1889: A República não esperou o amanhecer*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972, p. 133.
- (6) Ferreira, Silvestre Pinheiro, 'Cartas sobre a revolução do Brasil', in Ferreira, Silvestre Pinheiro, *Idéias políticas, Textos Didáticos do Pensamento Brasileiro*, vol. VII, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura e Editora Documentário, Rio de Janeiro, 1976, p. 36. As cartas foram escritas no período anterior à volta da corte de D. João VI a Portugal; o autor foi Ministro do Exterior e da Guerra sob D. João VI. Viveu de 1769 a 1846.
- (7) Sousa Octávio Tarquínio de, *História dos fundadores do Império do Brasil*, vol. I, *A vida de José Bonifácio*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1960.
- (8) Nogueira, Marco Aurélio, *As desventuras do liberalismo - Joaquim*

Nabuco, a monarquia e a república, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984, p. 25.

- (9) Sousa, Octávio Tarquínio de, idem, vol. VI, *Evaristo da Veiga*, idem, p. 161.
- (10) Sousa, Octávio Tarquínio, idem, vol. V, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, idem, p. 100 e 160.
- (11) Prado Jr, Caio, *Evolução Política do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1961, p. 80.
- (12) Sousa, Octávio Tarquínio, vol. V, p. 202.
- (13) Sousa, Octávio Tarquínio, vol. V, p. 148.
- (14) Costa, Emília Viotti da, *Da senzala à colônia*, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1982.
- (15) Nogueira, Marco Aurélio, idem, p. 125.
- (16) Queiroz, Maurício Vinhas de, *Paixão e morte de Silva Jardim*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967, p. 65 a 67.
- (17) Idem, p. 60.
- (18) "Se as coisas continuarem como vão, a revolução é inevitável. Porque não havemos nós de dirigi-la pacificamente, adotando já o que o país impacientemente reclama e que afinal, perdida a esperança, se verá na necessidade de impor usando de sua soberania?" - citado por Holanda, Sérgio Buarque, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, *O Brasil monárquico - 5º volume, Do Império à República*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972, p. 258.
- (19) Silva, Ciro, *Quintino Bocaiúva, o patriarca da República*, Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1983, pp. 45 e 46.
- (20) Dias, Everardo, *História das lutas sociais no Brasil*, Edaglit, São Paulo, 1962, p. 138.
- (21) Malta, Octávio, *Os 'tenentes' na revolução brasileira*, Editora Civilização Brasileira.

BRASIL TELECOM

uma alternativa social e nacional à globalização subalterna

*A proposta da Brasil Telecom se contrapõe à intenção do governo FHC de esquartejar e vender as fatias do Grupo Telebrás a consórcios internacionais**

MARCOS DANTAS

As telecomunicações atravessam um período de profundas transformações tecnológicas, econômicas e institucionais, no mundo e no Brasil. Sustentamos que essas transformações são movidas e, por sua vez, movimentam uma profunda mudança no *padrão capitalista de acumulação*. Vale dizer, o desenvolvimento capitalista está entrando em uma *nova etapa histórica*.

Entender o que ocorre nas telecomunicações e nas demais *tecnologias da informação* passa por estudar e discutir a própria transição em curso no capitalismo. Compreender essa transição será muito difícil, sem estudarmos e discutirmos as telecomunicações. Logo, este tema e outros correlatos, que tratam das novas tecnologias da informação e comunicação, deixaram de ser 'setoriais' e, definitivamente, não são 'secundários'. Eles são *centrais*, não apenas para a análise e compreensão, mas também para a *interven-*

ção na e transformação da sociedade em que vivemos.

Analisar teórica e criticamente as telecomunicações não é um mero exercício intelectual. Neste momento, sem que a sociedade se dê conta e se manifeste, estão sendo tomadas decisões que afetarão dramaticamente o presente e futuro do Brasil. *Será necessário barrá-las! Entretanto, não mobilizaremos o país para esta frente de luta, se nós mesmos não estivermos convencidos de sua absoluta centralidade.* Por isto, o objetivo principal deste texto é chamar o debate.

Situação internacional

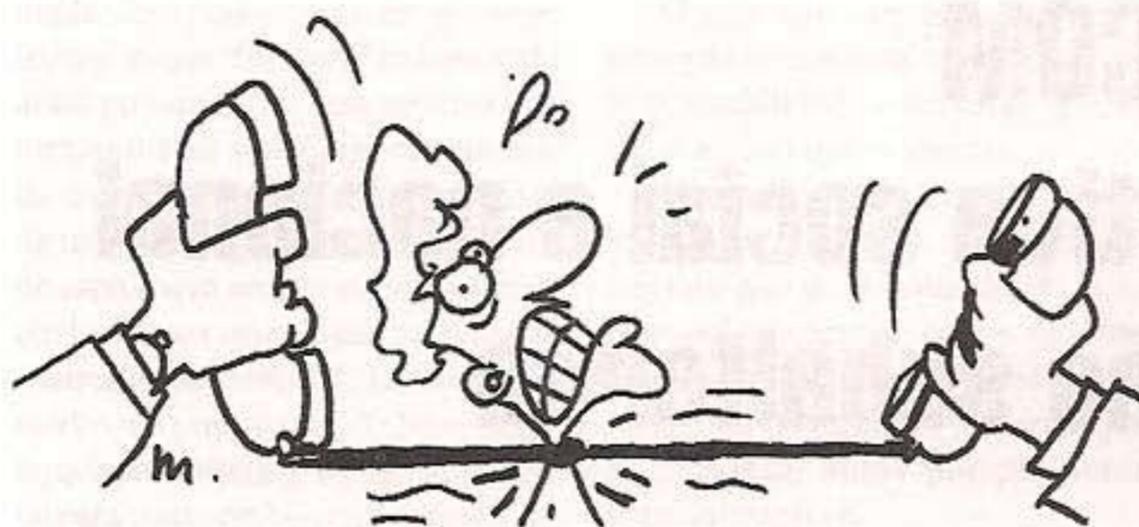
Cada vez mais, o trabalho e demais atividades de recuperação, registro, tratamento e comunicação da informação são essenciais à produção de mercadorias, à acumulação do capital e à distribuição ou apropriação das rendas e riquezas. Daí a evolução das tec-

nologias da informação e o lugar *central* que elas passaram a ocupar na economia capitalista, nos dias atuais.

O capitalismo está ganhando uma nova e distinta característica, na qual as grandes corporações industriais fabricam e vendem, *diretamente*, muito pouco de tudo o que leva a sua *marca*. O trabalho diretamente agenciado por essas corporações, é o de pesquisar gostos e tendências dos consumidores, projetar, desenhar ou modelar produtos e serviços, organizar os processos de produção e de comercialização. A fabricação direta e as vendas finais são delegadas a médios, pequenos, até grandes empresários *subcontratados*.

Esses empresários subcontratados estão espalhados por dezenas de países, em todo o mundo. Para coordená-los, as *corporações-redes* precisam de sistemas de comunicação modernos, eficientes, velozes e baratos. O *seu negócio* é enviar e receber informações: desenhos, especificações

*Este artigo apresenta a proposta que vem sendo divulgada em todo País pela Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações. As opiniões são de seu autor e comportam uma análise do valor do parque brasileiro de telecomunicações.



técnicas, orientações publicitárias ou mercadológicas, números de receitas ou despesas, dados sobre quantidades produzidas ou vendidas e sobre remessas de mercadorias, textos de contratos etc. O seu lucro é retirado do 'licenciamento', das 'franquias', do 'treinamento', dos contratos de direito de uso dos desenhos e marcas. E depende da precisão e velocidade do envio ou recepção dessas informações.

Ao enorme volume de fluxo de *informação produtiva*, some-se ainda todo o fluxo monetário e financeiro gerado não somente pelas transações das grandes corporações produtivas, mas também pela expansão descontrolada dos mercados mobiliários e especulativos, nos últimos 10 a 15 anos, em função, seja da disponibilidade de capitais monetários que não encontram aplicações produtivas; seja da explosão avassaladora de negócios capitalistas ilícitos e até criminosos (tráfico de armas, de drogas etc), favorecidos por convenientes 'paraísos' fiscais e bancários, espalhados em ilhotas e cidades-estados 'estrategicamente' distribuídas à volta do mundo.

O capital não pode ficar parado. Aproveitando-se das diferenças de fusos horários, ele circula à volta do planeta 24 horas por dia, pulando de Bolsa em Bolsa, de 'mercado' em 'mercado', através das redes globalizadas de telecomunicações.

O *capitalismo informacional mundializado* está promovendo uma

nova e altamente perversa *divisão internacional do trabalho*, além de expandir a exclusão social e a barbarização de grandes contingentes humanos.

Os *países centrais* retêm os trabalhos de maior conteúdo tecnológico e cultural, logo mais bem pagos. As sociedades centrais, por isso, podem ostentar elevados padrões de vida, de educação e de serviços sociais. Nelas, as classes trabalhadoras, outros segmentos assalariados e importantes grupos profissionais podem manter e aprimorar as suas organizações e as suas condições de intervir politicamente nas transformações em curso, defendendo e, se possível, aprofundando as conquistas sociais e cidadãs.

As sociedades *periféricas*, ao contrário, ficam com os trabalhos de menor conteúdo tecnológico e cultural, pessimamente remunerados, ainda por cima despojados de outros direitos e obrigações sociais. Na periferia, alarga-se um enorme contingente de trabalhadores ignorantes, desorganizados, despolitizados, mal ou subempregados, excluídos e marginalizados. A sociedade civil (ou o que dela já se construiu e organizou) é reduzida e desmontada, enquanto é aprofundada a apartação social. Apenas uma ínfima minoria logra agregar-se, mesmo assim de forma secundária e subordinada, aos padrões de produção, de consumo e de relações sócio-culturais comandados pelo centro.

Mendonça

Desde a década de 1920 até o início dos anos 80, as redes de telecomunicações estavam organizadas na forma de serviços públicos, de acesso *universal* (isto é, sem distinções e discriminações) e de âmbito *nacional*. As telecomunicações, então, eram parte de um padrão social e econômico de acumulação capitalista, baseado no consumo de massas, no pleno emprego, na produção extensiva e em escala, no suporte de serviços públicos e atividades estatais às necessidades de reprodução, tanto do capital quanto do trabalho. Alguns autores dão a este padrão de acumulação, o nome 'fordismo'.

A expansão mundial das corporações-redes e os novos padrões de produção e consumo que introduzem, estão provocando completa reformulação nos regimes de regulamentação das telecomunicações, para favorecer uma ampla e 'competitiva' diversificação de tecnologias e serviços, que atendam prioritariamente aos grupos sociais já incorporados aos mercados de marcas e imagens controlados pelas corporações-redes. Por isto, as redes 'públicas', 'universais' e 'nacionais' tendem à privatização, à fragmentação e à globalização.

A despublicização dos monopólios de telecomunicações começou nos Estados Unidos, entre 1980 e 1982. Neste país, o monopólio era exercido por uma *empresa privada* -

O mundo vem sendo interligado por grandes corporações norte-americanas e européias de telecomunicações

a AT&T - submetida a fortes restrições e regulamentações públicas. O monopólio da AT&T foi substituído por sete monopólios regionais, as *Baby Bells* (Ameritech, Bell Atlantic,

Bell South, Nynex, Pactel, SBC, US West), cada um responsável pela oferta de serviços telefônicos *básicos urbanos* (telefonia 'local') numa grande área dos Estados Unidos. A AT&T ficou cuidando das comunicações interurbanas e internacionais, e da prestação de outros serviços de telecomunicações. Nestes segmentos e na telefonia celular móvel, permitiu-se a entrada de quaisquer outras empresas, além da AT&T.

Como conseqüência da quebra do monopólio da AT&T, os países europeus também começaram a caminhar na mesma direção. Nestes países, o monopólio era exercido diretamente pelo Estado, através de autarquias governamentais - as PTTs. Os governos de países como a França, a Alemanha, o Reino Unido transformaram, gradualmente, aquelas autarquias em poderosas empresas, capazes de competir com as norte-americanas, no mercado global. Entre 1984 e 1988, nascem os *operadores nacionais*, ou 'telecoms': France Télécom, British Telecom, Telefónica de España, Deutsche Telekom, Telecom Itália etc. Somente o Reino Unido, num primeiro momento, privatizou a sua 'telecom'. Nos demais países, elas permaneceram estatais, embora passando por um processo de gradual privatização. Na Espanha, a Telefónica já é uma empresa privada, desde janeiro de 1996.

Enquanto transformavam as suas autarquias em grandes empresas operadoras nacionais, os países europeus e, também, o Japão, concluíram e consumaram a universalização dos serviços básicos e foram abrindo paulatinamente alguns outros serviços à concorrência, mas sem prejudicar os interesses estratégicos desses seus novos operadores. Abrem concorrência na telefonia celular: mas um dos concorrentes é a 'telecom'. Abrem concorrência na televisão a cabo: mas um dos concorrentes é a 'telecom'. As 'telecoms' atuam nos segmentos de comunicação por satélite, trans-

missão de dados, redes corporativas, televisão e radiodifusão, entretenimentos, em tudo o que lhes permita ganhar dinheiro e lucrar nesse cada vez mais amplo e mais rico *mercado da informação*.

Em todos os países centrais, os novos regimes de regulamentação abrigam *salvaguardas sociais* que garantem, nesse novo ambiente 'competitivo', a continuidade do atendimento público, o acesso universal e democrático à telefonia básica e, também, aos novos serviços de informação, fornecidos através das *infovias*. Sublinhe-se que, nesses países, as linhas telefônicas praticamente já atendem a todos os lares, escolas, hospitais, escritórios, pequenas, médias, grandes empresas. As salvaguardas sociais introduzidas nas novas legislações dos países centrais visam, pois, evitar alguma possibilidade de retrocesso no grau já alcançado de universalização.

Nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, as autoridades podem *determinar* às empresas concessionárias que prestem *serviços mandatórios*, isto é, serviços de interesse público que serão fornecidos por algum operador sempre que o Estado, através das autoridades regulamentadoras, identificar uma necessidade social ou nacional não atendida. Os custos decorrentes serão financiados por fundos específicos, formados com recursos dos próprios operadores estatais e privados.

É cedo para avaliar a eficácia e força das salvaguardas sociais. É sempre possível que os grupos capitalistas tentem se subtraírem a elas, ou burlá-las. Os resultados positivos das 'boas intenções' legislativas muito

dependerão, no futuro, da mobilização social e cidadã; da crescente conscientização quanto ao papel das tecnologias da informação na democratização da sociedade; da atuação de governos, políticos e autoridades mais comprometidos com os interesses e o eleitorado populares. O acesso demo-

crático à informação através das telecomunicações e tecnologias correlatas é uma nova e ampla frente de luta que se abre para os trabalhadores e o movimento social.

No bojo de todas essas mudanças, a AT&T, as *Baby Bells*, as 'telecoms', torna-

ram-se grandes operadores transnacionais. Eles passaram a se aliar entre si, para oferecer serviços sofisticados às corporações-redes, a exemplo da *Global One* (France Télécom, Deutsche Telekom e a norte-americana Sprint); da *Worldpartners* (AT&T, as 'telecoms' da Suíça, Suécia e Holanda, a KDD japonesa e a Singapore Telecom); da *Concert* (British Telecom, MCI e a Telefónica de España, com todo o seu 'império' latino-americano).

A globalização das corporações de telecomunicações, levou-as a absorver redes e serviços em terceiros países. A Telefónica de España abocanhou as companhias telefônicas do Chile, Peru, Venezuela, da metade sul da Argentina (junto com metade de Buenos Aires) e de outros países na América Central. A France Télécom apoderouse da Telmex mexicana, e, aliada à Telecom Itália, também levou a metade norte da Argentina. As *Baby Bells* operam telefonia celular em muitos países. Agora, estão todos de olho grande no Brasil.

Após mais de dez anos de profundas mudanças no regime das te-

A destruição e desnacionalização do sistema nacional de telecomunicações é parte do projeto de reconversão neodependente e neoperiférica do Brasil

lecomunicações, já é possível fazer um balanço de alguns dos seus resultados:

1. As telecomunicações globalizadas tendem a ser dominadas e oligopolizadas por um pequeno grupo de mega-operadores norte-americanos e europeus (Tabela I) que, ainda por cima, reforçam os seus poderes econômicos e políticos, através das 'alianças' e 'parcerias' que concertam entre si.

2. Nenhum país capitalista importante, nem mesmo países menores como Portugal, Cingapura, Coreia e outros, está abrindo mão de:

- contar com um operador *nacional estratégico* de telecomunicações;
- manter este operador sob controle de capitais nacionais (estatais e privados).

3. Nos países onde mais longe e firmemente buscou-se abrir os mercados à 'competição', já está claro que a 'concorrência' apenas se estabelece em segmentos ou em serviços social, econômica ou geograficamente lucrativos. A telefonia fixa universalizada e outros serviços básicos que interessam à maioria da população, continuam sob o firme controle dos operadores tradicionais (ex-monopolistas, devido à baixa lucratividade. Nos Estados Unidos, 99% das linhas telefônicas ainda são operadas pelas *Baby Bells*. No Reino Unido, a British

Telecom segue respondendo por 85% do tráfego telefônico urbano. Na Alemanha, França, Itália, Espanha, China, México e outros países, a telefonia fixa básica *ainda é* monopolizada pelas respectivas 'telecoms'.

4. As salvaguardas sociais, as obrigações de universalização e outros encargos, impõem aos operadores nacionais e demais companhias incumbidas de prestar serviços públicos, pesados custos, mal cobertos pelas respectivas receitas. Elas buscam compensar esse baixo ou nenhum retorno, operando agressivamente nos nichos e segmentos rentáveis de mercado. Na medida que, em seus países, precisam disputar esses nichos com outras companhias, lançam-se à conquista de mercados compensatórios no exterior. Todos os principais operadores nacionais e as *Baby Bells* projetam obter de 15 a 20 por cento das suas receitas, em terceiros países, preferencialmente naqueles onde legislações e controles mais 'flexíveis', lhes permitam lucrar muito.

Situação nacional

É neste cenário que devemos analisar as possibilidades do Brasil. Precisamos discutir se o nosso sistema de telecomunicações, ainda

nacional, terá algum espaço para agir neste novo mundo que vem sendo interligado por grandes corporações norte-americanas e europeias, ou se o seu destino será o mesmo, inglório, do dos nossos vizinhos latino-americanos.

A construção de um sistema nacional brasileiro de telecomunicações ocorreu entre a segunda metade da década de 1960 e primeira metade da década de 1980. Visou atender a uma etapa do desenvolvimento industrial capitalista *dependente* do Brasil. Comandado pelo Estado, através da Telebrás, esse sistema serviu para integrar o enorme espaço nacional e, dentro dele, o mercado interno. Assim, dentre outras realizações, interligou as comunicações bancárias e as redes de televisão; ajudou a promover os padrões de vida e consumo de uma classe média em expansão; ampliou o mercado de grandes fornecedores internacionais de tele-equipamentos.

Complementarmente, também viabilizou, sobretudo em decorrência do ambiente criado pelo II PND (1974-1978), a formação e expansão de um importantíssimo pólo científico-tecnológico-industrial brasileiro, único na América Latina, à volta do CPqD e das empresas industriais por ele fomentadas.

Antes do nascimento da Embratel (1965) e da Telebrás (1971), as telecomunicações brasileiras, dominadas por companhias estrangeiras, encontravam-se entre as mais atrasadas do mundo. De 1965 a 1973/74, a Embratel completou a interligação, por microondas e satélites, de todas as capitais brasileiras e de nossas maiores cidades, que até então não se falavam por DDD. Depois de 1971 até o início dos anos 90, as 'teles' levaram o Brasil a saltar da relação de 1 telefone por 100 habitantes, para 10%; ou de 1 milhão de linhas telefônicas para mais de 15 milhões. Se considerarmos a população com renda superior a 10 salá-

EMPRESAS	País	Receita de operação (US\$ 10 ⁹)	Receita total (US\$ 10 ⁹)	Lucro líquido (US\$ 10 ⁹)	Empregos (Un. 10 ³)	Linhas principais (Un. 10 ³)
1 NTT	JAP	73.322	78.322	2.232	230.000	61.220
2 AT&T	EUA	52.134	52.184	5.908	130.400	n.o.
3 DEUTSCHE TELEKOM	RFA	41.916	41.916	1.168	201.060	44.100
4 FRANCE TELECOM	FRA	29.569	29.569	412	104.720	33.000
5 BRITISH TELECOM	RU	23.695	23.695	3.295	127.500	27.553
6 BELL SOUTH	EUA	19.040	19.040	2.863	81.241	22.000
7 TELECOM ITALIA	ITA	19.040	19.040	1.373	86.030	25.259
8 GTE	EUA	17.362	21.339	2.798	102.000	25.868
9 TELEFÓNICA	ESP	15.333	15.838	1.265	92.148	16.200
10 AMERITECH	EUA	14.917	14.917	2.134	66.128	19.704
11 SPRINT	EUA	14.045	14.045	1.184	48.024	7.068
12 SBC	EUA	13.394	13.898	2.101	61.540	14.955
13 MCI	EUA	13.494	18.494	1.202	55.285	n.o.
14 NYNEX	EUA	13.454	13.454	1.474	68.100	17.700
15 BELL ATLANTIC	EUA	13.031	13.081	1.882	62.600	20.566
16 US WEST	EUA	12.911	12.911	1.178	69.286	15.424
17 TELEBRÁS	BRA	12.709	12.709	2.731	98.000	15.900
18 TELECOM CHINA	CHIN	11.234	11.234	n.d.	481.364	54.942
19 TELSTRA (Austrália)	AUST	11.175	11.175	1.750	76.522	9.500
20 CLABLE&WIRELESS	RU	9.599	9.599	1.074	37.448	n.d.

n.o. não opera telefonia básica; n.d. dado não disponível
Fonte: Idate (<http://www.idate.fr/>)

rios mínimos (acima de US\$ 1.000), a relação telefone por habitante salta para 44%, indicador típico de 'primeiro mundo'. Ou seja, o Sistema Telebrás praticamente já atendeu à demanda residencial básica das classes médias e altas brasileiras, pouco penetrando, porém, com linhas individualizadas, nas camadas mais pobres. Para estas, o Sistema ofereceu uma vasta planta de telefones públicos, ou postos de serviços.

O Brasil detém mais de 2% da planta telefônica mundial. O Grupo Telebrás é o 17º operador de telecomunicações do mundo, em faturamento. É o 15º em número de linhas telefônicas fixas. E já está entre os dez maiores, na telefonia celular. Ou seja, tanto nas suas dimensões, como também em desenvolvimento tecnológico, a Telebrás só perde, como seria natural, para os maiores operadores norte-americanos, e para as 'telecoms' do Japão, Reino Unido, Alemanha, França, Itália e Espanha.

Os números da Tabela II mostram claramente a importância do Grupo Telebrás, na economia do país. É o segundo maior em patrimônio, o terceiro em receita e, nos últimos anos, vem obtendo os maiores lucros dentre as corporações brasileiras. O lucro da Telebrás, aliás, em 1996, era o quinto do mundo nas telecomunicações, abaixo da AT&T, British Telecom, Bell South e GTE (Tabela I). Em 1997, quando lucrou R\$ 4,7 bilhões, a Telebrás pode ter pulado para o terceiro ou segundo lugar, neste indicador.

O Sistema Telebrás tem falhas? Certamente. Não devemos esquecer que ele foi edificado numa época de desenvolvimentismo excludente e elitista. Nos últimos 10 a 15 anos, passou a sofrer todo um processo de

deterioração econômica, gerencial e política, vitimado por práticas tarifárias irracionais, clientelismo nas indicações de diretores e executivos, crescente concorrência predatória entre as várias empresas que o formam, principalmente das 'teles' contra a Embratel.

O fatiamento e desnacionalização do Grupo Telebrás terá enormes e gravíssimas consequências

As falhas do Sistema Telebrás têm servido de argumento para justificar a sua destruição e sua substituição, no suprimento dos serviços, por novas empresas, sob controle estrangeiro, que adquiririam e absorveriam a infra-estrutura já instalada, os recursos humanos disponíveis, e o imenso mercado já atingido pela planta telefônica brasileira.

A destruição e desnacionalização do sistema nacional de telecomunicações é parte de um projeto geral de reconversão neodependente e neoperiférica do Brasil, no quadro do capitalismo informacional global. Este é o projeto do atual governo, sustentado pelos interesses das filiais das grandes corporações-redes instaladas no país, dos grupos financeiros, e da burguesia local a eles associada e subordinada. É um projeto que se insere por inteiro e por completo numa lógica que levará ao aprofundamento do processo de desindustrialização do país, transferindo para o exterior empregos tecnológicos e fabris que já havíamos logrado internalizar em nossa sociedade. Em consequência, aprofundaremos o sucateamento das universidades e centros de pesquisa; a redução quantitativa e diminuição qualitativa das dimensões e importância dos trabalhadores brasileiros organizados; a expansão, em contrapartida, do subemprego, da marginalização e da apartação social.

O Congresso Nacional, comandado pelo governo FHC, acaba de aprovar uma nova Lei Geral das Telecomunicações (LGT). Votou uma lei complexa, de mais de 200 artigos, sem saber o que tinha votado, cumprindo ordens, ou recebendo favores e propinas. A Lei, na aparência, assemelha-se às mais recentes legislações adotadas nos Estados Unidos, ou em países europeus. Mas só na aparência.

A LGT não contém cláusulas que tornem obrigatória a prestação de serviços às populações carentes e regiões pobres do país. Cria um organismo regulador (Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel) totalmente subordinado ao Poder Executivo e totalmente independente dos outros poderes da República, e de controles sociais gerais. E isenta os operadores privados de arcarem com os custos de alguma pretensa universalização, ao atribuir esses custos aos orçamentos da União, dos estados e dos municípios - algo inexistente em qualquer outro país sério do mundo. Por fim, a LGT dá ao Poder Executivo carta branca para liquidar com o Sistema e o Grupo Telebrás. Com várias inconstitucionalidades, muitas inconsistências e desservindo à maioria da sociedade, a LGT haverá de ser substituída por outra, mais cedo ou mais tarde.

Tabela II
Os 10 maiores grupos brasileiros - 1996
(em patrimônio - em R\$ 10⁹)

Grupo	Prop	Patrim	R L	L L
1 Eletrobrás	EST	60,3	8,2	2,4
2 Telebrás	EST	32,0	12,2	2,7
3 Petrobrás	EST	20,3	18,2	0,7
4 C.V.R.D.	PN	10,3	4,7	0,3
5 Votorantim	PN	5,9	3,1	0,3
6 Bradesco	PN	5,6	8,1	0,8
7 Itaú	PN	5,2	14,3	0,7
8 C.S.N	PN	4,3	2,2	0,2
9 Usiminas	PN	4,2	3,0	0,2
10 Cam ⁸⁹ Correa	PN	3,1	2,2	0,3

Prop = Propriedade; Patrim. = Patrimônio; R L = receita líquida; L L = Lucro líquido; EST = estatal; PN = privado nacional

Fonte: Gazeta Mercantil, Balanço 97, 31/10/1997.

O governo já divulgou como promoverá a *desnacionalização* das telecomunicações brasileiras. Ele pretende *esquartejar* o Grupo Telebrás:

- todas as operações de telefonia celular na chamada 'banda A' serão separadas das atuais 'teles' e reagrupadas em nove novas operadoras ("telecelulares"), cada uma delas cobrindo dois, três ou mais estados da Federação (com exceção de São Paulo e Minas Gerais que terão, cada um, uma 'telecelular' na 'banda A');
- o que restar das atuais 'teles' das regiões Norte, Nordeste e Sudeste (exceto a Telesp) será agrupado numa única empresa;
- o que restar das atuais 'teles' das regiões Sul e Centro-Oeste (somadas às de Rondônia e Acre) será agrupado numa única empresa;
- o que restar da Telesp vai se tornar uma companhia independente;
- a Embratel vai se tornar uma companhia independente.

Uma vez esquartejada, cada *fati*a será vendida a 'consórcios internacionais' que deverão se organizar de forma muito semelhante aos já constituídos para adquirir concessões na 'banda B' de telefonia celular: à volta de algum grande operador internacional (AT&T, *Baby Bells*, 'telecoms') reunir-se-ão conglomerados financeiros brasileiros (Bradesco, Unibanco etc), grandes empreiteiras (Camargo Corrêa, Queiroz Galvão), empresas de comunicação (O Globo, Estado de S. Paulo, RBS) e os maiores grupos industriais (Votorantim, Vicunha etc).

O fatiamento e desnacionalização do Grupo Telebrás terá enormes e *gravíssimas* conseqüências:

1. Transferirá para o exterior os *centros de decisão reais* sobre as telecomunicações brasileiras, diminuindo o poder político e econômico do país.
2. Transferirá para o exterior os

empregos e as rendas hoje gerados no Brasil pela indústria aqui instalada.

3. Transferirá para o exterior uma parte dos lucros auferidos pelas nossas telecomunicações, hoje inteiramente retido e reaplicado no país.

4. Subtrairá do mundo, um forte concorrente em potencial. De uma empresa que se encontra entre

A Telebras é a 15ª maior do setor no mundo, e pode enfrentar as multinacionais. O governo quer dividi-la, formando empresas regionais menores e impotentes ante as estrangeiras

as 15 maiores do mundo e cujo controle econômico e gerencial é endógeno e autocentrado, far-se-á 12 empresas, a maior das quais mal figurará entre as 30 maiores do mundo (as demais, nem isso), e cujos controles passarão a ser exercidos por companhias sediadas no exterior.

5. Concentrará ainda mais, dentro do Brasil, o poder político e econômico, nas mãos dos grupos capitalistas (*inclusive os de comunicação social*) que vierem a se assenhorear, com seus sócios estrangeiros, dos recursos hoje pertencentes à Telebrás e à sociedade brasileira.

6. Aprofundará - de modo *ameaçador* à integridade territorial e cultural do Brasil - as desigualdades sociais e regionais.

6.1. Em apenas cerca de 500 a 600 municípios brasileiros, as telecomunicações são superavitárias. A manutenção dos serviços nos demais

5 mil municípios dependerá do aporte de verbas públicas federais, estaduais e municipais, conforme prevê a L.G.T.

6.2. A *holding* Telebrás opera como um 'vaso comunicante' financeiro, transferindo recursos das regiões ou dos serviços mais lucrativos, para as regiões ou serviços mais pobres e deficitários. Sem um sistema empresarial *nacionalmente integrado*, a oferta de serviços de telecomunicações poderá retroceder e piorar muito em regiões como a Amazônia, a maior parte do Nordeste, o interior de Minas Gerais e de outros estados do Centro-Sul.

6.3. As operações da Embratel geram um grande superávit em São Paulo e outros estados do Sudeste e Sul e dão grandes déficits no Norte e Nordeste. Separada da Telebrás, vendida a um consórcio internacional e obrigada a enfrentar concorrência, não será surpresa se vier a suspender ou reduzir drasticamente as suas operações no Norte brasileiro, vitais para as comunicações e integração dessa região com o restante do país.

6.4. Uma parte do lucro da Telesp, apropriado pela Telebrás, contribui para investimentos em outras regiões, mais pobres, do Brasil. Com a 'independência' da Telesp e sua desnacionalização, a parte do lucro que não for expatriada ficará retida em São Paulo, favorecendo ainda mais à centralização econômica do país.

6.5. A quantidade e qualidade dos serviços nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste passarão a depender, em larga medida, das receitas e lucros que possam ser obtidos em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná ou Brasília pelas atuais 'teles' que servem a estes estados. Não é certo que eles, onde, inclusive, também se concentrará a 'concorrência', possam gerar recursos para manter as telecomunicações nas demais regiões pobres do país.

Proposta: um projeto social e nacional

Para enfrentar o projeto do governo, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (Fittel-CUT) está propondo para a sociedade brasileira uma alternativa clara e bem definida: reorganizar o Grupo Telebrás na BRASIL TELECOM:

- a BRASIL TELECOM seria definida como *operador nacional*, logo o seu *centro de decisão* teria que permanecer no país;
- a BRASIL TELECOM teria *missões públicas* a cumprir, definidas em lei, em seus contratos de concessão, e em seus contratos de acionistas;
- a BRASIL TELECOM seria uma empresa de novo tipo: o Estado compartilharia o seu controle e a sua gestão econômica, financeira e administrativa com outros sócios privados, inclusive fundos de pensão e dos trabalhadores;
- a BRASIL TELECOM participaria de 'alianças' internacionais, especialmente aquelas voltadas para o atendimento do tráfego latino-americano;
- a BRASIL TELECOM não exerceria qualquer monopólio.

Além de, a partir do atual Grupo Telebrás, consolidar o seu operador nacional, o Brasil necessita de uma legislação que assegure regras justas de competição, e que contenha dispositivos instituindo *serviços mandatários* tanto para a BRASIL TELECOM, quanto para os novos concessionários. Em nosso país, precisamos não somente universalizar a telefonia mas fazer das novas infovias, instrumentos de resgate da dívida social, de melhoria do ensino e da saúde públicos, de sustentação do desenvolvimento tecnológico. Considerando as nossas extremas desigualdades, aqui as salvaguardas sociais haverá de ser muito mais rigorosas.

Essencialmente, a proposta da BRASIL TELECOM visa dotar o Brasil de meios para melhor posicionar-se na nova divisão internacional do trabalho; reter na nossa sociedade uma parte do trabalho melhor qualificado e as rendas por ele geradas; além de fortalecer o poder econômico e político do país e da nossa sociedade, num mundo globalizado.

Na medida em que esta proposta avance, também avançarão as lutas para democratizar o Estado, reduzir as desigualdades econômicas e culturais, impor novas formas de controle e coação social à exploração e predação capitalistas.

Dada à atávica natureza dependente e subordinada do capitalismo brasileiro, esta proposta dificilmente encontrará eco junto ao grande capital. Ela pode, porém, unir os trabalhadores industriais e em serviços avançados, os cientistas e professores, os artistas, os profissionais liberais, os pequenos e médios empresários, o funcionalismo público civil e militar, e todos aqueles ligados às lutas democráticas e cidadãs, em torno de um *novo grande projeto nacional e democrático* que vise colocar o nosso país e a nossa sociedade na fronteira mais avançada do desenvolvimento e do progresso no próximo milênio.

A globalização econômica, política e cultural do mundo pode ser entendida como uma nova etapa do desenvolvimento capitalista. Significa dizer que os padrões de acumulação e dominação mudaram; as relações inter-capitalistas e entre países se alteraram; as lógicas predominantes de articulação e dinamismo do sistema são outras. Isto não significa dizer que abandonaremos as nossas utopias e programas em prol de uma sociedade mais justa, democrática, livre de exploração e miséria, aspectos que se constituem na essência do projeto socialista. Mas, em vários as-

pectos fundamentais, mudaram o terreno e as formas de luta.

O principal campo de combate, hoje, se dá em torno do controle e do acesso à informação. O capital está se apoderando da informação, até então um recurso razoavelmente livre da humanidade. Um dos instrumentos dessa apropriação são as novas configurações econômicas e políticas que dá às redes de telecomunicações. Logo, perceber essas redes como uma das mais importantes frentes de combate do mundo contemporâneo e saber formular, para elas, estratégias políticas alternativas, tornou-se uma das nossas tarefas centrais. Não podemos mais, dadas às novas relações produtivas, insistir em propostas que já tiveram o seu tempo, na história. Mas devemos - estamos obrigados - a buscar alguma nova proposição que impeça os rearranjos sociais de virem a ser exclusivamente definidos pelo grande capital, nesta nova etapa. Um *novo projeto social e nacional* é possível. Os conceitos de BRASIL TELECOM e de *salvaguardas sociais* como expressões da nossa intervenção autônoma, centrada nas carências do nosso povo, neste mundo globalizado, pode vir a ser a nossa resposta *propositiva* concreta a esta nova etapa alcançada pelo desenvolvimento capitalista.

MARCOS DANIAS ocupa a secretaria-executiva da Comissão Nacional de Política de Telecomunicações (CNPT) da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (FITTEL/CUT). É formado em Comunicação Social, Mestre em Ciências (MSc) em Ciência da Informação pela UFRJ, e faz doutorado em Engenharia da Produção, na COPPE-UFRJ. Escreveu *A lógica do capital-informação* (Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 1996). O autor agradece as observações e sugestões de Antonio Albuquerque, presidente do Sintpq. E-mail: mdantas@ax.apc.org.

Ciência e tecnologia: a serviço de um projeto nacional

A ciência e a tecnologia têm importante papel em um novo modelo de desenvolvimento para a sociedade brasileira

ALDO REBELO

Como qualquer outra atividade humana, a ciência e a tecnologia não podem ser discutidas fora da realidade social em que se realizam, ou seja, das relações sociais de produção.

Ninguém desconhece que a ciência e a técnica, no seu sentido mais amplo, são a energia que move o desenvolvimento das forças produtivas e o motor do progresso e do domínio crescente do homem sobre a natureza. Visto assim, é algo intrinsecamente positivo, associado à própria natureza do homem, ser superior, matéria que tem consciência de si própria, com capacidade de modificar seu próprio meio.

Não é possível desconhecer, entretanto, que para produzir os bens e serviços permitidos por essas tecnologias os homens estabelecem relações sociais entre si e que essas relações sociais geram dinâmicas de acumulação que podem excluir pessoas, classes sociais e mesmo nações inteiras dos frutos do progresso alcançado pelas novas técnicas. Aliás, foi exatamente nisso que Marx vislumbrou a contradição maior do capitalismo e a semente de sua própria destruição enquanto regime social.

Discutir, portanto, ciência e tecnologia no abstrato, como se fosse algo que estivesse acima das relações sociais que descortinam as atividades humanas inovadoras, é uma forma de alienação que as pessoas verdadeiramente preocupadas com o progresso humano não podem se permitir.

Desde que o progresso tecnológico tornou-se uma das principais armas da concorrência capitalista, as atividades de pesquisa e inovação tecnológica, como não poderia deixar de ser, tiveram grande impulso. Não se pode, porém, daí derivar a idéia, incorreta, que o progresso tecnológico ou as revoluções científicas e tecnológicas são atributos exclusivos do capitalismo.

É bem verdade que tendo se tornado importante instrumento da concorrência capitalista, a tecnologia passou a ocupar, no capitalismo, um lugar de grande destaque. Contudo, antes da primeira e da segunda revolução industrial, marcos importantes da constituição e consolidação do regime capitalista, a humanidade conheceu outras revoluções tecnológicas tão importantes e tão significativas, anteriores à

existência do capitalismo. Será que o uso do fogo não propiciou também à humanidade alterações importantes na sua forma de viver? E o polimento da pedra e sua utilização como instrumento produtivo e de caça, ou a fusão dos metais também não foram descobertas importantes que mudaram radicalmente a relação do homem com natureza no seu afã diário de produzir e reproduzir-se? Então, ciência e tecnologia não são um problema exclusivamente do capitalismo, embora com ele tenham adquirido um novo *status*.

O desenvolvimento da ciência e da técnica é um problema da humanidade. Deste modo, deve ser visto, antes de tudo, como um desafio de todo o gênero humano e não necessariamente associado às exigências da acumulação do capital.

Infelizmente, muitas vezes confunde-se desenvolvimento com desenvolvimento material e desenvolvimento material com desenvolvimento capitalista. Ou seja, atribui-se aos termos ciência e tecnologia um conteúdo ideológico, tornando-os apanágio de uma classe social, a burguesia, e instrumento de sua luta

política e não da humanidade como um todo, como deveria realmente ser. Ocorre, assim, uma apropriação dessas palavras, dessas atividades humanas, pelos interesses e objetivos do capital.

Não se pode estabelecer um sinal de igualdade entre ciência e tecnologia e capitalismo ou, mesmo, mero interesse na produção. No Brasil, infelizmente, nesse estágio da chamada globalização, que às vezes é confundida com a terceira revolução tecnológica, se mistura tudo: terceira revolução tecnológica, globalização, neoliberalismo. Há, entretanto, uma esfera de autonomia entre as três coisas. A revolução tecnológica é uma conquista, é um avanço da humanidade; a globalização é fruto desse desenvolvimento capitalista, e o neoliberalismo é pôr esse desenvolvimento capitalista a serviço das nações ricas e a serviço das

parcelas mais ricas da população dentro do capitalismo, como temos testemunhado no Brasil e no mundo inteiro.

A ciência deve ter um conteúdo e um compromisso com a elevação do bem-estar material e espiritual da humanidade, dos povos, das pessoas. Quando um professor faz doutorado em História ou em Sociologia, reside nesse fato também um esforço no sentido de remover a ignorância, remover obstáculos para que a humanidade compreenda o seu próprio desenvolvimento e a sua própria evolução. Fazer ciência não significa ter como resultado um produto que vai ser levado para o mercado.

O fundamental e decisivo é que a produção científica passe pelo crivo da sociedade e não apenas ou exclusivamente do mercado, que é somente uma dentre as muitas instituições da sociedade. Desde que a

sociedade promove, patrocina e sustenta a atividade científica, também é democrático que ela exerça o controle, não no sentido da censura, mas no sentido de que aquilo também tenha um objetivo, uma função coletiva e uma função cooperativa.

Devemos discutir a tecnologia também como uma coisa muito prática. Numa sociedade dualista como a nossa, onde coexistem setores atrasados com setores avançados, de ponta, corre-se o risco de tratar esses diferentes setores de maneira muito desequilibrada, muito desigual. Como bem lembrou em artigo recente o jornalista Washington Novaes, se a mandioca fosse americana o mundo estaria comendo *manioc flakes* e milhões de dólares estariam sendo investidos para desenvolver variedades mais produtivas, resistentes a pragas, etc. Como é brasileira e a principal alimenta-



Seminário sobre política nacional de Ciência e Tecnologia. Junho de 1997.

Da esquerda para a direita: Dep. Aldo Rebelo, Clodowaldo Pavam, José Tundisi (Presidente CNPQ), dep. Roberto Santos, Sérgio Ferreira (SBPC) e Luis Pinguelli Rosa (UFRJ)

ção da população pobre, nada se faz, e os engenhos de produção de farinha vão fechando às centenas pelo país afora. Registre-se, aliás, o esforço do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que ainda no segundo governo andou à cata de sementes, de matrizes de sementes de mandioca, a maniva, que haviam se perdido nos cultivos de Pernambuco. É a segunda maior produção agrícola do Brasil, embora não conste das estatísticas e nem receba nenhum tipo de apoio nem financiamento para o plantio. Aliás, por se falar em sentido prático, registre-se também a observação do mesmo governador Miguel Arraes que, quando perguntado sobre modernidade no Nordeste, afirmou que esta seria cada casa dispor de uma torneira com água potável.

Outro aspecto importante é que o desenvolvimento científico e tecnológico geralmente está associado a um projeto nacional. Não superamos historicamente a fase da existência dos estados nacionais nem da organização das sociedades em estados nacionais. Há os pregoeiros de que isso está superado, mas os pregoeiros propõem sua superação em detrimento das nações mais frágeis e em benefício das nações hegemônicas, das nações mais fortes.

Na chamada economia globalizada as grandes empresas multinacionais não dispensam a força política de seus países de origem para continuarem a dominar os mercados globais. Como afirmou Jeffrey E. Garten, subsecretário do Comér-

cio Exterior dos Estados Unidos entre 1993 e 1996, em artigo recentemente publicado na *Foreign Affairs* (1),

“apesar das mudanças no panorama internacional, o governo e a comunidade empresarial precisam

um do outro para atingir seus objetivos. A marca registrada no envolvimento com grandes mercados emergentes é que as empresas americanas dependem de Washington para ajudar na liberalização do comércio, na proteção da pro-

priedade intelectual, na remoção das barreiras regulatórias, no encorajamento permanente das reformas econômicas. Precisam da ajuda do governo para conseguir contratos de peso nos muitos países cujos governos fazem concessões de negócios e em que empresas francesas, alemãs ou japonesas contam com o apoio de seus governos”.

Discutir ciência e tecnologia no Brasil é colocar a ciência e a tecnologia a serviço do desenvolvimento do País, da elevação da qualidade de vida da população e da soberania e afirmação nacionais. O contrário, ou seja, discutir ciência e tecnologia abstraindo os conceitos de nação e povo é mistificação a serviço das corporações multinacionais.

Parece que para o Governo brasileiro não pensa assim. Para ele, ciência e tecnologia não são problemas de Governo. Sucessivamente, os governos que têm sido respon-

sáveis pela condução do Estado no Brasil têm adotado uma atitude omissa e, por que não, criminosa, em relação à ciência e à tecnologia em nosso País.

Durante o regime militar, o professor Tales Azevedo escreveu um livro, *Evasão de talentos*, para denunciar a fuga de cérebros das universidades brasileiras em razão de perseguição política e ideológica.

Hoje, a perseguição ideológica prossegue em novas formas, através da campanha que se move contra o setor público, principalmente contra os funcionários públicos e que torna insuportável, em certa medida, a convivência de pesquisadores, não apenas com os salários, mas também com o desestímulo e a desmoralização promovida pelo próprio governo.

Um pesquisador titular, último nível da carreira, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, com pós-doutorado nos Estados Unidos, é obrigado a conviver com um salário líquido mensal de R\$ 1.328,00. É menos, até, do que a bolsa que se paga a alguns pesquisadores que ainda estão em fase de formação. Situação semelhante enfrentam os pesquisadores do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPqD) da Telebrás. Muitos deles, não recebendo sequer para pagar o aluguel de casa e manter os filhos na escola estão indo trabalhar no exterior, na Espanha, no Canadá e outros países interessados nessa mão-de-obra brasileira ultra qualificada.

Convivemos com o abandono, o sucateamento dos institutos, dos centros de pesquisa, das próprias universidades e o Brasil vai perdendo, vai se distanciando cada vez mais daquilo que pode sustentar e produzir no futuro a qualidade de vida da população.

Não temos hoje uma indústria de microeletrônica. Entre janeiro e

O fundamental e decisivo é que a produção científica passe pelo crivo da sociedade e não apenas ou exclusivamente do mercado

setembro de 1997, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias Elétrica e Eletrônica (ABINEE), as importações de componentes e produtos elétricos e eletrônicos feitas pelo Brasil alcançaram a cifra de US\$ 9,6 bilhões. Como as exportações foram de US\$ 2,3 bilhões, o déficit na balança comercial do setor alcançou US\$ 7,3 bilhões no período considerado. As previsões para 1997 eram de um déficit superior aos US\$ 8 bilhões registrados em 1996, podendo alcançar US\$ 9 bilhões.

No setor de biotecnologia, o que fizemos no Brasil foi aprovar uma nova lei de patentes que permitiu a inundação do país com produtos importados. Segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio, a balança comercial dos produtos farmacêuticos vêm se deteriorando cada vez mais. Em 1992, era deficitária em US\$ 119 milhões. Em 1996, depois de aprovada a nova lei de patentes, que instituiu a figura da patente de importação, isto é, as empresas não precisam mais fabricar o produto no Brasil para ter direito ao monopólio, o déficit foi para US\$ 701 milhões, ou seja, um salto de 500%. E ainda há quem diga que a aprovação da nova lei de patentes contribuiu para aumentar os investimentos no Brasil.

No setor de informática também o que fizemos foi dar passos para trás. O que restou no país da incipiente indústria de informática que havia começado a estabelecer-se no país na década de 1980 foram algumas empresas nacionais que se limitam a montar componentes importados do exterior e filiais de multinacionais que têm se instalado no país para montar os seus produtos finais, importando praticamente tudo que tem valor agregado e algum conteúdo tecnológico das suas matrizes.

Nessas áreas, onde há um

imbricamento maior entre ciência e tecnologia para formar a indústria do futuro, o Brasil praticamente vai perdendo a capacidade de competir. Enquanto isso o governo acha que vai resolver o problema dando subsídios de centenas de milhões de dólares para implantar fábricas e montadoras que vão se espalhando pelo País afora, como se isso fosse solução.

O Brasil vai perdendo capacidade de competir, e no governo de um cientista social renomado, que se converte justamente na negação das preocupações que manteve no passado. É com melancolia que se vê o país se perder. Pelo menos nesse aspecto, o governo do Presidente Fernando Henrique poderia ser exceção. Infelizmente não é, apesar do esforço daqueles que, nos escalões inferiores do governo, tentam fazer a sua parte, de maneira bem intencionada e com seu esforço pessoal. Mas sem uma política central, sem uma orientação de Governo, sem uma política de Governo não vão a lugar nenhum.

Não podemos alimentar ilusões falsas nem esperanças. O Presidente declarou, recentemente, que vai acabar com os Ministérios e entregar a direção dos negócios a agências relativamente autônomas, com forte presença do setor privado, que estão sendo criadas para esse fim. Vai acabar com o Ministério das Comunicações e entregar a política nacional de telecomunicações à agência que foi criada para esse fim, a Anatel; o de Minas e Energia e também atribuir a política do setor as outras duas agências: a Aneel e a

ANP. Isso significa o quê? Que não é só a privatização do Estado, é a privatização do Governo, ou seja, é

a privatização da esfera mesmo da administração, da esfera gerencial, ou seja, a política vai sendo privatizada. Daqui a pouco haverá partidos e parlamentares patrocinados por

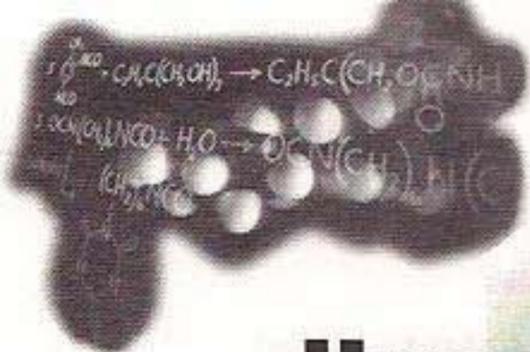
empresas, como os times de futebol. O povo brasileiro também vai sendo afastado da possibilidade de alcançar perspectivas melhores, em função das posições adotadas pelos governantes.

É isso que, infelizmente, vem prevalecendo, e para que não continue é necessário que a resistência brote da sociedade brasileira. Só o nosso povo é capaz de encontrar as energias renovadas que podem alterar o curso da vida social, da vida ideológica, da vida psicológica do País, e da vida também, no campo da ciência e da tecnologia.

ALDO REBELO é deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil de São Paulo. O presente texto foi elaborado a partir dos apontamentos para sua exposição no *Seminário sobre Política Nacional de Ciência e Tecnologia* promovido pela *Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia*, ocorrido nos dias 18 e 19 de junho de 1997, na Câmara dos Deputados.

(1) Garten, E.J. 'As Empresas e a Política Externa'. *Foreign Affairs*, Edição Brasileira. Publicação da *Gazeta Mercantil*, 09 de maio de 1997, p. 23.

Discutir ciência e tecnologia no Brasil é colocá-las a serviço do desenvolvimento do país



Uma ciência que se desenvolve apesar dos obstáculos

*A luta pela defesa da ciência brasileira se confunde com a luta pela existência de um país soberano e democrático**

OLIVAL FREIRE JR.

É fato bem estabelecido que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia se transformou, na história recente, em problema estratégico para as nações contemporâneas. Para os países da periferia da economia capitalista, este problema diz respeito às chances que estes países têm ou não, de participarem da nova configuração mundial em uma posição mais vantajosa do que aquela que desfrutam atualmente. Este problema é igualmente importante naqueles países que, tendo iniciado a construção socialista, buscam caminhos para perseverar nesta perspectiva, no que pese as condições mundiais extremamente adversas.

Estudos comparativos podem trazer importantes indicações sobre o caminho trilhado pelos países na busca do desenvolvimento científico e tecnológico. Entre fins do século XIX e ao longo do século XX só dois países foram capazes de dar um 'salto' no seu desenvolvimento científico e tecnológico, vencendo seu atraso relativo e passando a integrar o clube das nações mais pujantes em termos de ciência e tecnologia. Estes países são o Japão e a

antiga União Soviética. Mesmo sem nos beneficiarmos de uma análise detalhada daqueles estudos comparativos, podemos inferir que entre as razões que concorreram para este feito histórico está o fato de que estes dois países se beneficiaram da existência de um poder nacional estável por períodos prolongados, e este poder compreendia o papel da educação, da ciência e da tecnologia no desenvolvimento nacional.

No caso japonês, após um longo período de isolamento em relação ao Ocidente, a Era Meiji, que começa na Segunda metade do século XIX, representou uma abertura e uma aproximação daquele País em relação às potências ocidentais. A atitude das elites japonesas foi então de considerar um desafio para o futuro independente de seu País a aquisição da ciência, da tecnologia e da educação ocidentais. Como apontado pelo historiador Sasaki Chikara, esta não era a única alternativa existente, e a sua adoção foi o resultado de uma luta na qual o principal ideólogo foi o escritor Fukuzawa Yukichi (1835 - 1901). Conforme Sasaki,

“o expoente máximo do movimento iluminista japonês, no início do período Meiji, foi Fukuzawa Yukichi. Foi quem introduziu o ensino ocidental, especialmente a ciência e a tecnologia do Ocidente moderno, (...) com o objetivo de, através da Restauração Meiji, transformar o Japão num País moderno e civilizado.” (1)

As reformas inspiradas desta atitude, estão na base do ulterior desenvolvimento científico e tecnológico japonês.

O caso soviético requer uma análise mais profunda, pois a derrota da primeira experiência socialista não é independente de equívocos na política de ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial daquele País, (2) mas é claro que o esforço continuado do poder soviético, durante décadas, generalizando o acesso à educação, e promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico, está na base dos êxitos soviéticos neste terreno, êxitos visíveis até, pelo menos, o início da década de 60.

O recurso à história da ciência também apontaria o papel decisivo dos estados nacionais no desenvol-

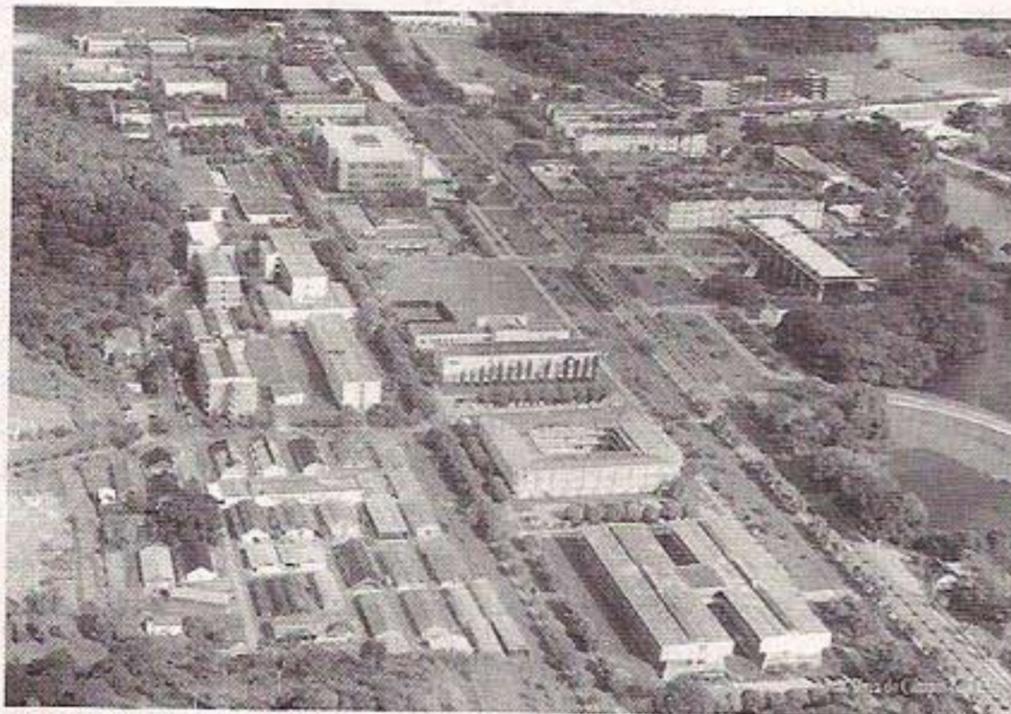
*A versão original deste artigo foi preparada para ser publicada em uma edição especial sobre as relações Brasil/Portugal da revista *Vértice*, do Partido Comunista Português.

vimento científico. Assim é que o historiador Roshdi Rashed em estudo comparativo sobre a recepção da ciência européia nos casos do Irã e do Egito do século XIX, evidenciou que no caso do Egito, enquanto existiu um Estado nacional, a transferência da ciência européia foi acompanhada de um florescimento da ciência naquele País, o que deixou de ocorrer com a bancarrota daquele Estado. Segundo Rashed, "não foi com os exércitos imperiais que a ciência moderna chegou ao Egito, mas com a criação do Estado moderno e nacional."⁽³⁾

O papel do Estado e do poder nacional é também um fator bastante relevante na compreensão das vicissitudes que têm marcado o desenvolvimento da ciência no Brasil. Para um estudo mais preciso, no delimitado espaço que dispomos, tomemos para análise o caso das universidades, embora seja sabido que esta não foi ao longo da nossa história a única instituição onde a ciência pôde se desenvolver. É sabido que a colônia não nos legou universidades, diferentemente de certos países da América espanhola. A ausência de universidades perdurou após a independência, em 1822, atravessando todo o período do império (1822 - 1889), e da chamada República Velha (1889 - 1930).

Durante todo o século XIX tivemos apenas a criação de faculdades para formar médicos, advogados e engenheiros. Só na década de 30 deste século é que foram fundadas as primeiras universidades brasileiras: a Universidade do Distrito Federal, criada no Rio de Janeiro por iniciativa do poder municipal, e a Universidade de São Paulo, criada pelo

governo estadual paulista. A universidade no Brasil tem, portanto, uma história que não chega a sete décadas. Este atraso na criação das primeiras universidades brasileiras já é uma forte evidência da insensibilidade das nossas elites ao papel da



A rede universitária pública, na qual está concentrada a quase totalidade da pesquisa científica, sofre a penúria dos cortes de verbas e do congelamento dos salários dos professores. Na foto, vista do Campus da Universidade Federal de Viçosa

ciência no desenvolvimento do País.

Em pelo menos dois momentos, desde a sua criação, a Universidade brasileira esteve fortemente ameaçada. Isto ocorreu durante o período do Estado Novo, entre 1937 e 1945, e o período da ditadura militar, entre 1964 e 1985. O governo de um destes dois períodos, o Estado Novo de Getúlio Vargas, demonstrou certa compreensão de aspectos do desenvolvimento independente do País; mas nenhum dos dois regimes políticos demonstrou compreender que a Universidade tinha um papel estratégico para o País. E que o seu desenvolvimento requeria um ambiente de liberdade e autonomia. Assim a ditadura do Estado Novo, um dos períodos mais obscurantistas da história nacional, levou à destruição da experiência pioneira liderada no Rio de Janeiro pelo educador Anísio Teixeira. A ditadura militar implantada em 1964 não chegou a fechar as

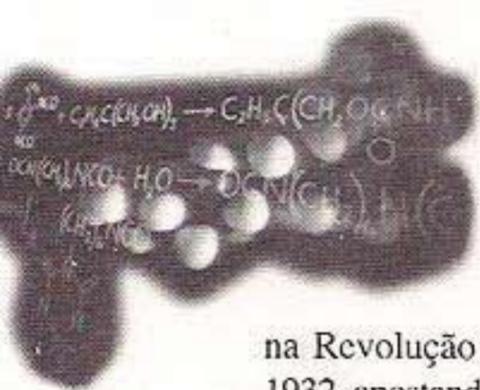
universidades, mas cassou os direitos políticos e decretou a aposentadoria forçada de muitos dos melhores talentos universitários que havíamos formado. O regime dos militares teve ainda um outro efeito, indireto mas eficaz, sobre o desenvolvi-

mento da ciência brasileira. O terrorismo implantado esmagou os melhores talentos de toda uma geração; prendendo, cassando, torturando milhares de jovens e matando centenas deles. Em outra conjuntura política estes mesmos talentos poderiam ter combinado participação política com sua própria formação enquanto quadros intelectuais capazes de produzir conhecimento científico e

tecnológico.

É interessante observar, nestas considerações, a experiência positiva da Universidade de São Paulo (USP), que terminou por se constituir na maior e mais importante universidade da América do Sul. Ela sofreu tanto quanto outras instituições com as injunções políticas gerais adversas da sociedade brasileira; mas sendo uma instituição mantida por um governo estadual, ela pôde se beneficiar de uma autonomia e uma estabilidade maior que outras instituições análogas. Estas vantagens comparativas que beneficiaram a USP não foram, entretanto, fruto do acaso, tendo correspondido ao projeto político de um setor das elites brasileiras, como assinalado pelo historiador Shozo Motoyama:

"Ela significava uma opção política de São Paulo, depois da sua derrota



na Revolução Constitucionalista de 1932, apostando na ciência e na cultura como meios de sua redenção, inclusive, política. E diga-se com todas as letras que a estratégia deu certo.” (4)

Mesmo no interregno entre as duas ditaduras aqui citadas, ou seja, o período republicano entre 1954 e 1964, diversos foram os óbices existentes à consolidação institucional da ciência brasileira. Estes obstáculos não foram capazes, contudo, de impedir a criação de instituições científicas nacionais e do desenvolvimento de uma tradição de pesquisa científica e tecnológica de qualidade reconhecida internacionalmente. Para se chegar a este patamar os cientistas brasileiros aliaram o empenho no seu próprio trabalho científico com uma participação significativa na vida política nacional.

Exemplo desta característica é a existência da Sociedade Brasileira para o progresso da ciência, a SBPC - que completa meio século neste ano de 1998 - criada depois da Segunda Guerra mundial, e que combina atividades típicas de uma sociedade científica como colóquios, revistas

especializadas e atividades do ramo, com uma atividade eminentemente política em defesa da ciência e tecnologia nacionais e das liberdades democráticas.

Entre os diversos obstáculos existentes à consolidação da pesquisa científica no Brasil, um dos principais tem sido, sem dúvida, a inexistência de um poder, ou de um projeto político capaz de se constituir em poder, estável e duradouro, e que compreenda o papel da ciência, da tecnologia e da educação nas sociedades contemporâneas. Este obstáculo não pode ser entendido, contudo, como uma incompreensão restrita aos governantes. Trata-se, em verdade, de concepções que integram a ideologia das elites brasileiras, em especial, das nossas elites empresariais. Como apontado por José Leite Lopes,

“no Brasil, há prazer em criticar a Universidade por não oferecer resultados práticos, mas não se sabe quais industriais brasileiros jamais demonstraram interesse nela. A razão é simples: nunca foram movidos pelo espírito dos industriais americanos.

Ao contrário: sendo, em geral, sócios de multinacionais, sempre se contentaram em comprar ou alugar técnicas e produtos descobertos e feitos nos laboratórios da matriz.” (5)

Desde o início dos anos 90, contudo, a infra-estrutura de ciência, tecnologia e educação, construída a duras penas, está de novo ameaçada; não mais por regimes ditatoriais, mas por um inimigo tão sutil quanto eficaz. Trata-se da ameaça das políticas neoliberais, que vêm do governo Fernando Collor de Mello, e são aplicadas hoje com mais força e determinação pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de política sutil porque feita em nome da modernização e da integração do País no mercado internacionalizado. O receituário desta suposta modernização implica na redução do papel do Estado, inclusive das atividades em ciência, tecnologia e educação. Assim é que a rede universitária pública, na qual está concentrada a quase totalidade da pesquisa científica, não só não se amplia, como sofre a penúria dos cortes de verbas e do congelamento de salários dos professores, pesquisadores e funcionários técnico-administrativos. Entre os planos do governo, apregoado pelo próprio presidente do Banco Central, está a extinção da universidade pública e gratuita, com a implantação do ensino pago. O Presidente da República, em recente declaração afirmou estar incomodado com a dimensão, por ele considerada excessiva, da rede de bolsas para estudos pós-graduados. Por outro lado estabelecimentos privados de ensino superior sem nenhum vínculo ou tradição de pesquisa, recebem graciosamente, dos órgãos governamentais, o título e o reconhecimento de universidades. O mais recente destes episódios foi tão escandaloso que levou um dos aliados do Presidente Fernando Henrique, o filósofo J. A. Gianotti, a renunciar à participação em um destes órgãos.



A SBPC combina atividades típicas de sociedade científica com atividades políticas. Na foto, 47ª Reunião da SBPC, julho de 1995

A gravidade da ameaça existente sobre a ciência brasileira pode ser inferida da natureza das forças invocadas pelo físico Leite Lopes para a defesa desta ciência:

“Corremos o risco de ser sacrificados no altar da reforma do Estado. Esperamos que deus segure a mão de Abraão, como quando este estava prestes a sacrificar, em seu louvor, seu filho Isaac.” (6)

A luta pela defesa das instituições científicas brasileiras se confunde, deste modo, com a própria luta pela existência de um País soberano e democrático.

OLIVAL FREIRE JR. é professor do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia e Doutor em História da Ciência pela USP, com Pós-doutorado em História e

epistemologia da Ciência na Universidade Paris VII.

Notas:

(1) Sasaki Chikara – ‘Ciência como instrumento de modernização e colonização: o dilema do movimento iluminista na Era Meiji no Japão’. Palestra de abertura do Colóquio Internacional de Estudos Portugal-Japão 1543-1993, São Paulo, 1993. Publicada em *Voz Lusitana*, 4, pp. 5-14, 1995.

(2) sobre o caso soviético ver as análises do historiador Loren Graham, em *Science in Russia and the Soviet Union - a short history*. New York: Cambridge University Press, 1993; e *The Ghost of the Executed Engineer - Technology and the Fall of the Soviet Union*. Cambridge: Harvard Univ Press, 1996.

(3) Roshdi Rashed - ‘Science classique

et science moderne à l’époque de l’expansion de la science européenne’, in P. Petitjean, C. Jami e A. M. Moulin (eds) - *Science and Empires*, Boston Studies in the Philosophy of Science, v. 136, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 19-30, 1992. Tradução portuguesa publicada em *Princípios*, 27, 39-47, 1992.

(4) S. Motoyama - ‘Os principais marcos históricos em Ciência e tecnologia no Brasil’, *Revista da sociedade Brasileira de História da Ciência*, 1, 41-49. 1985, p. 44. As frases de Motoyama são premonitórias da chegada à Presidência da República, dez anos depois, de um professor oriundo da Universidade de São Paulo.

(5) *Folha de S. Paulo*, 26.10.1997. Leite Lopes é Professor Emérito do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e da Universidade Louis Pasteur em Estrasburgo, França.

(6) Idem.

CUPOM PARA PEDIDO - Princípios e Presença

Sim, desejo assinar as publicações especificadas abaixo.
O pagamento será feito de acordo com a opção assinalada.

- [] Assinatura revista **Princípios** (4 edições) - R\$ 30,00
 [] Assinatura revista **Princípios** para o exterior - US\$ 40,00
 [] Assinatura revista **Presença da Mulher** (4 edições) - R\$ 20,00
 [] Assinatura revista **Presença da Mulher** para o exterior - US\$ 25,00

Forma de pagamento:

- [] Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. [] Vale Postal para Agência Brigadeiro/SP
 [] Depósito em conta - Banco Itaú, Agência 0251 c/c 48.678-3
 [] Cartão *Credicard/Diners* ou VISA nº _____ Validade ____ / ____

Nome: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____ Profissão: _____

Data e Assinatura: ____ / ____ / ____

R. Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista - São Paulo/SP CEP 01323-010 E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br



Anita Garibaldi

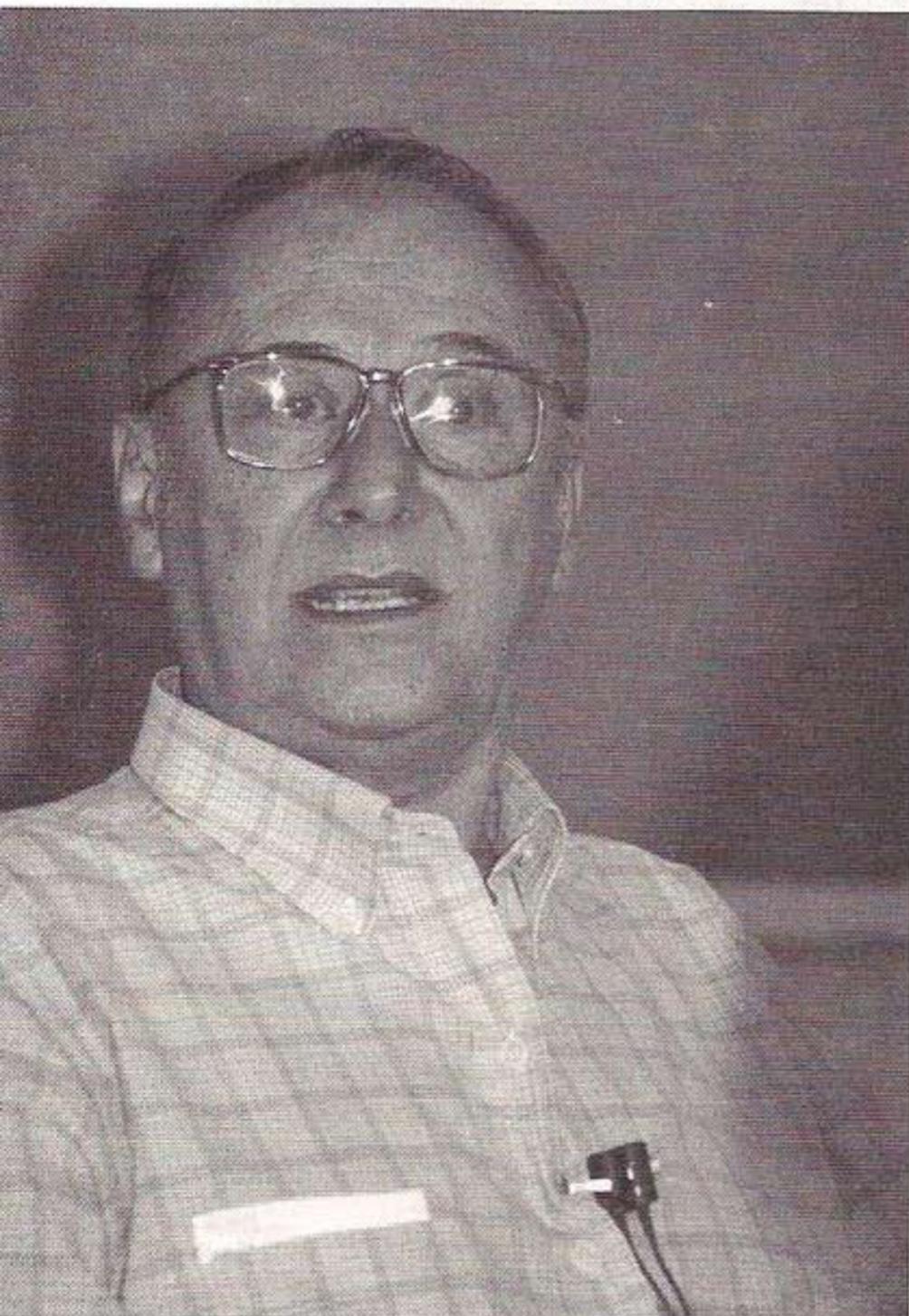
Ciência, contradições e pensamento não-clássico

NEWTON DA COSTA

POR EDVAR BONOTTO

O professor Newton C. A. da Costa atingiu notoriedade com suas investigações em lógica, notadamente sobre as lógicas paraconsistentes. Nascido em Curitiba é, atualmente, com 68 anos, professor titular da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, responsável pela área de lógica, coordenando um grupo de pesquisadores. No exterior, da Costa foi professor visitante e pesquisador de diversas instituições.

É autor de O conhecimento científico (1997), Sistemas formais inconsistentes (1993), Ensaio sobre os fundamentos da lógica (1980) dentre outras obras, e possui mais de duzentos artigos publicados em revistas, especialmente internacionais.



As lógicas criadas pelo professor da Costa foram batizadas de lógicas paraconsistentes pelo filósofo peruano Miró Quesada. Para Patrick Suppes, “os trabalhos de Da Costa se desenvolvem em mais de um campo. Seu trabalho nos fundamentos da matemática e lógica paraconsistente são muito conhecidos. Ele escreveu também artigos originais e significativos sobre os fundamentos da mecânica clássica e os tópicos referentes à física. Em diversos países já existem um bom número de excelentes alunos, agora cientistas com atividade própria, que ele incentivou”.

As pesquisas lógicas de da Costa modificam alguns dos princípios clássicos do pensamento que têm governado a razão humana desde Aristóteles.

Em sentido amplo, uma lógica é paraconsistente se pode ser utilizada em teorias inconsistentes mas não triviais. Para isso o famoso princípio clássico da não-contradição deve ser restringido para que apareçam contradições. Mas, ao mesmo tempo, deve-se procurar evitar que, de duas premissas contraditórias, se tire nenhuma ou qualquer conclusão.

A revista Princípios, em sua edição número 23, publicou um artigo de Newton da Costa denominado ‘Lógicas não-clássicas ou heterodoxas’, onde o leitor pode encontrar mais informações sobre os temas da presente entrevista, que apresenta, em uma de suas passagens, uma crítica às idéias de Popper sobre a dialética.

Princípios: *Antes de entrarmos especificamente na lógica paraconsistente, o senhor poderia falar um pouco também de seus outros trabalhos ou linhas de investigação?*

Newton da Costa: Sempre trabalhei, principalmente, em lógicas não-clássicas, isto é, lógicas que, de uma ou de outra maneira, diferem da lógica clássica. Dentre elas, cito as lógicas paraconsistentes, as paracompletas e as não-aléticas; dediquei especial atenção, por exemplo, à lógica deôntica. Também me ocupo dos seguintes tópicos: teoria dos modelos, teoria dos reticulados, indução e probabilidade, fundamentos da física e filosofia da ciência.

Em teoria dos modelos, desenvolvi uma teoria estrutural da quase-verdade (ou verdade pragmática), que apliquei à indução e à probabilidade. Grande parte do que eu tenho feito nos últimos anos, por outro lado, refere-se sobretudo aos fundamentos da física (particularmente em colaboração com o físico brasileiro F. A. Doria).

Hoje em dia minha atenção centra-se quase que exclusivamente em fundamentos da física e em filosofia da ciência. Minhas eventuais publicações em lógica são em geral feitas em colaboração e redigidas por meus colaboradores, que são excelentes.

Princípios: *O senhor poderia nos dizer, em resumo, em que consiste a lógica paraconsistente?*

Newton da Costa: Duas proposições, uma das quais é a negação da outra, chamam-se contraditórias. Se um sistema de premissas ou uma teoria dedutiva têm como lógica subjacente a lógica clássica, e encerram proposições contraditórias, eles são triviais, isto é, pode-se deduzir tudo (tudo é provável). A lógica paraconsistente destina-se à manipulação de teorias ou de siste-

mas proposicionais inconsistentes (encerram contradições), embora não sejam triviais.

Dois exemplos: 1) Sistemas de informação que encerram contradições são tratados diretamente por meio de lógicas paraconsistentes. Isto ocorre, por exemplo, em sistemas especialistas, os quais, sendo suficientemente ricos, normalmente envolvem informações contraditórias. 2) Há teorias matemáticas (ou físicas) que, na sua origem, eram contraditórias, continham contradições, e tiveram que ser modificadas, completamente transfiguradas, para poderem subsistir tendo por base a lógica clássica. No entanto, as versões originais e contraditórias podem ser sistematizadas tendo por base a lógica paraconsistente, o que dá nascimento a indagações e a resultados verdadeiramente significativos. Tal é o caso, para exemplificar, do cálculo infinitesimal.

Princípios: *A lógica paraconsistente se contrapõe a alguns princípios da lógica clássica?*

Newton da Costa: Diria, para ser mais preciso, que, na minha formulação, a lógica paraconsistente generaliza a lógica clássica, o que implica na limitação de diversos princípios clássicos, particularmente, o da contradição (ou da não-contradição).

Existem certas proposições como "Esta chovendo aqui, agora", que se comportam bem, satisfazendo os princípios básicos da lógica tradicional, inclusive o da contradição (de acordo com o qual, de duas proposições contraditórias, uma delas é falsa). Não pode ser verdade que aqui e agora esteja e não esteja chovendo. Isto seria absurdo. Para proposições semelhantes à acima referida, vale a lógica clássica.

Mas vejamos exemplos onde se constata que pode haver derrogação do princípio da contradição:

1) Um dos conceitos relevantes da biologia é o conceito de vida (e o de morte). Para se saber se um homem, por exemplo, está vivo ou morto, o problema não é simples. Torna-se necessário o uso de critérios que vão sendo cada vez mais finos e precisos, com o envolver das ciências biológicas. Suponhamos que haja um critério k para que o organismo esteja vivo e um critério l para que o organismo esteja morto (tanto para a vida quanto para a morte desejamos critérios positivos e empíricos). Muitas vezes esses critérios podem se superpor (há contradição); outras, eles não decidem todos os casos (há incompletude). A lógica clássica supõe que sempre é possível se melhorar os critérios desse tipo, de modo a se evitar contradições; a lógica paraconsistente, por seu turno, não faz tal suposição e aceita que as contradições, em determinadas circunstâncias, parecem não poder ser evitadas.

2) Em matemática, há conceitos, como o célebre conjunto de Russel, que representaremos por R , os quais nos conduzem quase que diretamente a contradição (R é o conjunto de todos os conjuntos que não pertencem a eles mesmos). A solução tradicional consiste em se eliminar a contradição mediante a negação da existência de R . A lógica paraconsistente admite a existência abstrata de R e trata de estudar suas propriedades, mesmo as mais estranhas e exóticas. A presença de R na teoria dos conjuntos, juntamente com os conjuntos usuais, não a torna trivial nem causa problemas técnicos insuperáveis. Unicamente se chega a uma nova matemática, mais geral e ampla do que a comum.

Além disso, a lógica paraconsistente, concebida apenas como

técnica lógico-formal, qual uma pura álgebra, encontra aplicações as mais diversas, como, por exemplo, em informática, inteligência artificial, robótica e física (há formulações paraconsistentes da lógica quântica).

Princípios: *No caso das ciências humanas e sociais, a lógica paraconsistente já está sendo utilizada; por exemplo, no direito. Ela não fica restrita às áreas das ciências exatas e suas aplicações. O senhor poderia dar alguns esclarecimentos, tecendo alguns comentários sobre essa questão?*

Newton da Costa: Qualquer código jurídico é passível de conter contradições. Não existe código jurídico (forte), até hoje, que não tivesse contradições. Veja-se, para fixar idéias, a Constituição brasileira. É fácil de se verificar que há partes da mesma que contradizem outras. Aliás, uma jovem advogada escreveu um trabalho sobre as contradições da Constituição Brasileira. Então, como é que se trata semelhante problema?

Na realidade, procede-se de maneira "empírica", via regras *ad hoc*. Evidentemente, a lógica clássica, como já se observou, não se aplicaria, sem restrições, à derivação das conseqüências lógicas da Constituição em apreço. Ao pé da letra, do prisma lógico tradicional, banalizar-se-ia a Constituição: qualquer proposição seria dela dedutível. Mas, com a lógica paraconsistente, tal resultado não ocorre. Assim, poder-se-ia supor que a lógica subjacente a um código jurídico seria uma lógica paraconsistente apropriada. Como os códigos jurídicos possuem também a característica da incompletude, contém lacunas, talvez a lógica a eles subjacente devesse ser, além de paraconsistente,

paracompleta (na lógica para-completa, derroga-se o chamado princípio do terceiro excluído: de duas proposições contraditórias, uma delas é falsa).

Convém lembrar que o Direito Constitucional aparentemente envolve uma contradição intrínseca, o conhecido paradoxo da revogação de uma constituição. Quiçá a lógica paraconsistente pudesse ser de valia na análise formal dessa dificuldade.

A lógica paraconsistente também pode ser empregada na sistematização rigorosa de certas teo-

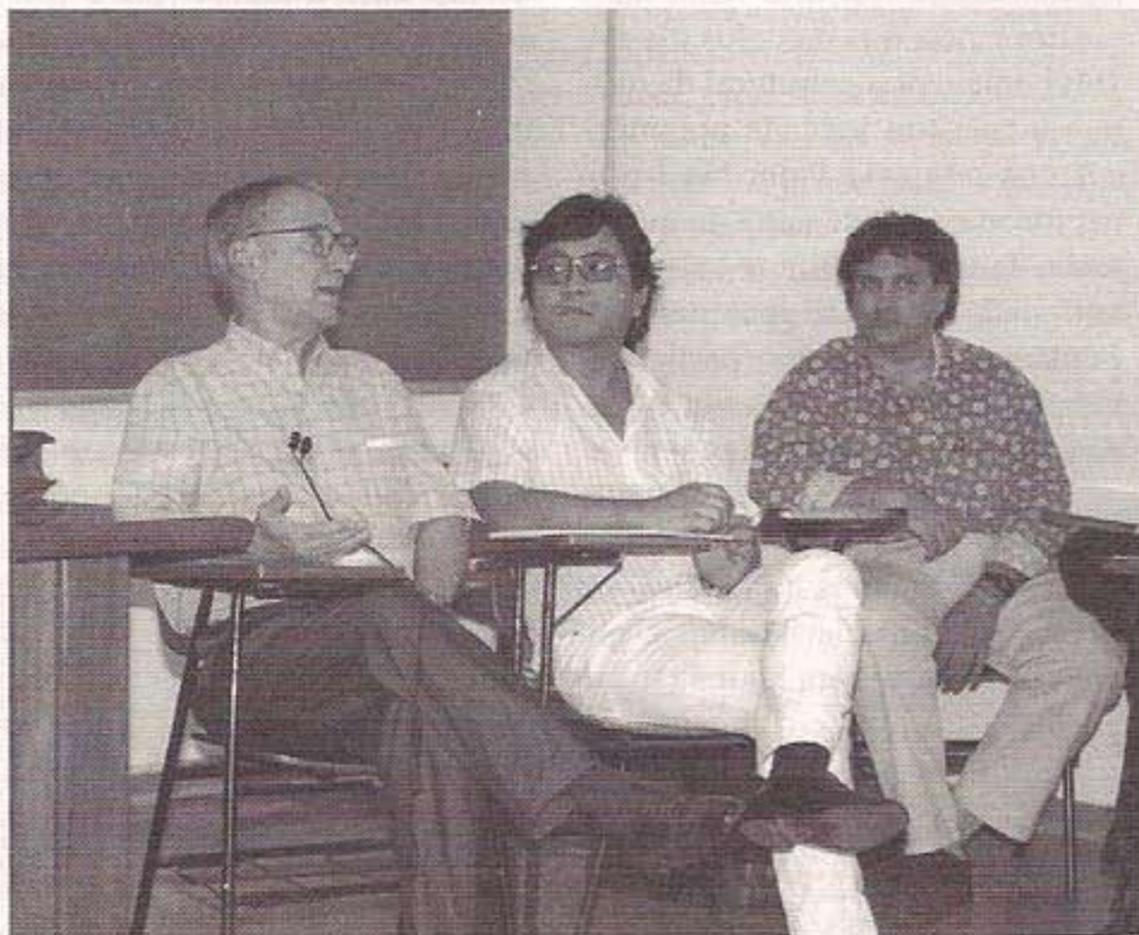
da Universidade de Buenos Aires, e que é internacionalmente conhecido nos meios jurídicos.

Aspectos da lógica atual

Princípios: *Como o senhor trabalha em lógica?*

Newton da Costa: A lógica hoje está tão desenvolvida, que se pode dedicar toda a vida a ela e conhecer tão somente uma pequena fração de seu conteúdo presente.

Atualmente, a lógica não se reduz à investigação das leis válidas



Da esquerda para a direita: Newton da Costa com Jair Abe e Braulio Ávila, membros de sua equipe de pesquisadores

rias jurídicas, como a teoria tridimensional do direito de Miguel Reale.

Tenho investigado os temas que acabei de descrever, em diversos trabalhos, especialmente com o professor Roberto Vernengo, catedrático de Teoria Geral do Direito

do pensamento; este tema apenas constitui uma das lógicas. Há outras, na inteligência artificial, na física, na programação, nos fundamentos da matemática, na própria matemática e nas ciências humanas.

Comumente se acredita, também, que a lógica se resume no cál-

culo proposicional e no cálculo de predicados de primeira ordem, com ou sem igualdade. Isto é enganoso. A lógica é muito mais do que esses cálculos, os quais constituem, no entanto, dois dos pilares da lógica viva.

Quando se identifica a lógica ao estudo das leis do pensamento válido ou aos elementos dos cálculos referidos, ela é transformada em assunto matematicamente trivial. Porém, como já insisti, não é isso que acontece, e em seu domínio se fizeram algumas das mais relevantes descobertas de nosso século, tanto do ponto de vista matemático (sublinho que a lógica faz parte da matemática), como dos prismas tecnológico e filosófico. Basta que se arrole alguns exemplos: os teoremas da incompletude de Gödel, a elaboração da teoria abstrata da computação por Turing e outros, a programação lógica, a teoria das descrições de Russel, a teoria da verdade de Tarski e a edificação das matemáticas não-cantorianas, como a de Solovay.

Assim, respondendo à sua pergunta, trabalho em lógica exatamente como o matemático trabalha em matemática.

Princípios: *É possível afirmar que a lógica é básica para se entender o mundo?*

Newton da Costa: A lógica enquadra-se entre as disciplinas matemáticas, como a álgebra e o cálculo diferencial e integral. Sob tal aspecto, ela nos ajuda a entender o mundo como qualquer outro ramo da matemática.

Porém, um sistema lógico pode ser utilizado como alicerce de concepções do mundo. Eles estão intimamente relacionados, por exemplo, com a ontologia. Logo, são básicos para a compreensão racional do mundo, do universo.

Lógica e dialética

Princípios: *Além da lógica paraconsistente, há também a lógica fuzzy que está relacionada com a noção de processo...*

Newton da Costa: Falando por alto, a lógica fuzzy é uma lógica que trata exatamente de conceitos vagos, aproximados.

No entanto, com algumas modificações, ela se aplica a determinadas categorias de processos. Um processo é algo que se desenvolve no tempo e no espaço, muitas vezes não está sujeito a contornos bem definidos. No mundo real, tudo é processo, de conformidade com a ciência atual. Nós, por exemplo, somos efetivamente processos: começamos, desenvolvemo-nos e desaparecemos.

A lógica fuzzy, interpretada como teoria formal dos processos, é a lógica da vida comum e do mundo real, que subjaz as aparências. Assim, um organismo vivo não tem contorno fixo, está permanentemente expelindo e incorporando partículas elementares, modificando-se, perdendo matéria, cambiando de forma etc. O fato de parecermos bem definidos é uma ilusão. Tudo é confirmado pela mecânica quântica; segundo esta, uma partícula elementar, como o elétron, sob certos aspectos, preenche o universo: não se pode assegurar, com rigor, que ele está aqui e não lá.

Não posso discorrer mais sobre a lógica fuzzy assim concebida, pois teria de ser demasiadamente técnico. Apenas noto que há relações entre ela e algumas concepções dialéticas (as quais, via de regra, são formuladas de forma pouco rigorosa).

Em síntese, do prisma fuzzy, a lógica clássica - entendida como espécie de física do objeto qualquer,

do objeto definido e determinado - centra-se numa ilusão.

Princípios: *Quais são as possíveis conexões entre a lógica paraconsistente e a dialética? O que está sendo pesquisado atualmente em dialética e suas relações com tal lógica?*

Newton da Costa: Como não sou especialista em dialética, algumas das coisas que realizei nessa área foram sempre com auxílio de pessoas que conhecem o tema, como o professor Robert G. Wolf, dos Estados Unidos.

Enquanto lógico puro, não me comprometo com nenhuma doutrina filosófica. Com o professor Wolf tentei aplicar certos tipos de lógica paraconsistente na formalização de determinados aspectos da dialética. Simplesmente tomei alguns princípios de uma dada concepção dialética e procurei verificar se não seria possível transformá-los em algo logicamente sensato. Popper sustentava que a dialética carece de fundamento, pois envolve contradições e, por isso, não pode ser alicerçada na lógica clássica; todavia, por outro lado, ele achava que tinha provado que não existia sistema lógico que não fosse demasiadamente fraco para suportar contradições. Assim, a dialética seria logicamente impossível.

Mostrei que existem sistemas lógicos paraconsistentes extremamente fortes, o que contraria Popper, e que esses sistemas talvez sejam aplicáveis à dialética, pelo menos em algumas de suas interpretações (evidências a favor desse fato encontram-se em meus trabalhos com Wolf). Então, a crítica de Popper, segundo a qual a presença de contradições 'verdadeiras' inviabiliza logicamente a dialética, torna-se inviável - não está correta.

Tenho a impressão de que, após

a derrocada da União Soviética, pouco se está fazendo no campo da dialética e de sua lógica.

Princípios: *O senhor poderia falar um pouco desse seu amigo norte-americano que trabalhou em dialética e discorrer sobre a recepção de suas pesquisas na então União Soviética?*

Newton da Costa: Robert G. Wolf, quando escrevemos juntos alguns artigos, era um filósofo bem jovem, dotado de vasta erudição. No campo da lógica, dedicava-se, além da lógica paraconsistente, à lógica relevante.

Sobre a recepção de meus trabalhos na União Soviética, há um ponto digno de menção, que foi relatado pelo meu amigo Sava Petrov, filósofo marxista búlgaro, que morreu prematuramente.

Quando Petrov completava seu doutorado em filosofia em Moscou, nos anos 60, havia uma disputa acirrada entre lógicos e matemáticos, de um lado, e os filósofos marxistas, de outro, sobre a dialética e sua lógica. Os primeiros achavam a dialética obscura e vaga, não admitindo a existência de uma lógica dialética. Havia críticas que os partidários da dialética (praticamente a totalidade dos filósofos soviéticos) não conseguiam contestar: não se dispunha, na época, de maneira razoável para se manipular contradições 'verdadeiras' e tornar rigorosa a dialética.

Foi então que meus trabalhos sobre lógica paraconsistente, publicados nos *Comptes Rendus* (da Academia de Ciências de Paris) começaram a ser lidos na União Soviética. Os filósofos soviéticos, em consequência, passaram a argumentar que havia uma nova lógica capaz de tornar precisa a dialética, fundamentando-a tão bem como a lógica clássica alicerça a matemática usual. Daí originou uma certa dose

de má vontade de matemáticos e lógicos matemáticos soviéticos para com a lógica paraconsistente. Mas isso já foi superado.

Presentemente, na China Popular há um grande desenvolvimento da lógica paraconsistente e da dialética. Há meses prefaciei o primeiro livro chinês de lógica paraconsistente, tratando sobretudo de suas aplicações à informática. Além disso, diversos artigos meus foram traduzidos para o chinês.

Princípios: *A lógica paraconsistente é, então, um modelo lógico para dar conta de problemas que são deste mundo, da realidade, onde existem ou se encerram uma série de contradições que são muito mais profundas do que as do plano formal. Logo, essa lógica paraconsistente seria uma radicalização desse ponto de vista formal para se tentar entender esses fenômenos do mundo contingente?*

Newton da Costa: A lógica paraconsistente (existem infinitos sistemas lógicos paraconsistentes) é disciplina matemática. Ela foi desenvolvida acima de tudo sob este prisma, pelo menos em meu trabalho.

No entanto, o que acabei de afirmar não implica em que não pensasse em algumas aplicações futuras, como na dialética, na solução de determinados paradoxos, como os de Zenão de Eléia, e na psicanálise. Porém, não havia investigado a fundo essas questões, ao contrário do que ocorreu com a motivação matemática, pura. Se aceitarmos motivações vagas, intuitivas, heurísticas, então, evidentemente, houve motivações amplas e multifacéticas.

Assim, saber se determinado sistema lógico capta as contradições do mundo real, se elas de fato existem, cabe ao cientista, por exemplo ao físico, e ao filósofo decidirem.

Conhecimento Científico

FAPESP

discussão editorial

Sou, no momento, agnóstico com relação à existência de contradições reais, incapazes de serem eliminadas de nosso conhecimento empírico mediante análise apropriada, supondo-se que tal problema tem sentido. Além dessas contradições 'metafísicas', reais, há as gnoscológicas, provenientes das sistematizações de nosso conhecimento - estas, sim, existem e podem ser tratadas paraconsistentemente.

Aplicações da lógica paraconsistente

Princípios: *O que o senhor pode nos dizer das aplicações da lógica paraconsistente?*

Newton da Costa: Em geral, classifique as aplicações da lógica paraconsistente em cinco grupos: filosóficas, matemáticas, relativas às ciências naturais, referentes às ciências humanas e as aplicações tecnológicas.

Na filosofia, a lógica paraconsistente contribuiu para o esclarecimento do conceito de negação, para a formalização da dialética, para a análise da teoria dos objetos

de Meinong, para a teoria da ciência e a melhor compreensão da racionalidade, entre outras.

No tocante à matemática, mostra-se, por exemplo, que há matemáticas paraconsistentes alternativas à usual e que a versão original do cálculo infinitesimal, que era inconsistente (l'Hospital) pode ser reconstruída paraconsistentemente. Mas somente o futuro decidirá qual o papel que a paraconsistência finalmente terá na matemática.

No domínio das ciências empíricas, lembro que a paraconsistência está relacionada com a mecânica quântica, como Dalla Chiara e Giuntini patentearam, bem como o problema da compatibilização de teorias *prima facie* irreconciliáveis, como a mecânica referida e a relatividade geral.

As ciências humanas, por seu turno, compõem um campo fértil para possíveis aplicações da paraconsistência. Já se procurou utilizá-la em economia e antropologia.

Na tecnologia, particularmente nas áreas ligadas à informática, encontram-se as aplicações mais óbvias. Tem-se, por exemplo, programação paraconsistente, lógica do *default* paraconsistente, e sistemas especialistas paraconsistentes. Como a lógica *fuzzy* e a paraconsistente estão intimamente correlacionadas e dada a vasta gama de usos da primeira, percebe-se a relevância tecnológica, potencial, da segunda.

Princípios: *Acompanhando o desenvolvimento do final do século XIX e, agora, do século XX, parece que a ciência está a procura de novos caminhos. A exemplo das novas geometrias que aparecem no século passado, em nosso tempo, surgiram a mecânica quântica, a teoria do caos e as novas lógicas. Como o senhor vê esse desenvolvimento da ciência?*

Newton da Costa : Sustento que a criação das lógicas não-clássicas é algo mais ou menos situado ao nível da construção das geometrias não-euclidianas. Antes de 1820, quando um físico ou qualquer pessoa falava de espaço, queria significar o espaço da geometria euclidiana, da geometria comum - nascida como disciplina racional na Grécia Antiga. Quando Lobatchewski, Bolyai, Riemann e outros tantos começaram a desenvolver novos tipos de geometria, mas acima de tudo após a relatividade geral - que pressupõe uma geometria não-euclidiana - isso provocou uma revolução na ciência: foi quebrado um paradigma duas vezes milenar. Com a lógica sucedeu transformação similar.

As lógicas não-clássicas principiaram a ser edificadas sobretudo a partir do início deste século. Elas representaram um rompimento com o paradigma lógico tradicional. Porém os novos paradigmas em geometria foram assimilados bem mais facilmente do que em lógica, o que talvez seja compreensível, posto que a lógica é extraordinariamente mais fundamental que a geometria. Muitos cientistas e filósofos não conseguem ver bem a razão de mudanças tão profundas e recusam a aceitá-las. Todavia, contra fatos não há argumentos.

Naturalmente, quando se raciocina, quando se formula dada teoria, recorre-se implícita ou explicitamente a uma lógica. E ao se recorrer a certa lógica, precisamos previamente tê-la escolhido. Antes do surgimento das lógicas não-clássicas não havia a etapa da escolha, pois somente se conhecia a lógica tradicional. Assim, ao se tratar da física ou da semiótica, pode-se pensar em se empregar lógicas diversas da clássica. A situação é complexa, embora interessante. E o mesmo se passa hoje com temas como a dialética de Hegel ou a marxista. Desde que há várias lógicas, ao se investigar um assunto, é ao investigador

que comete descobrir qual a melhor lógica que a ele se adapta.

Na relatividade geral, a forma do espaço-tempo não está determinada a priori. Einstein descobriu as equações basilares, sendo que as diversas categorias de soluções prescrevem as 'formas' possíveis do universo. Gödel descobriu soluções em que o tempo é recorrente, e as viagens no tempo se mostram logicamente exequíveis. Embora as soluções de Gödel não sejam, ao que tudo indica, fisicamente aceitáveis, talvez no futuro o sejam, devido a alguma transformação profunda de paradigma.

A física tem passado, neste século, por mudanças de paradigmas efetivos, análogos ao hipotético que descrevi, para sublinhar a magnitude dos câmbios. Em síntese, defendendo a tese de que o que ocorreu e está ocorrendo em física é análogo ao que aconteceu e está acontecendo em lógica. A elaboração das lógicas não-clássicas constitui uma das maiores realizações do ambiente cultural de nossa época.

Acredito que na marcha permanente das ciências, visando o progresso, tanto no domínio das ciências formais (lógica e matemática), como das reais (naturais e humanas), a característica constante consiste na quebra sistemática de paradigmas. Porém, não se trata de destruição total e completa. Assim, a mecânica newtoniana foi, é e será eternamente verdadeira dentro de limites estritos; e a lógica tradicional valerá para sempre no âmbito de contextos de tipo bem definido.

Entrevista feita por Edvar Bonotto, mestre em filosofia do direito pela PUC-SP, com a participação de Geordy Pereira, Fábio Palácio, Cristiano Capovilla e Marize Conti, e foi realizada em setembro de 1997 na USP.

Física e conhecimento humano

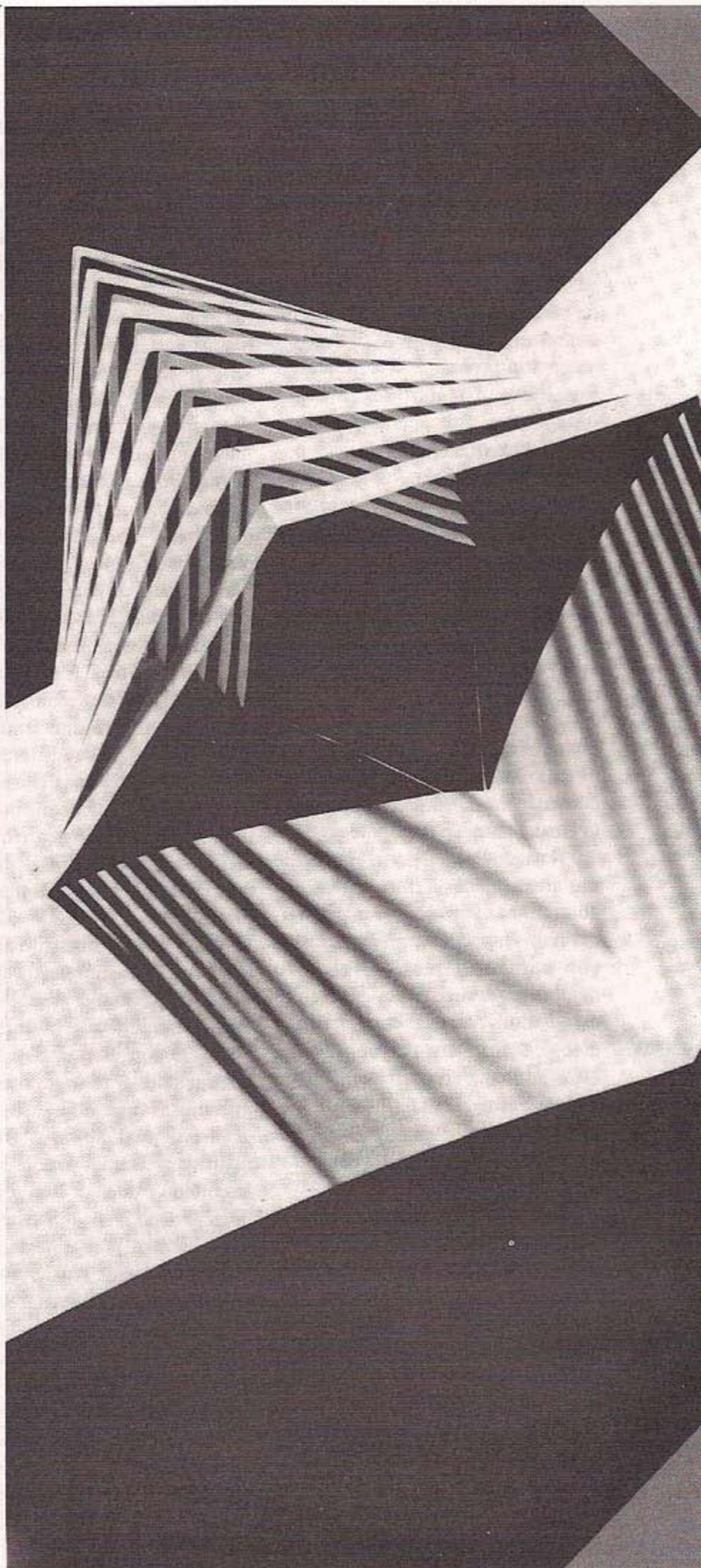
MICHEL PATY

POR CRISTIANO CAPOVILLA

O professor Michel Paty é doutor em física e em filosofia e diretor de pesquisa no Centro Nacional de Pesquisa Científica da França e da Universidade de Paris 7. Já foi professor visitante na Universidade de São Paulo e atualmente é membro do Conselho Científico da Cátedra Mário Schenberg do Instituto de Estudos Avançados da USP. É autor de diversas obras na área da física e teoria do conhecimento.

Em especial destaque nesta entrevista aparecem questões abordadas em seu livro A Matéria Roubada, que teve grande repercussão nos meios científicos. Foi publicado em francês com o título La matière dérobée, l'appropriation critique de l'objet de la physique contemporaine, e traduzido e publicado no Brasil pela EDUSP em 1995. Destacamos também seu artigo 'A idéia da universalidade da ciência e sua crítica filosófica e histórica', publicado na revista Discurso, nº 28 (1997).

Os problemas do conceito de matéria, da medição na física quântica e generalizações da teoria do caos são abordados pelo entrevistado. A presente entrevista foi realizada em setembro de 1997 em São Paulo.



Princípios: *Em seu livro A Matéria Roubada o senhor comenta sobre o desenvolvimento do conceito de matéria dos antigos gregos até os dias atuais. Com o avanço da física contemporânea, particularmente da mecânica quântica, vários autores questionam a necessidade de tal conceito. Há ainda razão em conceituar a matéria e, caso afirmativo, como é que podemos dar uma definição filosófica desse conceito?*

Michel Paty: Primeiro, gostaria de dizer que a visão de Leucipo e Demócrito não foi sempre a visão de todos os cientistas e filósofos no decorrer da história das idéias. Digamos que a concepção atômica foi retomada sobretudo no final do século passado quando se falou dos átomos e se descobriu que eles tinham realidade física. Mas na verdade não eram mais os átomos de Demócrito, Epicuro e outros. Eram átomos da classificação periódica dos elementos, que são muito diferentes. Não eram mais um conceito de filosofia, mas um conceito físico com características precisas. Depois os átomos foram identificados (no final do século XIX), e suas propriedades físicas revelaram, a partir do século XX, caracteres específicos, como seus níveis de energia quantificada, que mostraram quanto são ainda muito mais diferentes de propriedades clássicas.

O que ficou desse passado longínquo foi a noção, a categoria de pensamento *átomos*. A idéia geral de que existem partículas indestrutíveis que se conservam e estão na base da constituição material do mundo ainda está de pé. A física de hoje diz, de uma certa maneira, que toda a matéria do mundo é constituída de quarks e de léptons e que existem entre eles interações através de campos. Então, de uma certa maneira, os quarks de hoje são os átomos de Epicuro de ontem.

Agora o fato é de nós sabermos que os conceitos que descrevem, hoje, as partículas elementares como os quarks, os léptons, os bósons de interação dos campos, não correspondem em nada a um objeto que nós podemos imaginar como objetos de nossa experiência cotidiana - uma poeira, por exemplo, uma poeira que está no raio do Sol. Esta foi, na verdade, a fonte intuitiva da idéia de átomos de Epicuro e outros. E nós sabemos que isso não funciona mais, porque es-

sas partículas são quânticas, isto é, descritas por outro tipo de representação do que simples posição e velocidade. Além do mais, sabemos hoje que os quarks e os léptons são pontuais, quer dizer que não tem extensão no espaço. O que pareceria pouco físico se eles, no mesmo tempo não tinham extensão por ser circundados por seus campos de interação, espécies de entidades virtuais responsáveis pelas interações.

Tais partículas têm uma definição espacial de uma precisão extraordinária de 10^{-18} centímetros - o que é muito abaixo do átomo cuja dimensão é 10^{-8} : são menores em volume espacial que o átomo por 10^{10} . Que significa isso? A gente não pode representar tais partículas pela intuição comum, e a ferramenta conceptual que pode nos ajudar na representação de tais entidades é a matemática. Para dizer melhor, são os conceitos matemáticos, em verdade os conceitos físicos com expressão matemática, que nós inventamos. Nesse caso não podemos mais falar desse átomo intuitivo, da noção intuitiva de matéria básica dos antigos, e nós devemos ver que nossa representação da matéria é diferente, ela passa através das teorias físicas que nós temos e que nós continuamos refinando.

O conceito de matéria fica como nosso pedido filosófico para postular que o mundo real, a realidade, objeto do estudo da física, é constituído de matéria. Que, por exemplo, a Lua é constituída de matéria e essa matéria é o que nossas teorias físicas, nossos conceitos, tentam alcançar. Então, *matéria* é uma categoria filosófica que nós colocamos e a ciência tenta esclarecer suas determinações com precisão. Quando se fala de quarks se fala de matéria implicitamente, quando se fala de campo de interação se fala de matéria, só que essa matéria não é uma coisa que você vai tocar, que você pode ver intuitivamente. Você tem que inventar uma nova intuição para ver isso, e é essa intuição que a física nos dá.

Princípios: *Na relação entre a filosofia e os avanços da física, uma questão vem instigando os pesquisadores da área desde o início do século: como medimos o mundo microscópico. Essa questão diz respeito à relação entre o observador e a re-*

alidade. Qual a sua opinião sobre essa polêmica, que é célebre desde o debate Einstein-Bohr acerca dos problemas de medida na mecânica quântica?

Michel Paty: A filosofia tem sempre que acompanhar os novos conhecimentos científicos e isso é e será sua tarefa permanente a propósito de qualquer conhecimento.

Este problema - que foi pensado como o problema fundamental da mecânica quântica e que nós chamamos "problema da medição", isto é a interação entre o observado com o observador, foi levado a propósito do caráter não-clássico dos objetos quânticos. Se a trajetória não é definida, assim se pensou, é que alguma coisa aconteceu: esta interação no momento da medição ou observação instrumental. Bohr, Heisenberg e outros interpretaram a especificidade quântica como a manifestação do caráter irreduzível desta interação, isto é da modificação da realidade pelo observador, sem a qual a realidade não seria conhecida. Daí não teria sentido falar de realidade independentemente da observação, isto é da interferência do observador.

Claramente, se trata de uma aproximação filosófica, mais do que física: Einstein fazia essa crítica contra esta interpretação dominante. O problema levado, filosófico e físico, é o de saber se uma representação do mundo microscópico é possível sem se referir ao mundo macroscópico dos instrumentos de medição. E na verdade, parece que é, através dos conceitos próprios da física quântica e de suas teorias (os chamados números quânticos). Qual é, então, o estatuto exato do problema da medição? Esta é a questão.

Esse problema, colocado como problema da medida ou mensuração na mecânica quântica, é este da conexão entre as descrições dos fenômenos de uma área, digamos da física clássica - a física de nosso alcance mais direto, e de nossos instrumentos de observação -, com as descrições ou representações dos fenômenos do mundo quântico ('microscópico' em geral). Pode ser que esse problema hoje em dia tenha uma solução mais clara que antes. Hoje se fala em termos de decoerência dos sistemas quânticos, no limite clássico, que chega a levar a determinação do tipo clássico, a partir de um com-

portamento especificamente quântico.

Se vê que geralmente os problemas fundamentais da física são no final mais problemas de física do que de filosofia, ou seja, quando a física avança no conhecimento novo de fenômenos inéditos, não precisa mais pedir a solução à filosofia do conhecimento. Por outro lado, este conhecimento físico acaba adentrando com novos problemas ao mundo da filosofia: não tanto sobre medição, por exemplo, mas sobre simetrias, determinação, significação da matematização, etc.

Princípios: *Em seu livro A matéria roubada o senhor se coloca como um realista de um novo tipo, um realista crítico, queria que o senhor falasse um pouco mais sobre o que seria esse "realismo crítico"?*

Michel Paty: Novo em uma certa medida, não fui eu que inventei esta atitude. Apenas tento caracterizá-lo de maneira filosófica um tanto precisa. Eu caracterizo essa concepção minha pela palavra *crítica* a respeito dessa minha concepção, mas, na verdade, esta já foi utilizada antes. Por exemplo, Popper utiliza "racionalismo crítico", para descrever sua própria filosofia e era também realista, mas eu não sou popperiano. Popper foi um dos filósofos importantes do conhecimento de nosso tempo. Mas não é o único, e ele formulou de maneira interessante certos problemas (indução, probabilidade como propensão, etc), ele fechou, a meu ver, outros (cientificidade, historicidade, etc).

A posição que me parece mais adequada, que eu chamo de *realismo crítico* está mais perto da concepção epistemológica de Einstein. Para falar de ciência e fazer ciência nós precisamos de uma idéia forte de verdade referida a uma idéia de realidade, seja implicitamente ou explicitamente. Para pensar cientificamente ou sobre a ciência, nós precisamos colocar o objeto deste pensamento como alguma coisa que nós chamamos realidade – qualquer que seja, mesmo que não saibamos nada sobre ela, ou mesmo se nosso conhecimento dela é sempre indireto. Sabemos que falaremos de alguma coisa, as partículas, o mundo, o universo, o fenômeno, o ser, então nós chamamos isso de realidade. Mas nós sabemos que para entendermos e conhecermos essa realidade nós te-

mos que passar por processos indiretos, que são processos mentais, simbólicos. Esses processos, como são indiretos, são sempre inventados por nós, por nossa mente. Se são inventados, isso significa que não são necessariamente, imediatamente e definitivamente adequados. Sobretudo, não vão ter sempre que, imediatamente, ser refinados para chegar a uma adequação melhor com o real.

É essa postura que chamo de *realismo crítico*, é uma postura bem geral. Não é uma doutrina, é um pedido geral para assegurar que a descrição que a ciência faz é compreensão de algo que não é ilusório, que existe e resiste, a realidade, e que o nosso pensamento pode ter a pretensão de descrever e explicar essa realidade até um certo ponto. E sempre sabendo que ela vai ter que recolocar em questão (criticar) permanentemente suas contribuições, suas elaborações. É apenas isso o *realismo crítico*, não digo que seja uma coisa tão nova, porque na verdade acompanha sempre, de fato, o pensamento científico. Mas não é (e não foi) considerado assim, particularmente hoje nos debates dos filósofos ou nos debates epistemológicos dos cientistas. Existem outras posições: realismo ingênuo ou imediatista que desconhece o aspecto das representações do conhecimento humano, idealismo, dualismo, e sobretudo empirismo pragmático ou observacionismo, que nega a pertinência da idéia de realidade independente, substituindo ela por aquela do conjunto indissociável observador-observado. Na medida em que eu sou interessado em tentar esclarecer as primeiras condições do conhecimento, essa noção me é necessária como primeira condição de possibilidade. De que falaríamos, se não fosse ela? Não pretendo inventar uma nova filosofia, eu apenas pretendo nomear e esclarecer o mais diretamente possível aquilo que fica opaco.

Princípios: *Uma temática que vem despertando interesse na comunidade científica é, ultimamente, a teoria do caos. Gostaríamos de saber se o senhor acha essa expectativa salutar e, de forma geral, que lições do ponto de vista filosófico a teoria do caos traz para o conhecimento em geral?*

Michel Paty: Um problema é as vezes encontrado na apresentação comum de uma

teoria como a teoria chamada do caos, por causa da imagem que a palavra *caos* cria. Esta palavra, por descrever uma teoria científica é um pouco perigosa porque não designa algo bem nítido, é ambígua, tem jeito de fantástico, e de remeter ao mítico. "O caos", é aquele mundo, nas mitologias e na Bíblia, "antes da criação", ou depois da catástrofe final. Será que, com a teoria do caos, a física nos traz de volta a um universo sem leis e sem inteligibilidade? Esta seria uma interpretação falsa, que poderia seduzir aqueles que sempre buscam as fraquezas da ciência e da razão. A impotência ou o perigo da ciência é um tema ideológico recorrente do nosso tempo. Apesar disso eu acho que se pode usar essa palavra, pois não é a palavra que vai nos dizer do que realmente se trata.

Se trata de fenômenos que, do ponto de vista teórico-formal, foram apontados por Poincaré já no século passado e estudados por outros recentemente.

É mais exato falar em teoria dos *sistemas dinâmicos*. Os sistemas dinâmicos (sistemas de corpos ligados em movimento), na sua grande maioria, têm essa propriedade: mesmo que você conheça exatamente a equação da mecânica clássica que determina os movimentos de todas as partes do sistema, muito do seu comportamento vai depender das condições iniciais. Se tem uma pequena variação nas condições iniciais a respeito dos valores colocados na equação, essa variação, em geral, isto é, na maioria dos casos dos sistemas físicos dinâmicos, vai gerar uma ampliação através do sistema que repercute e pode chegar a uma diferença significativamente grande, até sem limite. Quer dizer, apesar de você conhecer exatamente as equações dinâmicas (pois são sistemas deterministas no sentido de Laplace), você obtém no final uma imprevisão que pode ser total, isto é, um "caos". Na *teoria dos sistemas dinâmicos*, não se pode em geral prever a trajetória dos componentes do sistema. O que a teoria diz, como saber estável, é o tipo de estrutura dinâmica do sistema, os tipos de equilíbrios ou de desequilíbrios a que podem chegar.

O que nos ensina? Nos ensina alguma coisa, é verdade. Nos ensina primeiro, que o que se pensava no século XIX sobre as equações deterministas total dos sistemas

físicos, isto é, que podíamos saber tudo desses sistemas, obter uma apreensão totalmente exata de todas as quantidades possíveis, como Laplace exprimiu muito bem, não é mais exato.

Agora o que nós sabemos é que, mesmo se nós temos uma teoria determinista, com as equações exatas, não são todas as grandezas ligadas às partes do sistema que tem realmente um sentido para a descrição do sistema. Nós, na verdade, devemos considerar vários níveis de predição: predições estruturais ou predições de trajetórias. Para resumir, a situação não significa que não podemos saber nada, prever nada a respeito do sistema. Não podemos em geral prever as variáveis do sistema como a posição do tempo, que são muito dependentes das condições iniciais e que podem ter variações enormes. Mas nós podemos prever a estrutura do sistema, seu comportamento estrutural. Poincaré foi um pioneiro nestas considerações, estudando qualitativamente os sistemas dinâmicos e suas figuras de equilíbrio.

É esta, mais ou menos, a lição que essas teorias nos dão. Pelo menos é isso que vejo como importante: que há vários tipos de predição e que, para as teorias físicas desses sistemas não se pode pensar em uma teoria mais precisa e adequada, porque não existe, devido à propriedade fundamental desses sistemas. Toda teoria de tais sistemas deve tomar em conta esta propriedade básica.

Isso não significa que nosso conhecimento seja limitado, mas sim que nós devemos ver um pouco melhor o que é conhecimento. Conhecimento para mim, no caso desses sistemas, é realmente o entendimento da estrutura do sistema, o seu tipo de evolução, eventualmente as probabilidades correspondentes. Acho isso muito interessante, particularmente porque isso contradiz a idéia - que foi levada a partir do século XIX, precisamente a partir do determinismo laplaciano - de que o conhecimento é medida, que o conhecimento é determinação por uma medida precisa de uma grandeza. Então acho que com esses sistemas se vê bem que o conhecimento é muito mais amplo e interessante do que

isso. As grandezas físicas têm um aspecto qualitativo que não se deixa reduzir numa mera determinação numérica. Grandeza, sobretudo, é relação. Descartes o tinha dito, mas tinha sido bastante esquecido.

Princípios: *Subjacente à teoria do caos, aos sistemas dinâmicos, estaria então a idéia de um novo determinismo, de um determinismo diferenciado do determinismo laplaciano?*

Michel Paty: Sim, se você quer interpretar por esse lado. A palavra *determinismo* é que ela foi inventada depois de Laplace fazer sua colocação, na pretensão de traduzir o ensino do Laplace e ser uma norma para toda ciência. Ora, essa palavra é ambígua. Muitas vezes é tomada como equivalente a 'causal', mas a causalidade, precisamente está nas equações. Por que se fala em *determinismo*? De modo geral, exprime a idéia de que se nós temos conhecimento de alguma coisa, essa coisa não vai ter um comportamento que escapa à possibilidade de raciocinar sobre ele, e considerando condições idênticas, desta ser reproduzível. Tudo isso quer dizer que não vai ao acaso. O determinismo é o contrário do acaso. E muita gente hoje em dia faz uma *filosofia do acaso*, quer dizer que não há mais lei, não há mais regras nos fenômenos e assim por diante.

Acho que a crítica do determinismo dessas predições clássicas não leva a colocar no palco o acaso. O acaso é o contrário de ciência. Se tudo estava ao acaso não teríamos ciência. O acaso, como tal, é um efeito da nossa ignorância, já dizia Laplace. Se vê no jogo de dados. As leis são da gravidade e do movimento, mas não sabemos as condições iniciais. Observamos que quando a ciência se preocupa do acaso, é para impor a ele leis, que limitam seu aspecto de desconhecimento: são as leis do acaso. Já no acaso, sabemos que há regularidades, então o submeteremos à ciência. Neste sentido, eu acho melhor dizer que o determinismo é uma postura de princípio que todo cientista tem - isso é o que dizia Poincaré. Isso pode ser formulado da maneira seguinte: quando se

conhecem as leis se conhecem as propriedades do sistema.

Mas *determinismo* é sempre a respeito de alguma coisa, a respeito de grandezas, de comportamento. O problema é que não temos sempre as boas variáveis para falar de determinismo. Então o determinismo é uma postura de princípios, mas não nos dá os meios de tratar dos problemas. Por isso eu acho mais adequado falar de *realismo*, porque nós visamos isso. O determinismo seria (como Laplace assegurava) o ponto de vista do saber completo, o ponto de vista de deus (como ele sabia o saber incompleto, Laplace propôs utilizar probabilidades). O realismo é o ponto de vista do homem, que sabe o que ele quer alcançar, mas sabe que ainda não o alcançou.

O determinismo de princípio muitas vezes não está ao nosso alcance, porque nosso conhecimento é limitado, porque nossas teorias vão variar, porque os conceitos não são necessariamente os conceitos definitivos mais finos. Então não se pode dogmatizar o determinismo, não se pode dizer "vamos exigir o determinismo", pois os sistemas reais mais deterministas - que têm equações fundamentais e condições iniciais dadas - levam à imprevisibilidade de certas grandezas. Quer dizer que o determinismo, de uma certa maneira, não se aplica a essas grandezas, mas apesar disso há uma descrição dos sistemas. Então isso nos conduz a pensar um pouco melhor um pouco sobre essas noções e categorias, porque não são uma espécie de chave universal que nos permite tratar de tudo, há que realmente se pensar na especificidade dos problemas. São categorias, não são conceitos. Tem que trabalhar para encontrar os bons conceitos. Acho que isso é uma boa lição de inteligência e modéstia.

Entrevista realizada por Cristiano Capovilla, graduado em filosofia pela Universidade Federal do Maranhão, com revisão de Ângelo Cirino.

Macartismo: entre a piscina e a consciência

A ameaça vermelha alimentou um estado de histeria coletiva, apoiado pelos meios de comunicação e que teve no senador Joseph Mac Carthy seu expoente

RONIWALTER JATOBA

Há 50 anos, logo depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a sociedade norte-americana foi abalada por uma vergonhosa onda obscurantista, conhecida como macartismo ou “caça às bruxas”, numa referência à queima de feiticeiras na inquisição. Assim, o dicionário Aurélio define o termo: macartismo é uma “atitude política radicalmente infensa ao comunismo, que se desenvolveu nos Estados Unidos com a campanha desencadeada pelo senador Joseph Raymond McCarthy e, por extensão “qualquer atitude anticomunista radical”. Segundo o jornalista Argemiro Ferreira, autor de *Caça às bruxas – Macartismo: uma tragédia americana*, Porto Alegre: L&PM Editores, 1989, “a ameaça vermelha tornou-se a expressão mágica para fundamentar um estado de quase histeria coletiva, alimentado pelos meios de comunicação e que teve no senador Joseph (Joe) McCarthy o seu mais notório manipulador. A caça às bruxas envenenou o dia-a-dia dos americanos, semeou suspeitas, fabricou

listas negras, encenou rituais de purificação e santificou a figura do delator.”

Na verdade, era um tempo de delação e dedo-durismo. Tudo começou em 1947, quando a Comissão de Atividades Antiamericanas da Câmara dos Deputados promoveu uma série de interrogatórios de personalidades de cinema, tentando mostrar influências comunistas nos filmes de Hollywood. Só para se ter uma idéia, anos antes, na década de 30, uma comissão provisória já acusava o filme *Confissões de um espião nazista* e também sua atriz, Shirley Temple. Curiosamente, na época Shirley tinha 10 anos de idade. De acordo com o crítico de cinema Orlando L. Fassoni, “para ser comunista aos 10 anos de idade ela deveria ser mesmo a menina prodígio que ficou famosa.”

Assim, em 1947, a então comissão presidida pelo deputado J. Parnell Thomas – que incluía Richard Nixon – começou a “expor e caçar os comunistas e sim-

patizantes comunistas do governo federal. Mas em 1951, quando Thomas foi preso por corrupção e desvio de dinheiro público, os caçadores de bruxas ganharam um novo líder: o senador McCarthy. Fortalecia-se a direita, que promovia violenta pressão sobre Hollywood, boicotando filmes como *A morte do caixeiro viajante* e *Luzes da ribalta* de Charles Chaplin. McCarthy clamava por expurgos e ganhava fama.

Foi aí que começaram as delações. Um exemplo é o do escritor Richard Collins que apontou dezenas de suspeitos, inclusive amigos íntimos. Um deles, Martin Berkley, amedrontado com a perspectiva da inclusão na lista e conseqüente desemprego, chegou ao cúmulo de denunciar 162 nomes.

Só dez anos depois, em 1957, a maioria dos 334 nomes da lista negra começava a voltar a Hollywood. O retorno dos “exilados” é marcado quando a própria Hollywood premia com o Oscar um roteirista chamado Robert Rich,

autor de *Arenas sangrentas*. Rich era, na verdade, o pseudônimo de Dalton Trumbo, um dos mais famosos caçados.

Sobre esse período, o crítico Orlando Fassoni conta que Orson Wells, que passou de leve pelo crivo das investigações, acreditava que na época quem bancou o dedo-duro “hesitou entre sua piscina e sua consciência”. O diretor de *Cidadão Kane* achava também que quase sempre as piscinas ganharam. “O diretor Elia Kazan, por exemplo, revelou que fez o que tinha de fazer”, conta Fassoni. “Dedou os amigos e, dois dias depois, assinou contrato de US\$ 500

mil com a Fox para dirigir *Os saltimbancos* e provar que não era comunista.” Em seguida, fez *Sindicato de Ladrões*, tentando justificar a delação. Muitos não o perdoaram. O comediante Zero Mostel toda vez que o encontrava o chamava de *loselips* – “lábios soltos”.

Em setembro de 1997, entrou em cartaz nos cinemas brasileiros o filme *Força Aérea Um*, produção deste mesmo ano. Para quem não sabe, Air Force One é a denominação para o jato presidencial dos Estados Unidos. O enredo da fita é o seguinte: em viagem para Rússia, o Boeing leva a bordo o presidente James Marshall

(Harrison Ford). Na viagem de volta, James, a família e a equipe presidencial são surpreendidos com o ataque de Ivan Korshunov (Gary Oldman), que está determinado a trocar passageiros por um companheiro preso. Adivinhe quem é Ivan? Se apontou que é um comunista, acertou. Embora a Guerra Fria já tenha acabado e o macartismo seja uma amarga lembrança de norte-americanos sérios, Hollywood ainda usa a “ameaça vermelha” em seus thriller de ação.

RONIWALTER JATOBÁ é escritor e jornalista.

Os dez de Hollywood

Contam que o “big shot” da meca do cinema, Jack L. Warner, nem sabia o que era comunista. A Comissão, então, explicou: “É quem mostra os ricos como maus, os pobres como bons, os políticos como corruptos”. A partir daí, descobriram comunistas nos quatro cantos do cinema. Os primeiros acusados, hoje denominados de “os dez de Hollywood”, foram os escritores John Howard Lawson, Dalton Trumbo, Albert Maltz, Alvah Bessie, Samuel Ornitz, Ring Lardner Jr., e Lester Coel; o produtor Adrian Scott; e os diretores Herbert Biberman e Edward Dmytryk. Todos se recusaram a responder às perguntas da Comissão e foram presos por um ano além de pagar multa de US\$ 1 mil por “desrespeito ao Congresso”. Muitos não co-

operaram e procuraram fugir, como Bertold Brecht, Jules Dassin e Joseph Losey. Outros invocaram a Quinta Emenda da Constituição, que garante o direito de não responder perguntas que os incriminem: Lilian Hellman, Carl Foreman, Robert Rossen, John Garfield. A escritora Lilian Hellman, em maio de 1952, escreveu à Comissão:

“Estou disposta a abrir mão do privilégio contra a auto-incriminação e a contar, com franqueza, tudo o que os senhores queiram saber sobre minhas opiniões e minhas atividades, desde que a Comissão concorde em não exigir que delate outras pessoas. Se a Comissão não me der essa garantia, serei obrigada, na audiência, a recorrer ao privilégio da Quinta Emenda.”

A defesa sustentável da ciência

A fabricação da ciência, Alan Chalmers, Editora UNESP, São Paulo, 1997 (1a. reimpressão), 185p. ; *A idéia da universalidade da ciência e sua crítica filosófica e histórica*, Michel Paty, *Discurso* [Revista do Departamento de Filosofia da USP], 28, 1997, pp.7-60.

O livro e o artigo que comentaremos se inserem no debate em curso sobre o significado da ciência. Como se sabe, nas últimas décadas, passou a ser fortemente questionada a atribuição às ciências da natureza de características como objetividade, universalidade e realismo. Pode se ouvir hoje em certos círculos universitários a afirmação de que não há distinção essencial entre a física, a química ou a biologia, de um lado, e a astrologia, a religião ou o senso comum, de outro; todos seriam igualmente construções sociais.

Existem, naturalmente os que se contrapõem a isto, denunciando o irracionalismo e o relativismo extremado que passaram a ocupar um espaço destacado na cultura contemporânea. O problema é que muitas destas denúncias são anacrônicas; não se pode perceber se elas foram escritas recentemente ou no século passado, pois os argumentos são essencialmente os mesmos. Dito de outro modo, muitos dos contemporâneos críticos do irracionalismo e defensores da objetividade do conhecimento científico não levam em conta aquisições duradouras da filosofia, da história e da sociologia da ciência do século XX. Como exemplo destas aquisições, podemos afirmar que a contraposição histórica na filosofia entre o racionalismo e o empirismo como fundamentos para o conhecimento verdadeiro, logo científico, foi posta em um novo patamar, com a conclusão de que não se pode demonstrar a verdade das teorias científicas; de modo que a ciência deve necessariamente conviver com a provisoriabilidade de seus fundamentos. O mérito dos trabalhos de Paty e de Chalmers é precisamente o de fazer a crítica da ciência, tendo em conta, assimilando, aquelas aquisições. É notável também que argumentação convergente apareça em tradições distintas (francesa e anglo-saxônica), aparentemente sem um diálogo entre estes autores.

O texto de Paty é dedicado ao “exame da questão da relatividade ou da universalidade na construção e apropriação dos conhecimentos científicos”. Ao invés de tomar a universalidade da ciência como um dado não questionado o autor argumenta que aquela universalidade aparece como tendência que vem se constitu-

indo historicamente. “A realidade da ciência e das relações de dominação no mundo atual colocou em evidência a ambigüidade essencial da ‘universalidade da ciência’”, e, continua Paty, “a crítica atual da ‘universalidade da ciência’ é, antes de tudo, uma crítica da ciência enquanto serve da economia, que regula as relações de força no mundo”, concluindo no entanto que, “se nos atermos unicamente a esta consideração, perdemos o fio de Ariadne que nos ligava à intuição de que não deve ser totalmente desprovida de sentido a idéia de uma universalidade da ciência.” Paty recorre à filosofia e à história para argumentar que “a idéia de universalidade nasce com a idéia de razão, com a invenção dessa forma nova e específica do pensamento que é a filosofia, que faz sua aparição, entre o sexto e o quarto século A.C., como uma transformação do pensamento mítico e ritual”. O autor francês argumenta também a favor da relação histórica entre as idéias de universalidade, de razão e de humanidade, embora esta última só tenha aparecido bem mais tardiamente. Se a universalidade não está dada de antemão, sendo mais uma busca que um fim, sua construção exige, então, “a aceitação da diferença”. Para examinar as diferentes tradições científicas, suas transmissões, suas assimilações, o autor parte da premissa de que “a idéia de universalidade, assim como as de razão e de ciência (...) às quais ela está constitutivamente ligadas, traz consigo a exigência de sua própria crítica”, o que se revelou particularmente adequado para se superar as limitações de uma cultura local ou para possibilitar a comunicação entre as culturas.

Paty conclui com a idéia de que a busca da universalidade é constitutiva da atividade científica tanto a contemporânea, quanto aquelas mais antigas; concluindo que: “nenhuma dessas ciências era ou é universal – mesmo a nossa, isto é, explicita o autor, aquela na qual nos situamos, que é a ‘ciência contemporânea’ –, mas todas visavam, na medida em que exprimiam a dimensão de conhecimento do homem – conhecimento da natureza e de si próprio –, alguma coisa não diferente do que chamamos universalidade.”

O livro de Chalmers pode ser considerado o desenvolvimento do último capítulo de uma outra obra sua (*O que é a ciência afinal?*, Editora Brasiliense, 1993), que tem feito sucesso pelo seu didatismo na exposição das principais correntes da filosofia da ciência do mundo anglo-saxão. Em *A fabricação da ciência*, ele continua o exame das posições de autores como Popper, Kuhn, Lakatos e Feyerabend, mas aqui o autor pretende principalmente expor seu próprio ponto de vista. Chalmers, considera uma aquisição da filosofia da ci-

ência o reconhecimento da inutilidade da busca de um método científico universal e a-histórico, o qual permitiria distinguir ciência de outras formas de conhecimento, mas evita a conclusão, sugerida por Feyerabend, de que esta inutilidade deveria nos levar a abandonar a busca de qualquer método e a considerar o conhecimento científico equivalente a quaisquer outras formas de conhecimento. Chalmers define o objetivo da Física – enquanto disciplina científica – como a busca permanente de “teorias e leis extremamente gerais e aplicáveis ao mundo físico”. Aqui já encontramos um traço importante de seu pensamento, pois ele evita deliberadamente generalizar para todo e qualquer campo disciplinar características extraídas da reflexão sobre uma destas disciplinas. Chalmers argumenta que suas formulações, ainda que propositalmente genéricas, “bastam para ajudar a combater as formas mais radicais do relativismo e do ceticismo”.

Chalmers recorre ao arsenal da história da ciência, com ênfase no caso da ciência galileana, para uma crítica com dois alvos distintos. De um lado Lakatos e Popper, que embora antipositivistas em aspectos fundamentais, compartilharam a busca de uma metodologia científica universal e a-histórica. De outro lado o anarquismo de Feyerabend e o relativismo de alguns sociólogos contemporâneos do conhecimento. O argumento desta última crítica está centrado na tese de que a “ciência pode e freqüentemente tem sido praticada de uma forma que atende predominantemente aos interesses da produção do conhecimento, mais do que é subserviente a outros interesses de classe, ideológicos ou pessoais”. Chalmers não defende, contudo, uma assepsia da ciência; sua tese é que é possível distinguir o objetivo da ciência de outros objetivos, mas não que seja possível separá-los. Por esta razão dedica todo um capítulo à “dimensão social e política da ciência”, onde defende a “necessidade de controle dos limites e finalidades do conhecimento científico”.

As irônicas palavras finais de Chalmers são reveladoras da eficácia política destas análises epistemológicas: “os problemas sociais e políticos [o golfo entre ricos e pobres e entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos se amplia, o ambiente está sendo destruído e paira a ameaça da eliminação da vida] que estão a nossa frente são urgentes e vitais. Não penso que esta causa seja auxiliada por concepções da ciência como conspiração capitalista masculina ou como algo impossível de distinguir da magia negra ou do vudu”.

Olival Freire Jr.

Memória brasileira

Tiradentes, um presídio da ditadura, Alípio Freire, Izaías Almada e J. de Granville Ponce (orgs), São Paulo: Scipione Cultural, 1998, 566 pp., R\$ 54,00.

Tiradentes, um presídio da ditadura - memórias de presos políticos é um livro emocionante. Como o próprio título diz, trata-se de um conjunto de textos de militantes de organizações e partidos de esquerda que lutaram (muitos de armas em punho) contra a ditadura militar e civil do Brasil pós-64.

Os próprios organizadores passaram pelo presídio Tiradentes em São Paulo: Alípio Freire (Ala Vermelha), Izaías Almada (Vanguarda Popular Revolucionária) e Granville Ponce (Ação Libertadora Nacional) e para o projeto do livro receberam a colaboração de 32 ex-presos políticos que também passaram pelo ‘aparelhão’ – como era conhecido o presídio – de 1968 a 1973, quando foi demolido.

São memórias de dez mulheres e vinte e dois homens; a capa e outras oito ilustrações foram feitas pelo pintor Sérgio Ferro; um caderno de memória iconográfica do presídio, coordenada por Vladimir Sacchetta; um glossário contendo os principais verbetes utilizados na época e; na última parte (‘Outros Olhares’), textos de pessoas que, mesmo do lado de cá dos muros entenderam ou procuram entender melhor o que se passava naqueles tempos.

O professor Antônio Cândido, em sua apresentação, aponta para algo que salta aos olhos durante a leitura: as divergências inerentes aos grupos que ali estavam não impediam que houvesse o diálogo, os estudos, a disciplina para os afazeres da rotina, o conceito da solidariedade e a vontade de permanecer lutando contra um regime ditatorial, torturador e assassino.

A esquerda naquele período lutou contra generais, contra o imperialismo, contra a falácia dos ‘milagres econômicos’, discutia sem cansar sobre os caminhos a serem trilhados para se chegar ao socialismo. No presídio conheceram o rosto dos ‘presos comuns’, o rosto do ‘esquadrão da morte’, a tortura escancarada do DEOPS, DOI-CODI, OBAN, Tiradentes e tantos outros centros de morte daqueles tempos. Apesar disto, eles partilhavam a vida e não se furtavam à derrota de não sonhar com um mundo transformado pelas mãos dos trabalhadores.

Tiradentes, um presídio da ditadura não tem a pretensão de ser um livro completo, pretende sim, retratar um período recente da nossa história que não pode cair no esquecimento das lutas populares, nem da memória de nossos líderes e representantes. Uma contribuição aos jovens de hoje e aos socialistas de todos os espectros.

Rogério Chaves

Cartas dos leitores

Novas sugestões

“Acredito que deveríamos ser menos teóricos e mais objetivos. Por exemplo: por que todos os muros e paredes de São Paulo são pichados pelos mantenedores do sistema, não deixando nenhum espaço para qualquer mortal que queira protestar? Seria uma pesquisa e matéria para ser feita. Bastante esclarecedora. Outra sugestão seria explicar como foi que o sistema acabou com o PMDB - foi por que o PMDB era nacionalista?”

Beetin F. Hardman
Campinas/SP

Cem anos de Brecht



“Faço Artes Cênicas (teatro) na Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina (UDESC) e tenho uns comentários a fazer.

Seria muito bom se a revista *Princípios* fizesse uma matéria sobre os cem anos de Bertold Brecht. Outra sugestão é uma matéria com o diretor e dramaturgo Augusto Boal que é reconhecido mundialmente por suas técnicas do Teatro do Oprimido - onde o público discute diversas questões políticas e sociais.

Espero que as sugestões sejam pensadas e estarei torcendo para que sejam atendidas.”

Alexandre Farias
Florianópolis/SC

Sobre a África

“Considero a revista *Princípios* - de longe - a melhor publicação periódica editada no Brasil que caiu em minhas mãos nestas últimas décadas. Durante toda minha vida fui diplomata de carreira do Brasil. Não tenho grande informação sobre os acontecimentos na África neste momento. Mas o conhecimento que tive do Norte da África e também de parte da África negra leva-me a alertar os senhores para que analisem com cuidado o artigo de Philippe Leymarie, publicado pela revista em sua edição 47.

O ponto central da questão é que o artigo de Leymarie - o qual é indubitavelmente um ‘formador de opinião’ sofisticado e bem informado - comenta muita coisa, omite muita coisa, consegue dar uma aparência de imparcialidade e muita erudição, e acaba sendo publicado em uma revista cujos princípios são diferentes dos que ele transmite.

Assim, vejamos:

“a derrota de Mobutu, no ex-Zaire, gerou uma crise que, pela primeira vez, desde os anos 60, foi resolvida pelos próprios africanos (...) uma crise de amplitude como a do Congo-Zaire foi solucionada pelos próprios africanos”.

Senhores, se nos anos 60 a crise foi resolvida pelos próprios africanos, porque Philippe Leymarie reconhece mais adiante que Mobutu foi “‘criação’ da CIA”? E se a crise atual foi resolvida pelos próprios africanos, por que Leymarie gasta substancial espaço explicando a atuação dos Estados Unidos a favor de Kabila (ajuda decisiva, diga-se de

passagem) mas omite algo que a imprensa informou a respeito: que o treinamento dos tutsis para a invasão do Zaire estava sendo feito pelos norte-americanos e que, inclusive, seis ‘conselheiros’ norte-americanos haviam morrido nas lutas naqueles primeiros dias de invasão. E, também, pouco depois, *O Estado de São Paulo* publicou a notícia de que, à medida que as tropas ‘de Kabila’ marchavam em direção à capital, as grandes minas congolenses, situadas justamente no Sul e no Centro do País, passavam para as mãos de empresas norte-americanas. (...)”

Marina do Rego Freitas de Toledo
Santana de Parnaíba/SP

Avante *Princípios*

“Demoraremos, mas abalaremos. Continuamos a construção desta militante tarefa, laboriosa e revolucionária, de divulgar a revista. Todos estão convocados para divulgar esta página revolucionária da imprensa mundial marxista. Dizemos, com mais convicção, ser esta revista instrumento necessário para rompermos com o pensamento único, que aliena mentes e petrifica corações. Insistiremos, com empenho cotidiano, podem tremer coveiros do socialismo, e conquistaremos corações e mentes daqueles que do amanhã esperam felicidade e justiça. Alcançaremos, com certeza e luta, a meta de quatro mil assinantes até outubro, contribuindo assim para o fim do sistema capitalista, que já vai tarde.”

André Martins
Campos/RJ



CONHEÇA NOSSOS TÍTULOS!

PEÇA HOJE MESMO POR CARTA, TELEFONE, FAX

(011 289 1331) OU E-MAIL: livraria@anitagaribaldi.com.br

30 anos de confronto ideológico (coletânea de textos), 300 pag.	17,00
A II Internacional – Pelos seus congressos, <i>Edgard Carone</i> , 132 pag.	11,00
A mãe, <i>Máximo Gorki</i> , 320 pag.	15,00
Acho tudo muito estranho, <i>Fortuna</i> , 126 pag.	10,00
Agenda Ilustrada Chê Guevara 98	15,00
AIDS na rota da cocaína, <i>Fábio Mesquita</i> , 72 pag.	6,00
Amazônia–Carajás - Na trilha do saque, <i>Marcos Kowarick</i> , 336 pag.	20,00
Às portas de Moscou, <i>Alexandr Bek</i> , 300 pag.	17,00
Cadernos negros nº 17, <i>poetas do Quilombhoje</i> , 80 pag.	7,00
Cadernos negros nº 19, <i>poetas do Quilombhoje, Diversos Autores</i> , 192 pag.	15,00
Cadernos negros nº 20. <i>Poetas do Quilombhoje</i> , 208 pag.	16,00
Collor – A raposa do Planalto, <i>Sitônio Pinto</i> , 112 pag.	9,00
Construindo o futuro do Brasil (Doc. da 8ª Conf. Nacional PCdoB), 128 pag.	10,00
Dialética radical do Brasil negro, <i>Clóvis Moura</i> , 248 pag.	20,00
Em defesa do socialismo científico, <i>Stálin</i> , 172 pag.	13,00
Estratégia e tática, <i>Lênin, Stálin, Dimitrov, J. Amazonas</i> , 172 pag.	13,00
Guerrilha do Araguaia (documentos, fotos, biografias), 104 pag.	12,00
Guerrilha do Araguaia - A Esquerda em Armas, <i>Romualdo P. Campos Fº</i> , 241 pag.	23,00
Grande Salto Atrás, O. <i>Henri Alleg</i> , 237 pag.(Edições Avante)	35,00
Lênin - Biografia ilustrada, <i>Bolsanello</i> , 128 pag.	11,00
Luta armada no Brasil dos anos 60–70, <i>Jaime Sautchuk</i> , 100 pag.	11,00
Manifesto do Partido Comunista, <i>Marx e Engels</i> , 72 pag.	6,00
Marx e os sindicatos, <i>D. Losovski</i> , 216 pag.	17,00
Nas barricadas do fim do século - A Des(ordem) Neoliberal, <i>Juliano Siqueira</i> , 184 pag.	15,00
Problemas econômicos do socialismo na URSS, <i>Stálin</i> , 92 pag.	10,00
Racismo à brasileira – raízes históricas, <i>Martiniano J. Silva</i> , 276 pag.	18,00
Reportagem sob a força, <i>Julius Fucik</i> , 120 pag.	9,00
Rio Maria – A terra da morte anunciada, <i>Moacyr de O. Filho</i> , 128 pag.	10,00
Socialismo vive, O (documento do 8º Congresso do PCdoB), 110 pag.	6,00
Sociedade dos socialistas vivos, <i>Marcos Gomes</i> , 132 pag.	12,00
Tendências e centrais sindicais (1978–1994), <i>Sílvio Costa</i> , 290 pag.	18,00
Terra - ponto de partida, ponto de chegada, <i>Maria Stela L Borges</i> , 216 pag.	20,00
Um olhar que persiste. <i>Vários autores</i> , 288 pag.	20,00
União do povo - Contra o Neoliberalismo (Doc. do 9º Congresso do PCdoB), 224 pag.	18,00
URSS – ascensão e queda, <i>Luís Fernandes</i> , 2ª ed., 272 pag.	20,00
Assinatura da <i>Princípios</i> (4 edições)	30,00
Revista <i>Princípios</i> (avulsa)	7,50

MONTEIRO LOBATO

(1882 – 1948)

Pai de Emília, boneca de pano irreverente e libertária, Monteiro Lobato consagrou-se como nosso maior autor infantil, com livros que encantaram e continuam cativando gerações inteiras. Mas a atuação do criador do Sítio do Picapau Amarelo não se restringiu apenas a isso. Personalidade inquieta e de múltiplos interesses, estabeleceu a indústria editorial no país e popularizou o livro. Inconformado com o atraso e a miséria de seu povo, empenhou-se, com determinação quixotesca, em mudar o Brasil e suas estruturas arcaicas. Batalhador incansável em defesa do nosso ferro e petróleo, perseguiu o sonho de estabelecer aqui uma nação próspera, com cidadãos plenos.

No final da vida, desiludido com as elites de onde ele próprio viera, Lobato aproximou-se do Partido Comunista. Sem vínculos orgânicos, passou a emprestar concretamente solidariedade a seus militantes, perseguidos no governo Dutra, e vistos por ele como o paradigma das mudanças sociais que assinalariam o fim do “enorme canteiro em que as classes privilegiadas são as flores e a imensa massa da maioria é apenas o esterco que engorda essas flores. Esterco doloroso e gemebundo...”, nas suas próprias palavras.

O que mais impressiona na passagem do cinquentenário da morte de Lobato é a atualidade de seu pensamento. Jeca Tatu - personagem símbolo - é uma das provas disso. O matuto indolente e preguiçoso, forjado num artigo de jornal em 1914, redimensiona-se quatro anos depois, transformado em vítima da fome e de péssimas condições de saneamento. Mais tarde, em 1947, esse mesmo Jeca Tatu vira Zé Brasil, trabalhador rural sem terra cujo inimigo maior é o latifúndio.

Seja no campo da saúde e da socialização da cultura, seja no da ética na política, justiça social ou distribuição de renda e terra, as lutas e ideais do autor de Urupês continuam tão prementes quanto há meio século.

Vladimir Sacchetta,
autor, com **Marcia**
Camargos e Carmen
Lucia de Azevedo, de
Monteiro Lobato:
Furacão na Botocúndia



Anita Garibaldi

